

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

Laurianne Guimarães Mendes

**REGIMES DE VERDADE SOBRE A INSTITUIÇÃO ESCOLAR EM
ENUNCIADOS DO PROJETO “ESCOLA SEM PARTIDO” NO TWITTER**

UBERLÂNDIA/MG

2020

LAURIANNE GUIMARÃES MENDES

**REGIMES DE VERDADE SOBRE A INSTITUIÇÃO ESCOLAR EM
ENUNCIADOS DO PROJETO “ESCOLA SEM PARTIDO” NO TWITTER**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de
Letras e Linguística da Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Área de Concentração: Estudos em Linguística e
Linguística Aplicada.

Linha de Pesquisa: Linguagem, Sujeito e Discurso.

Orientador: Prof. Dr. Vinícius Durval Dorne.

UBERLÂNDIA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

M538r Mendes, Laurianne Guimarães, 1997-
2020 Regimes de verdade sobre a instituição escolar em enunciados do
projeto “Escola sem partido” no Twitter [recurso eletrônico] / Laurianne
Guimarães Mendes. - 2020.

Orientador: Vinícius Durval Dorne.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.3050>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Linguística. I. Dorne, Vinícius Durval, 1987-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Estudos Linguísticos. III. Título.

CDU: 801

Rejâne Maria da Silva – CRB6/1925

LAURIANNE GUIMARÃES MENDES

**REGIMES DE VERDADE SOBRE A INSTITUIÇÃO ESCOLAR EM ENUNCIADOS DO
PROJETO “ESCOLA SEM PARTIDO” NO TWITTER**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Área de Concentração: Estudos em Linguística e Linguística Aplicada.

Linha de Pesquisa: Linguagem, Sujeito e Discurso.

Orientador: Prof. Dr. Vinícius Durval Dorne.

Uberlândia, 09 de outubro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Vinícius Durval Dorne – UFU

Orientador

Prof. Dr. Israel de Sá – UFU

Prof. Dr. Cleudemar Alves Fernandes - UFU



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós- Graduação em:	Estudos Linguísticos				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico				
Data:	nove de outubro de dois mil e vinte	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	15:58
Matrícula do Discente:	11822EL1010				
Nome do Discente:	Laurianne Guimarães Mendes				
Título do Trabalho:	Regimes de verdades sobre a instituição escolar em enunciados do projeto “Escola sem partido”				
Área de concentração:	Estudos em Linguística e Linguística Aplicada				
Linha de pesquisa:	Linguagem, sujeito e discurso				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Identidades em (Dis)curso(s): Sentidos (im)possíveis para os outros sujeitos				

Reuniu-se, por videoconferência, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos assim composta: Professores Doutores Cleudemar Alves Fernandes; Israel de Sá e Vinícius Durval Dorne, orientador da candidata.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Vinícius Durval Dorne, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Cleudemar Alves Fernandes, Professor(a) do Magistério Superior**, em 09/10/2020, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Durval Dorne, Professor(a) do Magistério Superior**, em 09/10/2020, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Israel de Sá, Professor(a) do Magistério Superior**, em 09/10/2020, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2309589** e o código CRC **B69EC357**.

Dedico o presente trabalho aos meus pais, Zélia e João Batista, que sempre estiveram ao meu lado e foram meus pilares ao longo de toda essa jornada. À minha irmã, Shaira, que foi meu raio de sol e alegria em todo esse percurso. Minha família e amigos que deixaram o caminho mais leve e agradável.

AGRADECIMENTOS

Em uma caixa dentro do meu guarda roupa estão guardadas cento e oitenta passagens que materializam a jornada até aqui. Dois mil cento e noventa quilômetros era a distância que eu percorria semanalmente para alcançar esse sonho. Foram noites dormindo em uma poltrona de ônibus, dias passados em uma rodoviária/aeroporto, momentos sem poder comer para não me atrasar e perder o ônibus/avião, enfim, um período em que minhas ações eram cronometradas e um tornado de emoções invadia a minha vida. Houveram muitas lágrimas, sendo que, raras vezes foram de tristeza. O mestrado oportunizou a germinação de uma nova Laurianne e sou extremamente grata a toda evolução que vivenciei nesses dois anos e seis meses.

Contudo, seria um equívoco muito grande creditar essa realização somente aos meus esforços. Existem algumas pessoas que, ao longo de todo esse tempo, estiveram ao meu lado me encorajando, apoiando, inspirando e, por muitas e muitas vezes, tolerando. Assim, nada mais justo do que, nesse momento, estender meus agradecimentos a elas.

Inicialmente, agradeço a Deus por ter me dado sustentáculo e forças nos dias ruins e por me lembrar que dias bons sempre acabam florescendo e que o percurso é a melhor parte da viagem. Além disso, agradeço a Ele por ter viabilizado que meu caminho se cruzasse com o de tantas pessoas maravilhosas que foram essenciais para esse trajeto.

Aos meus pais, Zélia e João Batista, que durante toda a minha vida me encorajaram a seguir meus sonhos e a jamais desistir. Por terem me dado todos os subsídios necessários e por terem sido meu esteio em todos os momentos. Ademais, agradeço infinitamente a eles por desde o primeiro momento terem acreditado nessa empreitada e terem embarcado junto comigo nesse percurso: servindo de apoio nos momentos difíceis e por terem comemorado comigo todas as vitórias. Registro aqui meu amor infinito e meu agradecimento eterno por tudo que fazem por mim. Sem vocês, esse sonho seria só um sonho.

A minha amada irmã, Shaira, que mesmo sem saber serviu de alicerce em momentos difíceis e sempre esteve disponível para conversar/aconselhar. Obrigada por ter sido meu raio de sol em momentos escuros e por ter tido tanto carinho comigo durante o processo de escrita.

A minha família, sobretudo, a minha amada tia Célia e ao meu primo/irmão Antoniel. Obrigada pela disponibilidade em me levar a Uberlândia para que eu fizesse a prova e por terem sido tão companheiros. A você, Antoniel, deixo registrado minha

admiração e agradeço por ter sido minha inspiração em diversos momentos.

Aos meus amigos, principalmente, ao Milton por ter sido minha válvula de escape e por ter tornado tudo mais doce e leve. Aqui também se faz necessário agradecer duas pessoas que foram abrigo durante muitas e muitas madrugadas, Jaqueline e João Lucas, obrigada por terem me acolhido e por não terem permitido que eu deixasse a “peteca cair”. Por me ajudarem a encontrar solução em problemas aleatórios e irrelevantes, mas que me angustiavam. Meu carinho e gratidão por vocês serão eternos.

Ao querido Guilherme Figueira que me apresentou a Análise do Discurso e, por meio da Iniciação Científica, instigou em mim o desejo pelo fazer científico. Obrigada por todo o companheirismo durante a graduação e pelo incentivo ao ingresso no mestrado.

Ao meu orientador, Vinícius, a quem devo agradecer, inicialmente, por ter me propiciado uma aproximação com a teoria e que sempre esteve pronto a me elucidar alguma questão ou tornar um conceito mais fácil de ser entendido. Por conseguinte, devo agradecer por ter sido tão compreensível e por ter dado todo o suporte para que eu chegasse até aqui. Obrigada pelas orientações a distância e por ter fornecido bases para que eu conciliasse o mestrado com meu trabalho. Meu carinho será eterno.

Finalmente, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos como um todo: secretaria, coordenação, docentes e técnicos. Agradeço também por cada disciplina cursada que ajudou a me constituir enquanto pesquisadora e ressignificou meu olhar a respeito da língua e das inúmeras possibilidades que ela pode oferecer ao mundo.

“A língua tem poder sobre a vida e sobre a morte [...]”
Provérbios 18:21

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Regularidades discursivas.....	58
---	----

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Pronunciamento do Twitter – Extraída da conta @Twitter	47
Figura 2 – Gráfico de usuários do <i>Twitter</i>	48
Figura 3 – FH – Extraída da conta @FernandoHoliday	53
Figura 4 – JB7 – Extraída da conta @jairbolsonaro.....	55
Figura 5 – ESP2 – Extraído da conta @escolasempartid	62
Figura 6 – FH1 – Extraída da conta @FernandoHoliday	65
Figura 7 – ESP – Extraída da conta @escolasempartid	66
Figura 8 – ESP6 – Extraída da conta @escolasempartid	66
Figura 9 – ESP9 – Extraída da conta @escolasempartid.....	71
Figura 10 – JB – Extraída da conta @jairbolsonaro.....	73
Figura 11 – ESP8 – Extraída da conta @escolasempartid	75
Figura 12 – ESP5 – Extraída da conta @escolasempartid	77
Figura 13 – JB3 – Extraída da conta @jairbolsonaro.....	79
Figura 14 – JB6 – Extraída da conta @jairbolsonaro.....	84
Figura 15 – JB1 – Extraída da conta @jairbolsonaro.....	85
Figura 16 – JB2 – Extraída da conta @jairbolsonaro.....	86
Figura 17 – ESP3 – Extraída da conta @escolasempartid	89
Figura 18 – ESP4 – Extraída da conta @escolasempartid	89
Figura 19 – ESP1 – Extraída da conta @escolasempartid	91
Figura 20 – FH2 – Extraída da conta @FernandoHoliday	93
Figura 21 – ESP7 – Extraída da conta @escolasempartid	94

RESUMO

O projeto Escola Sem Partido é um movimento político que emergiu em São Paulo, Brasil, em 2004, tendo como fundador o advogado Miguel Nagib e como um de seus objetivos centrais nortear a atuação dos professores em sala de aula buscando a imparcialidade e a objetividade do docente. Frente a esse contexto, é que emerge o incômodo que baliza o presente estudo: “Quais regimes de verdade interpelam o ambiente escolar, de modo específico aqueles que fundamentam o projeto Escola Sem Partido, em enunciados colocados em circulação no Twitter em 2018?”. Inscrita no campo da Análise do Discurso francesa (AD), especialmente nas reflexões de Michel Foucault, a presente pesquisa toma como corpus de análise 21 *tweets* de três perfis presentes na rede social *Twitter*: i) da sociedade civil (@EscolaSemPartido); ii) do vereador Fernando Holiday (@FernandoHoliday); e, por fim, iii) do então candidato à presidência, Jair Messias Bolsonaro (@JairBolsonaro). Nesse ínterim, tem como ponto norteador pensar a constituição discursiva da instituição escolar pelos enunciados decorrentes do movimento político Escola Sem Partido. A partir da noção de governamentalidade, reflete-se como esses enunciados constroem e colocam em circulação verdades sobre o papel da escola, dos docentes e dos alunos nos processos de ensino-aprendizagem. Como regularidades discursivas, levantadas e observadas por meio das análises empreendidas, estão as noções de doutrinação, sexualidade e docência ao objetivar a instituição escolar. Observou-se que a estratégia discursiva desse discurso se dá, entre outros, pela sensibilização da família, um dos principais instrumentos da governamentalidade para o controle da população.

Palavras-chave: Discurso; Escola sem partido; Regime de verdade; Twitter.

ABSTRACT

The Escola Sem Partido project is a political movement that emerged in São Paulo, Brazil, in 2004, with the lawyer Miguel Nagib as its founder and one of its central objectives to guide the performance of teachers in the classroom, seeking the impartiality and objectivity of the teacher. Faced with this context, the discomfort that marks the present study emerges: “Which regimes of truth question the school environment, specifically those that base the School Without Party project, in statements put into circulation on Twitter in 2018?”. Inscribed in the field of French Discourse Analysis (AD), especially in the reflections of Michel Foucault, the present research takes as a corpus of analysis 21 tweets from three profiles present on the social network Twitter: i) from civil society (@EscolaSemPartido); ii) councilman Fernando Holiday (@FernandoHoliday); and, finally, iii) the then presidential candidate, Jair Messias Bolsonaro (@JairBolsonaro). In the meantime, it has as a guiding point to think about the discursive constitution of the school institution by the statements arising from the political movement Escola Sem Partido. From the notion of governmentality, it is reflected how these statements build and circulate truths about the role of the school, teachers and students in the teaching-learning processes. As discursive regularities, raised and observed through the analyzes undertaken, are the notions of indoctrination, sexuality and teaching when aiming at the school institution. It was observed that the discursive strategy of this discourse occurs, among others, by sensitizing the family, one of the main instruments of governmentality for the control of the population.

Keywords: Discourse; Escola Sem Partido; Regime of truth; Twitter.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
1. PERCURSO TEÓRICO: DO DISCURSO À VONTADE DE VERDADE.....	22
1.1 DISCURSO: SABER E PODER	22
1.2 ENUNCIADO	25
1.3 PROCEDIMENTOS DE EXCLUSÃO	28
1.4 VERDADE	29
1.5 DISPOSITIVO DE SEXUALIDADE	31
2. INSTITUIÇÃO ESCOLAR: UM REFLEXO DA GOVERNAMENTALIDADE	33
2.1 DO SUPLÍCIO A GOVERNAMENTALIDADE	33
2.2 COMPÊNDIO A RESPEITO DO PROJETO “ESCOLA SEM PARTIDO”	40
3. TWITTER: VEICULAÇÃO DE VERDADES E SABERES.....	45
3.1 TWITTER: SUAS ORIGENS E CARACTERÍSTICAS	45
3.2 <i>STATUS</i> : QUEM ESTÁ HABILITADO PARA DIZER?	50
3.3 REGULARIDADES DISCURSIVAS: GESTO DE ANÁLISE	57
3.3.1 Doutrinação.....	59
3.3.2 Sexualidade	78
3.3.3. Docência	88
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	97
REFERÊNCIAS	100
ANEXOS	103
ANEXO 1 – PROJETO DE LEI “ESCOLA SEM PARTIDO”	103
ANEXO 2 – IMAGENS QUE COMPÕEM O <i>CORPUS</i>	111

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O ambiente escolar é sobremaneira constituído e palco de uma cadeia de discursos. De um modo ou de outro, é a partir dessa instituição que são transmitidas aos sujeitos as noções básicas que norteiam a sociedade como um todo. Se pensarmos na grade curricular que embasava o universo escolar na década de 1960, por exemplo, veremos certas disciplinas sendo pautadas em ideias de cunho cívico e moral (FUSINATO, 2013). Ao observar as condições de possibilidade para essas práticas discursivas, ressaltamos a existência, à época, do estímulo do ensino de tradição cristã e costumes da “família tradicional brasileira”, o que denota uma relação intrínseca com a disciplina militar. Assim, percebe-se que a escola é uma instituição constituída por regimes de verdade.

A *priori*, devemos compreender algumas prerrogativas que, de certa maneira, balizam a forma pela qual a instituição escolar compõe suas ações. Contudo, ressaltamos aqui que a construção desse panorama se dá de modo micro e busca pincelar dadas noções para uma melhor compreensão do universo escolar.

Foucault (2012) nos ajuda a perceber a virada que certas instituições discursivas tiveram para ter um alcance mais imediato e eficaz de poder. Durante a Idade Média, as instituições vigoravam em torno de um prisma que tinha como cerne a violência; assim, os sujeitos se tornavam dóceis graças às imputações físicas, ao suplício, aos castigos sobre o próprio corpo. Contudo, a partir da Idade Moderna, o adestramento dos sujeitos passou a se efetivar por meio de uma disciplinarização do corpo e da mente, exercício de poder mais eficiente e operativo. “Pois não é mais o corpo, é a alma. À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições” (FOUCAULT, 2012, p. 20).

À vista disso, as sanções deixaram de ser físicas e passaram a atingir a parte imaterial dos sujeitos. Essa (re)organização transformou a forma de operar das instituições que visavam moldar os sujeitos, seus comportamentos, desejos e relações sociais. Dessa forma, entende-se que a escola ocupa um espaço no que concerne a essa nova forma de se instaurar o poder, sendo ela própria também um dado exercício de poder. Logo, levando em consideração essa nova cadeia de relação de poder na qual a instituição escolar é mergulhada, torna-se relevante ressaltar dois pontos necessários para refletir como a instituição escolar aderiu a esse novo modelo de disciplinarização.

Ao adentrarmos em uma escola, principalmente aquelas que têm uma estrutura

antiga, é perceptível a ordenação das salas. Na maioria dos casos, a sala do coordenador pedagógico ou dos professores se localiza no centro ou em um espaço que seja visto por todas as demais salas e, em contrapartida, que as veja. Ao observarmos esse modelo, podemos facilmente perceber as similaridades com um panóptico, tal como na análise empreendida por Foucault do Panóptico de Bentham em “Vigiar e Punir” (2012). É preciso ter em mente que essa estrutura arquitetônica tinha como primeiro espaço de atuação as prisões; por conseguinte, sua formação era de celas em forma de células posicionadas de modo circular que tinham as janelas ou espaço de visão voltado para o centro onde se posicionava um guarda que os vigiava (FOUCAULT, 2012). Por fim, a parte mais interessante e relevante é que, ao longo dos dias, não havia a necessidade de se ter um guarda em seu posto, pois os detentos já condicionavam internamente que estavam sendo vigiados.

Isso nos leva a concepção de Foucault (2012) que concebe a sociedade moderna fundada em uma estrutura panóptica. Segundo o autor, noções como a do tempo e a instauração dos dispositivos de segurança fizeram com que, imersos em uma sociedade disciplinar, os sujeitos estejam (se sentindo) a todo o momento vigiados e controlados. Desse modo, o poder atua por intermédio da vigilância e, por conseguinte, obtém como resultado o controle e o aprimoramento do comportamento dos sujeitos. Ao lançarmos o olhar para a escola, observa-se que aos sujeitos-alunos é instaurado o temor pela sala de coordenação e, assim, sua localização propicia uma delimitação do comportamento dos sujeitos e facilita a disciplinarização em sala de aula.

Entretanto, compete evidenciarmos aqui que, se existe poder, há também resistência, afinal, ao se pensar que o poder deve ser entendido enquanto uma relação de poder entre sujeitos, resistir se configura como um modo do sujeito ressignificar os poderes que buscam assegurar um dado regime de saber. Dessa forma, pode-se considerar a resistência como mutável, afinal, em cada momento do fio descontínuo da história, os corpos poderão assimilar ou resistir a um dado discurso. Tendo em vista esse primeiro ponto, podemos prosseguir para o segundo.

A instituição escolar sempre foi alvo de uma inquietação social, uma vez que os costumes culturais e morais de uma sociedade perpassam o espaço acadêmico. Todavia, nota-se que a função escolar a cada dia é interpelada por mudanças significativas que remodelam todo o exercício que é imputado a ela. Um exemplo claro dessas transformações pode ser percebido na própria nomenclatura utilizada para se referir à incumbência docente. Não é nenhuma novidade a permuta do verbo *ensinar* para o de

educar ao aludir o papel que deve ser empregado em sala de aula.

Ressaltamos aqui que essa mudança de perspectiva a respeito da função da escola surge a partir dos preceitos elaborados por Paulo Freire (2007) ao conceber uma nova metodologia de ensino intitulada educação progressista. É preciso que se perceba que as práticas escolares interferem sobremaneira nessa troca de nomenclatura, afinal, essa reformulação parte da alternância das práticas que implicam novas terminologias associadas a novos objetos teóricos pedagógicos. Desse modo, essa modificação aponta o deslocamento de práticas discursivas que aludem ao universo escolar, pois, ao se amparar em outro discurso do fazer docente, novas realidades sociais são produzidas.

O verbo ensinar advém do termo *insignare* (CUNHA, 2012). Transpondo essa palavra para o português, temos “transmitir conhecimento”, ou seja, uma restrição do processo escolar somente a uma perspectiva do conteúdo. Desta maneira, a atribuição escolar estará enfatizada no repasse de informações e dados científicos que constituem a grade curricular. Por sua vez, o verbo educar resulta do termo *educatio* (CUNHA, 2012), que está ligado a uma concepção de ordem do desenvolvimento de noções e ideais físicos, intelectuais e, principalmente, morais de um determinado sujeito. Fundamentado nessa visão, percebe-se que o olhar do processo escolar está voltado a uma modelagem das práticas dos sujeitos-alunos em relação à sociedade e com eles mesmos, ou seja, notadamente, as práticas discursivas incidindo sobre o universo escolar. Desta forma, a preocupação passa a ser uma disciplinarização dos corpos e das atuações que são concebidas como normais e anormais.

Partindo desse pressuposto, devemos observar que a instituição escolar cada vez mais vem sendo “bombardeada” com uma série de novas medidas ou ideias que sugestionam novas políticas pedagógicas. Salientamos que o principal propósito dessa reconfiguração é a remodelagem das práticas instauradas em seu meio. Progressivamente, está sendo direcionada a escola a inclusão de novas disciplinas, a reformulação dos componentes curriculares, deliberações acerca da qualidade de ensino, formação continuada para professores, incorporação de tecnologias no espaço escolar e diversas propostas que têm como cerne uma reconfiguração das práticas escolares¹. Todavia, um ponto pertinente a se observar é o aumento de encaminhamentos de propostas que visam modificar a instituição escolar partindo de uma rede discursiva que é fundamentada pelo discurso político e pelo discurso moral, conservador e religioso.

¹ No site do Ministério da Educação (MEC), podemos ter acesso a portarias e notícias que demonstram uma preocupação com o incentivo a formação continuada. Disponível em: <<https://bit.ly/36yxnQK>>. Acesso em 21 jan. 2020.

À vista disso, um dos projetos de lei que evidencia a rede discursiva supracitada é o Escola Sem Partido. Uma vez que, para além de um mero projeto de lei que sugere reformular as práticas escolares, ele pode ser entendido enquanto um acontecimento discursivo. Antes de qualquer coisa, faz-se necessário compreender o que se toma enquanto o referido projeto para entendermos sua constituição enquanto acontecimento discursivo.

O projeto Escola Sem Partido é um movimento político que emergiu em São Paulo, no Brasil, em 2004, tendo como fundador o advogado Miguel Nagib. De forma geral, o principal objetivo do projeto é nortear a atuação dos professores em sala de aula como forma de delimitar o suposto repasse de ideologias individuais. Ademais, estimula os discentes a realizarem denúncias por meio de filmagens ou similares a respeito da conduta de professores que fujam do comportamento pré-estabelecido por regimes de verdade que fundamentam a atuação docente em sala de aula².

Apesar disso, ele só toma força no ano de 2015 por questões inerentes ao contexto político e social do país³. Entende-se, assim, que o projeto Escola Sem Partido pode ser encarado enquanto um acontecimento discursivo por ter sua eclosão e sua difusão vinculadas a outros acontecimentos que fazem parte de uma determinada formação discursiva. A partir desse contexto, emerge o incômodo que baliza o presente estudo, que é o de observar como funcionam os regimes de verdade que possibilitam a emergência de enunciados sobre a instituição escolar oriundos do projeto Escola Sem Partido em 2018 na rede social digital Twitter.

Desta forma, temos como pergunta discursiva de pesquisa: “Quais regimes de verdade interpelam o ambiente escolar, de modo específico, aqueles que fundamentam o projeto Escola Sem Partido, em enunciados colocados em circulação no Twitter em 2018?”. Traçamos como objetivo geral analisar os regimes de verdade sobre/para ambiente escolar presentes em enunciados colocados em circulação na rede social digital Twitter, especificamente aqueles concernentes ao projeto Escola Sem Partido. E como objetivos específicos: compreender como os discursos fabricam a instituição escolar na busca de exercer a governamentalidade; refletir sobre os regimes de verdade sobre/para o ambiente escolar; observar as condições de possibilidade para o surgimento do movimento político Escola Sem Partido; perscrutar pelos modos de funcionamento do discurso em ambientes digitais, especificamente o Twitter.

² Entenda o movimento Escola Sem Partido. **O Globo**. São Paulo: 21 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://glo.bo/2RRpdxD>> Acesso em 21.jan.2020.

³ Esse contexto será destrinchado nos próximos capítulos de discussão.

Aos nos inscrevermos no campo da Análise do Discurso francesa, especificamente a partir das reflexões de Michel Foucault, refletimos que o movimento político Escola Sem Partido constrói posições a respeito do ambiente escolar na história. Tal fato remarca o (efeitos de) sentido que emerge de um imbricamento entre poder, regimes de verdade e governamentalidade.

É imprescindível destacar que no campo da AD, o estabelecimento do *corpus* já é uma primeira análise, na medida em que decidir o que fica dentro ou fora da análise remarca um posicionamento teórico/gesto analítico do sujeito analista frente à obra que pretende analisar.

Para a constituição do *corpus*, montamos um banco de dados com materialidades extraídas da rede social *Twitter*. Ao todo, selecionamos 21 *tweets* de três perfis presentes na rede social: i) da sociedade civil (@EscolaSemPartido); ii) do vereador Fernando Holiday (@FernandoHoliday); e, por fim, iii) do então candidato à presidência, Jair Messias Bolsonaro (@JairBolsonaro). Em um primeiro momento, é preciso apontar quais fatores foram levados em consideração para a escolha dos referidos perfis.

Todos os perfis escolhidos defendem o projeto Escola Sem Partido e utilizam o *Twitter* para expor regimes de verdade que aludem ao universo escolar. O perfil i se define como “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior.”⁴. O perfil ii pertence ao vereador da cidade de São Paulo, Fernando Holiday, além disso, ele é coordenador do Movimento Brasil Livre, que foi um dos principais disseminadores do projeto Escola Sem Partido nas câmaras de vereadores do país. O perfil iii pertence ao candidato à presidência Jair Bolsonaro que formulou como principal fundamento de sua campanha questões ligadas à instituição escolar.

Todos os *tweets* que constroem o *corpus* foram enunciados durante 2018. O principal episódio histórico deste ano foi a campanha presidencial. Afinal, é perceptível que o grande alicerce desse período foi à construção de uma preocupação com o ensino brasileiro e a instituição escolar por parte dos candidatos aliados à direita. É necessário apontar que a seleção dos *tweets* ocorreu em Julho de 2019 e, no mesmo ano, a política do *Twitter* em relação a *fake news* tornou-se mais rigorosa, o que provocou a exclusão de alguns *tweets* escolhidos. Após a extração dos *tweets*, buscou-se observar as regularidades discursivas⁵ e, a partir desse ponto, a análise foi fundamentada.

⁴ A definição está presente no *blog* do perfil, sendo que, o acesso ao mesmo encontra-se na *bio* do perfil no *Twitter*. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/quem-somos/>. Acesso em: 15 de outubro de 2019

⁵ Essa noção será melhor fundamentada no capítulo III.

Nosso plano de trabalho, nesse ínterim, teve como ponto norteador pensar a constituição discursiva do movimento político Escola Sem Partido a partir da noção de governamentalidade cunhada pelo filósofo Michel Foucault (2012) e trabalhada de forma singular no campo da Análise do Discurso de linha francesa. Buscou-se observar como, na materialidade construída discursivamente, emergem enunciados que produzem efeitos de verdade na/para a instituição escolar.

Tendo em mente os apontamentos supracitados, cabe-se pensar acerca de algumas questões atuais que pairam sobre a instituição escolar. Paulatinamente, testemunhamos sujeitos-políticos que enunciam as práticas escolares, sobretudo buscando estruturar críticas relacionadas à escola com práticas de cunho ideológico. Esse cenário vem se solidificando e se tornando mais denso no Brasil a partir das eleições a presidência de 2018. Nesta época, boa parte dos partidos aliados a um pensamento de extrema direita usaram como fundamentação para sua campanha eleitoral prerrogativas escolares⁶.

Todavia, chamamos atenção para o fato que, desde 2015, podemos presenciar em diversas câmaras municipais leis que derivam de um movimento político intitulado Escola Sem Partido⁷. É imprescindível observarmos as condições de possibilidade⁸ que oportunizaram, de modo específico, o ano de 2015 como palco para a construção do avanço do projeto supracitado; afinal, ao pensarmos nos jogos de poder existentes, principalmente no campo político, observamos como as tomadas de atitudes estão estruturadas em dados regimes de saber-poder e, conseqüentemente, em regimes de verdade. Desse modo, devemos levar em consideração os avanços e projeções para a consolidação do *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff para compreendermos melhor os progressos que o projeto Escola Sem Partido teve naquele determinado ano.

No início de 2015, mais precisamente em meados de março, o Brasil passa a ser cenário de um movimento que é nomeado como “Anti-Dilma”. O principal objetivo dessa onda de manifestações era demonstrar um descontentamento ao governo da então presidente Dilma Rousseff. A ordenação do movimento se efetivou por meio de grupos privados na rede social *Facebook* e teve como principais organizadores três grupos políticos: Vem para Rua, Movimento Brasil Livre – MBL e Revoltados OnLine⁹. Contudo, o grupo com mais destaque e influência para o *impeachment* foi o MBL, haja

⁶ Bandeira de campanha de Bolsonaro, Escola Sem Partido entra na pauta da Câmara. **Estadão**, São Paulo, 30 de outubro de 2018. Disponível em: < <https://bit.ly/37uaQpu>>. Acesso em: 5 de ago. 2019

⁷ Escola sem Partido!: entenda a polêmica em torno do movimento e seus projetos de lei. **G1**, 03 de agosto de 2016. Disponível em <https://glo.bo/3aL15Fn>. Acesso em: 21 jul. 2019

⁸ Essas condições de possibilidade serão demarcadas mais a frente.

⁹ Três grupos organizam os atos anti-Dilma, em meio a divergências. **El País**, São Paulo, 15 de março de 2015. Disponível em: <https://bityli.com/Szt2j>. Acesso em: 02 de abril de 2019.

vista que o pedido protocolado por eles é usado como fundamentação para a votação no congresso. Desse modo, ao concentrarem forças na construção da retirada da então presidente, obteve-se um ensejo para denegrir a imagem não só do sujeito, mas também do partido político como um todo. Ao considerarmos as estatísticas que apontam que o Brasil avançou consideravelmente nas estatísticas referentes à educação nos anos de 2000 até 2013, em decorrência de financiamentos e investimentos do governo PT¹⁰, podemos observar as motivações dos ataques a instituição escolar e a sua credibilidade. Dessa forma, houve a emergência de discursos acerca da instituição escolar, sobretudo no que se refere ao papel do docente.

Partindo desses pressupostos, devemos expor a relevância que a presente pesquisa tem para a Análise do Discurso francesa e, sobretudo, para a sociedade. A instituição escolar vem sendo alvo do olhar da sociedade desde as acusações de que seus fundamentos haviam sido modificados por uma ideologia pertencente ao partido que estava no poder. Desse modo, diversos enunciados se debruçavam na noção de que crianças estavam sendo corrompidas por ideologias transmitidas por professores.

À vista disso, faz-se necessário pensarmos quais jogos de poder sustentam condições de possibilidade para a emergência desses enunciados que foram espalhados, especificamente, ao longo do segundo turno da campanha presidencial, uma vez que, por meio deles, podemos observar de que forma a governamentalidade funciona na sociedade ao usar regimes de verdade para sua concretização. Assim, importa compreendermos as reverberações de enunciados que constroem regimes de verdade sobre o ambiente escolar como um espaço doutrinador. Ademais, cabe ressaltar aqui a importância de se observar os regimes de verdade presentes no universo escolar para a Análise do Discurso francesa. Antes de qualquer coisa, devemos perceber que esse mirante teórico tem como uma de suas finalidades refletir quais práticas discursivas sustentam um dado exercício de poder, a configuração de um regime de saberes; como os saberes que circulam socialmente ganham notoriedade e uma maior veracidade por meio de instituições discursivas. Dessa forma, compreender quais saberes e poderes regulam os regimes de verdade que circundam as práticas escolares por meio de *tweets* se liga a um dos pilares da teoria em estudo.

Levando em consideração os objetivos de pesquisa já mencionados, o presente trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro, intitulado “Do discurso como vontade de verdade”, buscamos pensar alguns conceitos essenciais da Análise do

¹⁰ O legado dos 13 anos do PT no poder em seis indicadores internacionais. **BBC**, São Paulo, 13 de março de 2016. Disponível em: <https://bitly.com/xAKT6>. Acesso em: 02 de abril de 2019.

Discurso foucaultiana que se mostraram imprescindíveis para a análise realizada, tais como discurso, enunciado, poder-saber, regimes de verdade e instituições discursivas. Procuramos nesse capítulo uma ponderação acerca de concepções teóricas que direcionaram nosso olhar para o *corpus* em análise.

O segundo capítulo, “Instituição escolar: um reflexo da governamentalidade”, está dividido em duas seções distintas. Em um primeiro momento, há a introdução da ideia de governamentalidade. Em seguida, na segunda seção, “Compêndio a respeito do Escola Sem Partido”, é apresentado como surge o projeto Escola Sem Partido e nas motivações que o levam a se tornar base para o programa político do então candidato a presidência. Na segunda seção, “Projeto Escola Sem Partido: um olhar discursivo”, buscamos analisar a incidência discursiva do projeto a partir de dois momentos específicos, para compreendermos os motivos que o levam a ser tomado como um acontecimento enunciativo e discursivo.

No terceiro e último capítulo, “Twitter: veiculação de verdades e saberes”, realizamos o gesto de análise com vistas a compreender como, discursivamente, se constroem efeito(s) de verdade(s) sobre/ para o ambiente escolar tendo como materialidade enunciados veiculados no Twitter em 2018 e que possuem relação direta ao projeto Escola Sem Partido evidenciando o imbricamento singular fundado por questões de poder e governamentalidade.

Dessa forma, convidamos o leitor a leitura da presente pesquisa que buscará traçar um percurso de análise e reflexão a respeito dos regimes de verdade que circulam sobre a instituição escolar em enunciados balizados por um discurso político na rede social *Twitter*. Vale ressaltar que todos os enunciados analisados foram postos em circulação durante a corrida eleitoral a presidência do Brasil no ano de 2018, especificamente no segundo semestre e ponderam a respeito do projeto “Escola Sem Partido”.

1. PERCURSO TEÓRICO: DO DISCURSO À VONTADE DE VERDADE

No decurso da história, a escola ganhou notoriedade por ser um espaço de ensino de verdades. Não é incomum, por exemplo, observar que, em boa parte das salas de aula, ocorre uma tentativa de apagamento do conhecimento voltado para o senso comum do sujeito-aluno para dar espaço para um conhecimento científico e, por isso, tomado enquanto verdadeiro. Contudo, é necessário refletir sobre quais são os fatores que permitem um determinado discurso angariar a condição de verdade em detrimento de outro.

Compreende-se que a instituição escolar se estrutura no entremeio de uma cadeia de regimes de verdade que é concebida e, ao mesmo tempo, projeta e possibilita o exercício de relações de poder. Desta forma, antes de nos aprofundarmos na noção de jogos de poder, faz-se importante delimitarmos algumas noções de cunho norteador para o presente trabalho. Assim, nesse primeiro momento, buscamos a construção de um panorama teórico com as perspectivas mais caras a análise apresentada posteriormente.

1.1 DISCURSO: SABER E PODER

Para se adentrar nas reflexões da Análise do Discurso de cunho foucaultiano, faz-se necessário compreender como o filósofo francês concebe a noção de discurso. Isso deriva, principalmente, do fato do discurso ser encarado por Foucault (1996) como alvo do desejo humano e, inserido nesse espaço de aspiração, está intimamente ligado a ideia de poder. Ou seja, na visão do autor, discurso, saber e poder são noções visceralmente atadas e que se tornam basilares para a compreensão dos regimes de verdade que sustentam a sociedade.

O discurso está presente e constrói todas as relações humanas. Afinal, “são proposições que adquirem caráter de verdadeiras passando a constituir princípios aceitáveis de comportamento” (FOUCAULT apud FERNANDES 2013, p.19). Ou seja, é pelo discurso que os sujeitos são fabricados e se constituem, uma vez que por meio dele é definido o que pode ou não circular socialmente, seja na materialidade do sujeito ou na materialidade social. Entende-se também que o que o faz ser tão desejado é o fato de que em cada funcionamento do discurso há uma prática, um dado exercício do poder. Dessa forma, o discurso pode ser compreendido enquanto uma prática social, controlada, regida, afinal:

(...) temos consciência de que não temos o direito de dizer o que nos apetece, que não podemos falar de tudo em qualquer circunstância, que quem quer que seja, finalmente, não pode falar do que quer que seja (FOUCAULT, 1996, p. 2).

Sendo assim, a partir do momento em que estamos circunscritos em um dado discurso, lidaremos com as nuances do que ele permite ou não. Pois o discurso, enquanto prática social, sempre fomentará uma relação de poder, de tal maneira que seu funcionamento é histórico. Foucault (1996) explicita que a produção discursiva se dá na e pela a história, como resultado de relações de poder e regimes de saber.

Por conseguinte, nota-se que há um imbricamento singular entre discurso e enunciado. Uma vez que, segundo Foucault (2008), podemos compreender o discurso como um conjunto de enunciados que são praticados ao longo do tempo e que partem de uma mesma formação discursiva; nas palavras do próprio autor, o “discurso [é] um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva” (FOUCAULT, 2008, p.132).

Dessa forma, a formação discursiva pode ser compreendida enquanto as regularidades e dispersões as quais um conjunto de enunciados serão submetidos, ou, para além disso como

(...) um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou qual objeto, para que empregue tal ou qual enunciação, para que utilize tal conceito, para que organize tal ou qual estratégia. Definir em sua individualidade singular um sistema de formação é, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática (FOUCAULT, 2008, p.82).

Sendo assim, observa-se que todo discurso atende a um dado ordenamento e que, por estar filiado a um regime de verdade, sua produção é

(...) ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p.9).

Disso decorre, então, que todo discurso se materializa por meio de enunciados numa teia de poder presente em todo o corpo social. Ao pertencer ao fio descontínuo da história, os discursos constituem e são constituídos por processos históricos e, assim, não são imutáveis e podem ser entendidos enquanto singulares de acordo com as transformações históricas.

Deste modo, Foucault (1996) demonstra que a construção discursiva requer controle, seleção, organização e uma redistribuição fundamentada por uma série de procedimentos que irão ter, entre seus objetivos, o de dominar o acontecimento aleatório.

Afinal, a base de um discurso é sempre delimitada por saberes de uma determinada instituição que busca angariar poder. Além disso, é necessário observar que, por se tratar de um acontecimento, o discurso não será tomado enquanto imutável, visto que se manifesta nas práticas sociais e produz efeitos nos sujeitos inseridos nelas de acordo com as condições de possibilidade. Dessa maneira, ao entendermos que o discurso está sempre envolvido em saber e poder, é interessante continuarmos a pensar na questão discursiva a partir dessas noções.

Para Foucault (1996) a ideia de saber está intimamente ligada com o discurso e com sua distribuição social. Se o discurso que vigora socialmente é aquele que parte de quem exerce o saber numa relação entre sujeitos, ou seja, é notório que o saber não é neutro e gera relações de poder. Em linhas gerais, podemos compreender que “não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 2012, p.31), ou seja, é por meio dessa relação de poder-saber que os discursos são produzidos.

Dessa maneira, a reformulação dos procedimentos de saber assimilam as mudanças ocorridas socialmente e, não obstante, Todo saber está vinculado ao exercício do poder. Frente a isso, é preciso compreender que, para Foucault (2012), o poder é um conjunto de relações de forças multilaterais, em que é necessário uma fissura para a interpelação de resistência. Primeiramente, deve-se perceber que o poder se encontra em todas as relações, sejam essas sociais, políticas ou econômicas; dessa forma, as relações de poder moldam-se por intermédio de condições históricas que possibilitam sua emergência e abrangem inúmeros efeitos. Para além disso, sendo o poder uma prática social, Foucault (2012) explicita que ele não deve ser encarado como sendo algo ruim ou com conotação negativa. Uma vez que “o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 2012, p.8).

Assim, podemos perceber que essa relação de poder parte da prerrogativa de “uma relação ambígua, reversível, que luta belicosamente por controle, dominação e vitória” (FOUCAULT, 2012, p.66) entre sujeitos livres, ou seja, ele nunca será detido por um sujeito, mas funcionará na própria relação estabelecida entre sujeitos. Sendo assim, compreende-se que todo sujeito, de alguma forma, exerce um dado poder em uma determinada relação.

1.2 ENUNCIADO

Por conseguinte, pensando na discussão estabelecida a respeito do discurso, é necessário nos aprofundarmos no que se concebe enquanto um enunciado. Foucault (2008a) ao tratar do enunciado, busca em um primeiro momento estabelecer sua natureza e, para isso, o desatrela da frase, oração ou outra estrutura. Assim, inicialmente, o autor estabelece que o enunciado não é uma proposição e para exemplificar essa noção ele parte de duas proposições “Ninguém ouviu” e “É verdade que ninguém ouviu” (FOUCAULT, 2008a, p.91) que, do ponto de vista lógico, têm uma estrutura equivalente e são indiscerníveis, contudo representam dois enunciados distintos e intercambiáveis. Desse modo, entende-se que

(...) os critérios que permitem definir a identidade de uma proposição, distinguir várias delas sob a unidade de uma formulação, caracterizar sua autonomia ou sua propriedade de ser completa, não servem para descrever a unidade singular de um enunciado. (FOUCAULT, 2008a, p. 92).

À vista disso, Foucault (2008a) também aponta que o enunciado não pode ser uma frase. Afinal, “é relativamente fácil citar enunciados que não correspondem à estrutura linguística das frases” (FOUCAULT, 2008a, p.92); de forma exemplificada, o filósofo aponta para a existência de gráficos ou de uma representação imagética de uma curva de crescimento que podem não apresentar nenhuma legenda e, mesmo assim, serão enunciados. Dessa forma, “não parece possível, assim, definir um enunciado pelos caracteres gramaticais da frase” (FOUCAULT, 2008a, p.93).

Por fim, os enunciados também não podem ser tomados enquanto *speech acts* (atos de fala). Isto é, não se deve compreender o enunciado como enunciação, uma vez que se torna, em certa medida, impossível desassociar os enunciados em um ato de fala, pois para a formulação de um *speech act* é necessária a articulação de uma série de enunciados para a produção de um dado sentido. Assim,

Esses atos são, pois, constituídos pela série ou soma desses enunciados, por sua necessária justaposição; não se pode considerar que estejam inteiramente presentes no menor deles, e que se renovem com cada um. Aqui também não se poderia estabelecer uma relação biunívoca entre o conjunto dos enunciados e o dos atos ilocutórios. (FOUCAULT, 2008a, p.94)

Dessa forma, ao traçar essa conceituação por meio de negações entende-se que, para Foucault (2008a), ao individualizarmos o enunciado ele não estará atrelado a uma

perspectiva gramatical, lógica ou mesmo “analítica”. Afinal, sua singularidade de existência abstrai qualquer necessidade de sustentação escrita ou falada; em outras palavras, o enunciado “é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (FOUCAULT, 2008a, p. 31).

Assim, (FOUCAULT, 2008) expõe que o enunciado se efetiva por meio de uma função enunciativa, que compreende um referencial, uma posição sujeito, uma materialidade e um campo associado.

A primeira delas remete ao fato de um enunciado, por mais simples que pareça ser, não ter dependência direta com um sujeito ou com regras gerais da gramática. O *correlato* apontado por Foucault (2008) como sendo essencial a eflorescência de um determinado enunciado são os âmbitos em que eles podem emergir e em quais vínculos eles podem sinalar. Desta forma, todo enunciado:

está antes ligado a um "referencial" que não é constituído de "coisas", de "fatos", de "realidades", ou de "seres", mas de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas. (FOUCAULT, 2008, p.103)

Isto é, o que caracteriza a formulação enunciativa é o referencial, que possibilita as diversas competências de possibilidade. Assim, entende-se como o campo em que se dará a emergência do enunciado e também aquele que delinea as condições de aparecimento.

A segunda característica que designa o enunciado é a posição sujeito. Foucault (2008) aponta que essa função é vazia, variável, mas ao mesmo tempo determinada pelo referencial, ou seja, a emergência de um enunciado está relacionada com o que é dito por um sujeito, em uma dada posição discursiva, em um determinado tempo e espaço. A ideia de sujeito enunciativo será construída a partir de um conjunto de requisitos e possibilidade que serão variáveis dentro da historicidade. Assim, ao observar o sujeito enunciativo na formulação de um enunciado, “não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer), mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito” (FOUCAULT, 2008, p. 108).

A terceira característica está intimamente ligada ao domínio associado. Um dado enunciado não necessita apenas de um suporte material para existir ou de determinadas regras pré-estabelecidas por uma gramática, como presenciamos na concepção de uma frase ou preposição; para sua aparição, um enunciado sempre necessitará de outro enunciado. Assim, um enunciado sempre se encontrará em um jogo enunciativo, não se sustentará

livremente ou de forma independente e jamais apresentará uma neutralidade. Ou seja, para se tratar de um enunciado, devemos sempre o relacioná-lo com o que o antecedeu, com enunciados concomitantes, bem como com aqueles futuros, para os quais se projetam. Desse modo, “um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados” (FOUCAULT, 2008, p.110), sendo que essa margem não se define pelo contexto, afinal, uma determinada situação contextual não estabelecerá uma relação de ser com a produção enunciativa, mas pelas condições de possibilidade históricas. Sendo assim, um enunciado sempre presume uma série enunciativa a qual alude e atualiza.

A quarta e última característica é sua existência material, dado que “o enunciado é sempre apresentado através de uma espessura material, mesmo dissimulada, mesmo se, apenas surgida, estiver condenada a se desvanecer” (FOUCAULT, 2008, p.113), ou seja, a identidade de um enunciado carece de uma materialidade que determine um tempo e um espaço; assim, com a mudança dessa materialidade, a própria identidade enunciativa também poderá se alterar. Desta forma, “a materialidade é constitutiva do enunciado: ele precisa ter uma substância, um suporte, um lugar, uma data” (GREGOLIN, 2004, p.31). Assim, é preciso ter em mente que, apesar de um enunciado ter a possibilidade de ser repetido, sua enunciação jamais será, pois “a enunciação é um acontecimento que não se repete; tem uma singularidade situada e datada que não se pode reduzir” (FOUCAULT, 2008, p.114).

Levando isso em consideração, é perceptível que o enunciado será "sempre um acontecimento, que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente" (FOUCAULT, 2008, p. 32) e, desse modo, irá referir-se a "uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço" (FOUCAULT, 2008, p. 99).

Sendo assim, o enunciado concebe “um campo de atualização, que permite a sua constância, a manutenção de sua identidade através dos acontecimentos singulares das enunciações” (GREGOLIN, 2004, p. 31). Como explicita Foucault (2003), todo enunciado é, em si mesmo, um dado acontecimento:

O que me interessa no problema do discurso é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. Isto é o que eu chamo de acontecimento. Para mim, trata-se de considerar o discurso como uma série de acontecimentos, de estabelecer e descrever as relações que esses acontecimentos – que podemos chamar de acontecimentos discursivos – mantêm com outros acontecimentos que pertencem ao sistema econômico, ou ao campo político, ou às instituições. (FOUCAULT, 2003, p. 255)

Essa noção será cara ao presente trabalho, pois, por meio dela, conseguiremos observar a ocorrência do projeto Escola Sem Partido enquanto possível pelo favorecimento do “dado momento” em que ele aparece na cena política pensando nos acontecimentos do campo político e das instituições discursivas.

1.3 PROCEDIMENTOS DE EXCLUSÃO

Frente ao exposto, compreende-se que nem tudo pode ser dito por qualquer um. Faz-se necessário pensar no que valida um enunciado, o que o torna “verdadeiro” e como é possível angariar esse status de verdade.

Antes de pensarmos na questão da verdade, devemos observar de que modo um discurso irá circular como sendo verdadeiro ou falso. Podemos observar que existem discursos que não ganham legitimidade por procedimentos que são conhecidos como de exclusão. De forma geral, podemos conceber três tipos de exclusão, contudo, isso não significa que elas não reaparecerão, afinal, a concepção de história para o presente trabalho deriva do pressuposto da descontinuidade histórica e de suas múltiplas temporalidades.

O primeiro procedimento de exclusão é entendido como o de interdição. É perceptível que nem tudo pode ser dito por qualquer sujeito. Existem certos discursos que só terão validade por certos sujeitos ou por certas instituições. Assim, temos em mente que “as interdições que o atingem [discurso] revelam logo sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 1996 p.10), ou seja, o discurso é objeto do desejo e é também o poder que almejamos nos apoderar.

O segundo procedimento é o da razão e da loucura. Ao observarmos a história da loucura, em alguns momentos, podemos perceber que o discurso do louco é aquele que não pode transitar como o discurso dos sujeitos normais. Cabe ressaltarmos aqui que o louco é entendido como o sujeito que apresenta um dado comportamento que foge das regras impostas por uma instituição discursiva. Assim, o louco carece de uma “rede de instituições que permite a alguém – médico, psicanalista – escutar essa palavra” (FOUCAULT, 1996 p.13); desse modo, seu discurso só será ouvido ao ser censurado, uma vez que ele só terá oportunidade de falar abertamente quando não estiver mais em circulação social e, sim, em reclusão e seu discurso nunca alcançará legitimidade por fugir dos padrões que vigoram socialmente.

O terceiro e último procedimento de exclusão é o de verdadeiro e falso. Sabemos

que existe uma vontade de verdade que move e reconfigura as relações de poder. Contudo, por essa vontade residir sobre o aporte de uma determinada instituição, é por meio dessa que o regime de verdade se originará e, a partir disso, exercerá sobre os outros discursos uma “espécie de pressão e como que um poder de coerção” (FOUCAULT, 1996 p.16). Com isso, percebemos a simbiose entre discursos que serão aceitos enquanto verdades e discursos que serão excluídos dentro de um regime de verdade originado por uma instituição.

1.4 VERDADE

Se todo discurso está sujeito à história, observamos que a verdade não é imutável e muito menos singular. Produto do discurso, a verdade se sustenta nos regimes de saber e nas relações de poder. A partir desse entendimento, Foucault (2012), ao lançar um olhar à medicina, reconhece a existência de mudanças nas práticas e nas verdades que cerceavam o fazer médico. No curso da história, a teórica expõe que houve a eclosão de novos modos de se conceber o que era correto no cuidado da saúde e que, tais mudanças “não são simplesmente novas descobertas; é um novo ‘regime’ no discurso e no saber” (FOUCAULT, 2012, p.5). Conseguimos perceber mais uma vez a relação intrínseca entre saber-poder, haja vista que a partir do estabelecimento de um dado saber teremos a fortificação ou a organização de um determinado jogo de poder.

Como expõe Foucault (2012), as relações de poder irão se configurar de modo difuso e capilar, ou seja, irão se espalhar pelas malhas sociais. Nesse entrecruzamento social, estão presentes instituições discursivas que auxiliam na manutenção desse poder, como exemplo, a escola, a família, o hospital, a clínica e, de forma mais recente, a mídia. Essas instituições discursivas têm como principal característica a produção de discursos que, ao circularem socialmente, angariam a posição de verdade.

Sendo assim, assevera-se que o exercício do poder sobre o outro só é possível mediante um dado saber que lhe se serve de instrumento e justificativa. Dessa forma, podemos compreender como instituições como a escola ou a universidade podem se efetivar como espaços em que jogos de poder ocorrem a todo instante, uma vez que o saber sempre estará ligado a um dado regime de verdade que lhe confere uma subsistência e solidez para o exercício de poder.

Se traçarmos um caminho na educação brasileira, por exemplo, conseguiremos observar que, em cada período histórico, constituiu-se um determinado modelo

educacional. Ribeiro (2000) estabelece oito modelos educacionais até 1985 que se originam a partir dos discursos que sustentavam o governo. Sendo que, em cada um dos modelos, havia uma busca em se apresentar um saber que justificava as mudanças que estavam sendo implantadas. Dessa forma, cabe analisar de que forma as mudanças vão ocorrendo em um dado saber para que uma noção passe a ser considerada como verdadeira em detrimento de outra.

Ao observamos as mudanças que ocorrem em um dado saber, não devemos nos prender a velocidade de sua eventualidade. Faz-se necessário que lancemos um olhar a “modificação nas regras de formação dos enunciados que são aceitos como cientificamente verdadeiros” (FOUCAULT, 2012, p.5). Isto é, devemos analisar as relações de poder que circulam no interior dos enunciados, pois, a partir desse ponto, compreenderemos que não há uma verdade, mas sim regimes de verdade que sustentam jogos de poder e, ao mesmo tempo, são sustentados por eles.

Foucault (2012) não concebe, como já discutido, verdade, mas sim regimes de verdade que são sustentados a partir dos jogos de poder. Assim, faz-se necessário pensar “como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos” (FOUCAULT, 2012, p.6). Isto é, tendo em mente que o discurso e os enunciados que o sustentam não são neutros, é explícito que os regimes de verdade são sempre sustentados por questões políticas, sociais, econômicos, históricas, culturais etc. Assim, ao postular uma dada “verdade”, as instituições discursivas são balizadas por questões notadamente históricas. Desta forma, um regime de verdade será sempre mutável de acordo com a necessidade dos jogos de poder que vigoram socialmente.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2012, p. 10).

Dessa forma, as demandas de regimes de verdade são fruto das condições das possibilidades históricas para seu aparecimento. Ou seja, a concepção de um enunciado ser tomado como verdadeiro irá depender, sobremaneira, da cadeia discursiva a que ele pertence e aos jogos de poder em que ele encontra situado, uma vez que, “por ‘verdade’, entende-se um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados.” (FOUCAULT, 2012, p.11). Ademais, ao

observamos as cinco características da institucionalização de uma verdade (vide nota de rodapé 14), nota-se que elas resvalam sempre na imprescindibilidade de um aparelho político ou econômico para sua produção e dispersão, pois ela sempre irá derivar de uma incitação ao poder político ou a produção econômica.

Além disso, ao observarmos que um regime de verdade “está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem” (FOUCAULT, 2012, p.11), podemos esboçar algumas considerações a respeito de como ele se estrutura discursivamente. Os regimes de verdade podem ser tomados enquanto princípios reguladores da ordem do discurso, isto é, ao lado de outros princípios, eles concebem condições de possibilidade para emergência de dados enunciados, possibilitam determinados dizeres, interdita ou silencia outros.

Dessa forma, buscaremos estabelecer em nosso trabalho redes discursivas que subsidiam a instituição escolar e que, assim, movimentam efeitos de sentidos a respeito dos regimes de verdade que circulam por ela, sobretudo aquelas que pairam sobre o *status* do professor e o fazer docente. Pensando nisso, no recorte do nosso *corpus*, há a recorrência de um discurso conservador que movimenta sentidos a respeito da sexualidade e demandam dos sujeitos certas práticas em relação ao sexo. Assim, cabe pensarmos nesse momento sobre a sexualidade.

1.5 DISPOSITIVO DE SEXUALIDADE

A forma como um sujeito é interpelado pela sexualidade se embasa em uma perspectiva discursiva que delimita o que pode ou o que não pode ser perpassado por ela. Desse modo, em cada ponto do fio descontínuo da história, teremos certos procedimentos que reivindicam do sujeito certas práticas em relação a sexualidade. Tomando isso como ponto inicial, devemos observar como se constituiu o dispositivo da sexualidade para, em seguida, percebermos sua relevância para a presente pesquisa.

Um dispositivo é “um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante.” (FOUCAULT, 2012, p. 138-139). Com isso, podemos observar que um dispositivo sempre se estabelecerá como uma estratégia de controle tanto a nível individual (corpo) quanto a nível de massa (população). Dessa forma, devemos refletir acerca dos motivos que tornam necessário a concepção de um dispositivo

da sexualidade.

Ao se constituir historicamente, a sexualidade é permeada por saberes que designam o que é ou não possível ao sujeito em relação ao sexo. Assim, o dispositivo da sexualidade se localiza nessa relação de saber-poder como uma estratégia e também um instrumento para se controlar os sujeitos. Sendo gerada por um determinado saber, a sexualidade também será regulada por instituições discursivas. Em Foucault (1988) podemos observar essa institucionalização da sexualidade por intermédio de um saber que descreve, configura a “[...] mulher histérica, a criança masturbadora, o casal malthusiano, o adulto perverso” (FOUCAULT, 1988, p.101), pois em cada um desses aspectos, há a presença de um saber pertencente a uma instituição, tal qual a medicina, a pedagogia, a economia e a psiquiatria.

Dessa forma, o dispositivo de sexualidade “tem, como razão de ser, não reproduzir, mais o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global.” (FOUCAULT, 1988, p. 101).

A noção de sexualidade nos será cara para observamos de que forma as práticas discursivas de cunho conservador se utilizam do dispositivo de sexualidade para postularem regimes de verdade acerca dos sujeitos inseridos no ambiente escolar. Uma vez que, dada a regularidade discursiva presente no *corpus* a respeito da sexualidade, podemos observar o uso da sexualidade como um instrumento na relação de poder ali instaura para se obter certas ações. Assim, no próximo capítulo, apresentaremos as nuances da governamentalidade e como esse dado exercício de poder atua na instituição escola.

2. INSTITUIÇÃO ESCOLAR: UM REFLEXO DA GOVERNAMENTALIDADE

[...] o “corpo político” como conjunto dos elementos materiais e das técnicas que servem de armas, de reforço, de vias de comunicação e de pontos de apoio para as relações de poder e de saber que investem os corpos humanos e os submetem fazendo deles objetos de saber (FOUCAULT, 2012, p.31).

Sabe-se que toda instituição discursiva é inserida e constrói um jogo de poder. Dessa forma, a instituição escolar não foge dessa percepção e apresenta em suas práticas as relações de poder que a cerceiam. Assim, para que se discuta de que forma há a incidência da governamentalidade na instituição escolar por intermédio de um projeto de lei governamental intitulado Escola Sem Partido, retomaremos algumas discussões sobre o poder, dado a relação intrínseca entre os conceitos. Finalmente, o presente capítulo será dividido em três seções distintas que buscam observar a concepção de governamentalidade e pensar em como ela se insere ao projeto Escola Sem Partido. Por conseguinte, estabelecemos uma análise enunciativa a respeito de acontecimentos discursivos concernentes ao projeto.

À partida começaremos a aprofundar a noção de poder. Foucault (2012) evidencia que para além do controle exercido por dado poder, há também a emergência e produção de saber e verdade por ele. Dessa forma, entende-se que o poder não está estático em uma determinada instituição, mas se apresenta de forma difusa nas práticas sociais. Levando isso em consideração, para analisarmos de modo coeso a noção de poder devemos

captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violento. [...] Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício (FOUCAULT, 2012, p.102).

Dessa forma, buscaremos pensar o poder em suas extremidades analisando o caminho que ele percorre da tortura até a docilização dos corpos por meio do controle da população.

2.1 DO SUPLÍCIO A GOVERNAMENTALIDADE

Na idade média, de acordo com Foucault (2012), o poder estava atrelado à noção de punição, sobretudo, aquela que tripudiava o corpo. Assim, para manter o controle da

população, era necessário o uso da agressão que era visto enquanto um ritual que partia de duas premissas essenciais. A primeira tinha relação direta com a vítima, pois mesmo que para uma mera apuração o suplício deveria deixar marcas no corpo do condenado que nem o tempo deveria apagar para que, desse modo, a memória dos sujeitos mantivesse viva a exposição e o ato da punição. A segunda tinha relação com a justiça, uma vez que o excesso da violência até depois da morte é demarcado como um triunfo, pois “A justiça persegue o corpo além de qualquer sofrimento possível” (FOUCAULT, 2012, p.36).

Contudo, para qual fim servia a violência corpórea? Entende-se que para além de simplesmente uma hostilidade sobre o corpo do condenado, o suplício penal deveria ser visto como

uma produção diferenciada de sofrimentos, um ritual organizado para a marcação das vítimas e a manifestação do poder que pune: não é absolutamente a exasperação de uma justiça que, esquecendo seus princípios, perdesse todo o controle. Nos “excessos” dos suplícios, se investe toda a economia do poder. (FOUCAULT, 2012, p.37)

Isto é, por meio da força física, eram requeridas dos corpos certas condutas, certas ações. Dessa forma, o poder incidia diretamente na carne e obtinha o efeito desejado, afinal, o espetáculo, para além de ser destinado só para o condenado, servia de exemplificação para a população como um todo. Todavia, sabendo que poder está intimamente ligado ao saber, com as transformações nos regimes de saber no curso da história, as relações de poder também sofrem mudanças. É o que permitiu, durante o nascimento da burguesia na segunda metade do século XVIII, a passagem do poder punitivo sobre o corpo em forma de suplício para o poder disciplinar.

Em Foucault (2012) nota-se que a ideia de poder disciplinar tem como principal característica não atuar enquanto punitivo ou enquanto aquele que interdita, mas como aquele capaz de adestrar os corpos buscando com isso um sujeito ao mesmo tempo eficiente e dócil. Ademais, o principal pressuposto do poder disciplinar é aquele que será aplicado ao corpo por intermédio de técnicas de vigilância e de instituições punitivas. Há também uma reformulação a respeito do que se toma enquanto uma instituição que busca punir, uma vez que é consolidado socialmente que a prisão é o ambiente ao qual somos direcionados para sermos “castigados” por um crime, todavia com o poder disciplinar acabam por existir outras instituições em que também vigora a ideia de punição.

Quando pensamos em instituições punitivas vinculadas ao poder disciplinar, temos em mente que “A disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço.” (FOUCAULT, 2012, p.168). Isto é, o principal atributo da

instituição punitiva seria a necessidade de um lugar específico e heterogêneo. Sendo assim, a igreja, a escola, os quartéis, as fábricas seriam exemplificações de locais que circulam relações de poder que clamam ao sujeito certas condutas em detrimento de outras e, além disso, institucionalizam um adestramento por meio de regras e de penalidades que apesar de não infligirem diretamente ao corpo obtém o mesmo resultado por atingirem a “alma” (FOUCAULT, 2012, p.20). Dessa forma, na instituição escolar, por exemplo, há mecanismos e estratégias de punição, afinal, se o sujeito-aluno apresentar um comportamento que fuja do esperado e apresentado como correto, ele poderá ser punido por uma advertência ou suspensão.

Pensando nisso, do poder disciplinar derivam duas perspectivas de institucionalização, ou duas tecnologias de implementação do poder.

Uma técnica que é, pois, disciplinar: é centrada no corpo, produz efeitos individualizantes, manipula o corpo como foco de forças que é preciso tornar úteis e dóceis ao mesmo tempo. E, de outro lado, temos uma tecnologia que, por sua vez, é centrada não no corpo, mas na vida; uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva; uma tecnologia que procura controlar (eventualmente modificar) a probabilidade desses eventos, em todo caso em compensar seus efeitos. (FOUCAULT, 1999, p.297)

Essas duas técnicas descritas por Foucault (1999) vão se ligar, sobremaneira, ao exercício da biopolítica e de governamentalidade. Dado que, para além de mecanismos disciplinares concernentes ao corpo, há a presença de mecanismos regulamentares por um governo que incide sobre a população. Podemos observar, assim, que ambas as noções – biopoder e governamentalidade – resvalam na ideia de poder disciplinar, contudo, não necessariamente partem da mesma perspectiva de observação desta.

Lançaremos nosso olhar agora para os aspectos primordiais do que tomamos enquanto biopoder para assim compreendermos sua ligação com a governamentalidade. O biopoder pode ser entendido como “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder” (FOUCAULT, 2008, p. 3). Esses mecanismos têm como cerne de funcionalidade a busca pelo controle dos corpos individuais e populacionais. Ou seja, trata-se do exercício de poder sobre a população e não somente de um indivíduo isolado.

Lançando nosso olhar para um acontecimento discursivo, conseguiremos exemplificar de forma mais clara essa noção. Ao nos depararmos com o uso de *Tweets*, por exemplo, que buscam a articulação de noções pautadas em conceitos ideológicos –

como ocorreu no segundo turno da campanha a presidência -, devemos observar de que modo elas atingem o corpo. Nota-se que há uma busca em nortear a materialidade corpórea com a divulgação de notícias embasadas em concepções atreladas a essas grandes instituições discursivas. Afinal, o que se busca são corpos dóceis que sejam mais fáceis de serem controlados.

Retomando a noção de poder e constituição corpórea a partir das premissas postuladas por Foucault (2012), entende-se o corpo como uma superfície material composta por carne, ossos, órgãos e membros, mas que é moldável e transformável pelas relações de poder que compõem as metodologias históricas e políticas. Pode-se dizer, portanto, que

(...) o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem- lhe sinais (FOUCAULT, 2012, p. 25).

Dessa forma, o corpo passa a ser entendido como alvo do poder, afinal, o mesmo poderia se manipular, moldar, disciplinar e adestrar e, assim, suas habilidades e contingências poderiam se multiplicar. O corpo pode ser encarado, dentro de uma perspectiva foucaultiana, como a materialidade que dá borda aos regimes de saber/poder e aos discursos que permeiam o meio social.

É interessante pensar nas relações de poder e como elas recaem sobre o sujeito em sua constituição social. Em um primeiro momento, é relevante compreender que o poder é construído historicamente e, assim sendo, sofre transformações, rearranjos no fio descontínuo da história (FOUCAULT, 2012). Dessa forma, podemos observar que existem certas regras ou normas que sancionam a relação do sujeito com o corpo e que são sedimentadas a partir das noções postuladas pela biopolítica e, conseqüentemente, pelo biopoder. É notório que esses princípios partem do controle político sobre a vida.

De acordo com Foucault (2012), o biopoder pode ser assumido em duas formas principais. Por um lado, ele consiste em uma anátomo-política do corpo, em que os dispositivos disciplinares encarregados de extrair do corpo sua força produtiva, mediante o controle do tempo e espaço no interior de instituições. Por outro lado, temos a biopolítica da população, que irá voltar para a regulação das massas, utilizando-se de saberes e práticas que permitam gerir taxas de natalidade, fluxo de migração, epidemias, aumento da longevidade.

Assim, o poder disciplinar, ou seja, aquele que está atrelado a uma norma produzida para se fazer existir, e o biopoder estão entrelaçados, uma vez que ambos são

estratégias - inclusive, do Estado - que recaem sobre os corpos dos sujeitos, visando a sistematização e uma tentativa de controle dos sujeitos para impor normas que são defendidas pela biopolítica. A biopolítica se encarrega, por meio do poder, de estabelecer regras/práticas para sujeitos e, assim, seus corpos. Dentro de uma perspectiva foucaultiana, há relações de poder que incidem sobre o corpo, evidenciando que ele é “objeto e alvo do poder” (FOUCAULT, 2012, p. 117).

O mais importante é perceber que o poder disciplinar é ligado ao biopoder a partir do momento em que se nota que a disciplina “(...) são métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhe impõem uma relação de docilidade- utilidade” (FOUCAULT, 2012, p. 161). Ouseja, para os corpos que não seguem o padrão imposto resta uma punição que pode ser descrita como “a expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, à vontade, as disposições” (idem, p. 20).

Finalmente, devemos nos ater agora a perspectiva de poder que é mais cara ao nosso trabalho. Sabe-se bem que ao longo da história, existiram diversas formas de se governar. Foucault (2012) apresenta um panorama de como os governos foram se constituindo de acordo com as necessidades apresentadas pelas sociedades em que eles iriam imperar. Assim, quanto mais a civilização aprimorava seus saberes, sobretudo aqueles vinculados a um conhecimento científico, novas formas administrativas deveriam ser pensadas e concebidas para manter um controle populacional. Afinal, como já discutido, saber e poder estão intimamente ligados. É preciso pontuar que a noção de como se deve governar vai, de certo modo, ampliando-se até chegar ao dado momento em que “governam-se coisas” (FOUCAULT, 2012 p.166). Contudo, o que deve ser compreendido enquanto “coisas”?

Estas coisas, de que o governo deve se encarregar, são os homens, mas em suas relações com coisas que são as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território em suas fronteiras, com suas qualidades, clima, seca, fertilidade, etc.; os homens em suas relações com outras coisas que são os costumes, os hábitos, as formas de agir ou de pensar, etc.; finalmente, os homens em suas relações com outras coisas ainda que podem ser os acidentes ou as desgraças como a fome, a epidemia, a morte, etc (FOUCAULT, 2012, p.166).

Assim, entende-se que agora a preocupação não se restringe a uma variável que não sofre oscilações drásticas ao longo do tempo, como exemplo, o território. A preocupação do governo deve residir nas relações que são estabelecidas entre o sujeito e o mundo a sua volta, inclusive com ele mesmo. Afinal, como se sabe, toda relação é construída, sobremaneira, discursivamente. Todo enunciado ao ser colocado em

circulação provem de um discurso político, econômico, sexual etc. Dessa forma, a partir do deslocamento do governo de pessoas para o governo de suas relações, temos o surgimento do que se intitula governamentalidade.

Por ‘governamentalidade’ entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, ainda que complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por forma maior de saber a economia política, por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Segundo, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não cessou de conduzir, e desde muito tempo, à preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros: soberania, disciplina, e que, por uma parte, levou ao desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, de outra parte], ao desenvolvimento de toda uma série de saberes (FOUCAULT, 2008b, p. 143-112)

Dessa forma, podemos observar que o poder exercido pela governamentalidade tem como alvo a população. Desse modo, há uma busca pela construção de instituições como a escola, o hospital, a prisão que respaldam instrumentos de controle que condicionam o sujeito a certas práticas e a certos comportamentos. Isto é, a governamentalidade contribui para a noção de que o governo é inerente à sociedade.

Ao lançar nosso olhar a noção de governamentalidade é notório que por ela deslocam-se relações de poder que ao mesmo tempo em que condicionam também são condicionadas, ou seja, há a conduta da conduta. Assim, o que se entende como governamentalidade é constituído por uma “prática refletida do governo”. Mas a qual governo essas práticas competem? Foucault (2008b) aponta que governo e Estado são discrepantes, mas ao mesmo tempo esse último não define as ações que o governo se ocupará, e, sim as técnicas governamentais que balizarão sua existência. Retornando a problemática do que é o governo, é preciso compreender, previamente, que o objeto do governo não se encontra em um território, mas nos homens.

Ao traçar as exterioridades que permitiram a eclosão da governamentalidade, Foucault (2008b) elucida a importância do poder pastoral. Dado que “não houve passagem do pastorado religioso à outras formas de conduta, de condução, de direção. Houve, de fato, intensificação, multiplicação, proliferação geral dessa questão e de suas técnicas de conduta.” (FOUCAULT, 2004, p. 236). Com isso, devemos entender que ao se tratar de governo, é preciso considerar primeiramente a prática de “conduzir a conduta dos indivíduos” (FOUCAULT, 2004, p. 125). Dessa forma, entenderemos nesse trabalho que governamentalidade refere-se aos fundamentos de operação do governo.

Ademais, devemos observar o papel da família dentro da governamentalidade. É notório que, apesar de ser voltado para o controle da população, a família tem um papel central na aplicabilidade das táticas da governamentalidade que buscam determinados desempenhos da população. Isso ocorre de tal forma que “quando se quiser obter alguma coisa da população – quanto aos comportamentos sexuais, à demografia, ao consumo, etc. – é pela família que se deverá passar” (FOUCAULT, 2012, p.169). Isto é, a família será um instrumento operacional da governamentalidade.

Portanto, ao pensarmos no uso da família como instrumento tático de governamentalidade, torna-se relevante observarmos o emprego do projeto Escola Sem Partido enquanto uma tática que utiliza o núcleo familiar como principal instrumento para a obtenção de certas práticas, conforme analisamos na próxima seção deste trabalho. Afinal, geralmente, a escola é um ambiente em que os sujeitos estão submetidos à regras de condutas, sobretudo, regulamentos que definam comportamentos e padronizações corpóreas. Assim, há um dado princípios de governamentalidade que impera no e sobre a instituição escolar.

Todavia, antes de prosseguirmos na ideia da construção do Escola Sem Partido, devemos nos atentar a noção da instituição escolar. Cabe nesse momento refletir novamente a respeito da ideia de escola enquanto uma instituição de sequestro. Veiga-Neto (2003), a partir das reflexões de Foucault, explicita que a escola moderna produz um determinado tipo de sociedade, isto é, ao incidir sobre o sujeito no que se refere à interação social e comportamento social, por exemplo, a escola serve de fundamentação primária na manutenção de um determinado poder que atua socialmente. Afinal, “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.” (FOUCAULT, 1996. p.41).

Outro ponto pertinente para se observar é que a escola molda os sujeitos-alunos por meio da vigilância e do adestramento. Ou seja, a instituição escolar tem como base o poder disciplinar, mas ao mesmo tempo atua também como instrumento da governamentalidade por trabalhar com questões voltadas para o controle da população. Dessa forma, objetiva-se com a escola a construção de corpos dóceis, uma vez que “um sujeito dócil é um sujeito fácil de manejar/conduzir porque aprendeu, assumiu e “automatizou” certas disposições mentais-corporais mais ou menos permanentes [...]. Eles são capazes de se autogovernarem.” (VEIGA- NETO, 2008, p. 147). Ou seja, a instituição escolar, por entremeio de uma cadeia discursiva, insere os sujeitos no processo

de ensino-aprendizagem buscando os docilizar em uma sucessiva utilização.

Assim, a escola será entendida como uma instituição de sequestro similar a prisão, o hospital e o quartel; tais instituições são vistas como aquelas que “retiram compulsoriamente os indivíduos do espaço familiar ou social mais amplo e os internam, durante um período longo, para moldar suas condutas, disciplinar seus comportamentos, formatar aquilo que pensam, etc” (VEIGA-NETO, 2005, p.62). Novamente, temos aqui a busca pela docilização corpórea que contribui para a manutenção de um dado poder.

Assim, estabelecemos essa noção de poder e, principalmente, o poder vigente no domínio do corpo para se pensar na escola enquanto uma instituição de sequestro. Compreende-se que uma instituição de sequestro é aquela que “passa dos suplícios, como castigos e violências corporais, para o disciplinamento que cria corpos dóceis.” (VEIGA-NETO, 2005 p.64). Dessa forma, ao levarmos em consideração o que foi discutido acerca da disciplinarização do corpo, observamos que “se o terror destrói, a disciplina produz” (VEIGA-NETO, 2005 p.64). Tendo como base tudo que está sendo discutido, cabe-se pensar quais são os regimes de verdade vigentes no ambiente escolar e em como eles contribuem para que a escola vigore enquanto uma instituição de sequestro.

Desse modo, no próximo momento, levanta-se a discussão a respeito do projeto “Escola Sem Partido”, tendo como cerne a apresentação do projeto e suas nuances discursivas.

2.2 COMPÊNDIO A RESPEITO DO PROJETO “ESCOLA SEM PARTIDO”

O projeto Escola Sem Partido surge em 2004 na cidade de São Paulo (SP). Em um primeiro momento, teve como enfoque as escolas vinculadas ao estado de São Paulo, contudo, com a proliferação do viés social-econômico da direita, passou a ser difundido por todo país. Cabe ressaltar aqui que, no estado de Alagoas, o projeto foi aprovado e regulamentado em forma de lei¹¹. Inicialmente, devemos esquadrinhar os motivos que fizeram com que um projeto de nível municipal se expandisse e alcançasse a federação como um todo.

Em suma, o projeto tem como principal objetivo o combate a uma educação ideológica. Tomando como exemplo o Art. 3 (BRASÍLIA, 2015) pertencente ao projeto em que se coloca que

¹¹Menor do que parece. **Nova Escola**, edição 311, abril de 2018. Disponível em: <https://bit.ly/38HITE3>. Acesso em: 19 de dezembro de 2019.

São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes (BRASÍLIA, 2015, p.1).

Compreendemos que a finalidade do projeto é lutar contra o ensino com fins ideológicos, políticos e partidários que, supostamente, estão presentes em sala de aula. Entende-se aqui que doutrinação ideológica é tomada como uma prerrogativa exclusiva e postulada por um discurso da esquerda ou um discurso liberal. Remontemos, assim, ao início da concepção de expansão do projeto que ocorre em 2015 para conhecermos as motivações que o amparam. Tudo se inicia quando o advogado Miguel Nagib inicia a distribuição de uma carta aos pais e alunos da escola de sua filha que emitia seu repúdio em relação a uma fala de um professor. Segundo ele, o professor de história havia comparando São Francisco de Assis¹² a Che Guevara¹³. Dessa forma, para ele, tal atitude representava uma inconstitucionalidade por ferir a ideia de liberdade de pensamento e, singularmente, por não obedecer a Convenção Americana Sobre Direitos Humanos, que estabelece o direito dos pais de que seus filhos obtenham educação religiosa e moral de acordo com seus próprios dogmas. O que emerge enquanto discussão, dessa forma, é pensar qual de fato é o papel do professor em sala de aula.

Em uma de suas falas Miguel Nagib, expõe que

Isso [doutrinação ideológica em sala de aula] acontece entre quatro paredes. As vítimas são as únicas testemunhas e elas estão submetidas à autoridade do professor. É muito complicado denunciar (EL PAÍS, 2016, *online*).

Cabe então pensarmos nesse discurso de autoridade que, segundo ele, faz com que o professor exerça, em sala de aula, seu poder. Ao pensar em o que se concebe enquanto ser autoritário, podemos nos deparar com inúmeros conceitos; contudo, todos eles se voltam para o mesmo cerne de se fazer obedecer. Ou seja, do controle de corpos. Dessa forma, devemos observar que o objetivo final almejado por um discurso de autoridade nada mais é do que

(...) o sujeito obediente, o indivíduo sujeito a hábitos, regras, ordens, uma autoridade que se exerce continuamente sobre ele e em torno dele, e que ele deve deixar funcionar

¹²Figura santificada da religião Católica que tem como característica ser um dos santos com maior popularidade no entremeio da religião.

¹³Figura com historicidade emblemática por ser um dos líderes da Revolução Cubana que buscava a implementação de um novo regime político em Cuba. Seu nome e rosto se tornaram extremamente conhecidos e são, atualmente, figuras que representam rebeldia e luta.

automaticamente nele (FOUCAULT, 2012 p.148).

Dessa maneira, o discurso utilizado por Miguel Nagib consolida que o exercício docente empregado em sala de aula não busca o aprendizado do discente, mas, sim, a doutrinação ideológica. Tendo em mente que “um soberano não deve se beneficiar de nada se ele não beneficiar o Estado” (FOUCAULT, 2012 p.167), observa-se que a crítica de Nagib deixa de ser simplesmente o professor e transpassa também para o governo. Ressaltamos aqui que na época em que esse enunciado é proferido, existia a vontade de desmonte do então governo da então presidenta da república, Dilma Rousseff, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), e de suas reais intenções com investimentos na educação. Outro ponto de interesse para a discussão é perceber que o então candidato à presidência Jair Bolsonaro consolida nesse mesmo marco temporal o apoio ao projeto Escola Sem Partido.

Quando pensamos no ambiente escolar, uma das suas facetas mais importantes é o aluno. Afinal, é sobre ele que se sustentará o poder disciplinar e é sobre e para ele que recaem os discursos. Assim, de acordo com os regimes de verdade que circulam no ambiente escolar, pode-se cobrar certas atitudes e o conduzir a determinadas disciplinas. Ao observamos qual modelo de educação foi incentivado durante os governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff, percebe-se que a sua questão nuclear foi questões voltadas para sexualidade, raça e gênero, desenvolvendo, dessa forma, uma consciência da pluralidade existente no mundo para diminuir crimes que tivessem pauta ideológica, por exemplo¹⁴. Além disso, a cultura tornou-se também um dos pilares de seus projetos e acabou incidindo também no meio educacional.

Ao nos depararmos com os dizeres de Miguel Nagib (2016)¹⁵, percebe-se que seus enunciados paulatinamente buscam inviabilizar e criticar o modo como a educação estava sendo fundamentada. Em seus dizeres, o que ocorreria em sala de aula seria a “usurpação dos direitos dos pais na educação moral e religiosa de seus filhos” (EL PAÍS, 2016, *online*). Ou seja, haveria uma distanciação em relação aos regimes de verdade ocorrentes na instituição discursiva escolar e a instituição discursiva familiar. Ao disseminar o enunciado que escola e família seguiam caminhos contrários, Miguel Nagib constrói o ideário de que a escola havia sido corrompida por doutrinações que fogem do que é normal e aceitável.

¹⁴ Um exemplo desse incentivo pode ser observado no Plano de Desenvolvimento das Escolas (PDE) elaborada em 2006 e que vigora até a presente data. MEC. **Como elaborar o Plano de Desenvolvimento das Escolas**. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: < <https://bityli.com/XIYMX>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

¹⁵ Criador do movimento escola sem partido.

Todavia, por ser uma instituição discursiva, é impossível que no âmbito escolar não circulem regimes de verdade e, para além disso, não haja a sustentação de determinados regimes de verdade em detrimento de outros. Assim, ao longo de todo o ano seguinte, novas concepções de verdade passam a ser vislumbradas para se perpetuar no ambiente escolar. Quando percebemos, por exemplo, que a campanha eleitoral de 2018 foi construída pelo então candidato e atual presidente da república em cima da prerrogativa de doutrinação e de precarização do ensino público, utilizando-se de dados e de informações construídos em instituições científicas¹⁶, há o objetivo de demonstrar a incompetência do sistema educacional nos moldes que estavam. Outro grande ponto da campanha foi o ataque a instituição educacional superior e aos seus métodos de fazer ciência. Assim, pudemos acompanhar desqualificações de temáticas e o início do alicerce que levaria ao sucateamento de muitas universidades, como acompanhamos atualmente. Diante de todas essas invalidações, é surgido como portfólio de campanha um modelo de educação que se voltaria para os “bons costumes” e o conservadorismo.

Surge desse modo a instrumentalização de regimes de verdade sustentados pelo projeto Escola Sem Partido. Ao analisarmos a campanha eleitoral do candidato supracitado, percebemos que sua base foi a questão educacional. Assim, nos debates que compareceu e nas declarações proferidas em suas mídias sociais, o apoio ao projeto Escola Sem Partido foi uma de suas matrizes. Para tanto, foi construída a ideia de que seu principal oponente defenderia o que ele intitula de *kit gay*¹⁷. Salienta-se aqui que essa nomenclatura foi utilizada pelo então candidato para se referir ao projeto Escola Sem Homofobia, que vislumbrava a distribuição de materiais midiáticos e não midiáticos para auxiliarem os professores a saberem como combater a homofobia em sala de aula. Dessa forma, ao construir o ideal imagético de que esse kit gostaria de doutrinar e modificar o comportamento dos alunos em sala de aula, o regime de verdade que deriva é que o então governo estaria preocupado em prejudicar crianças e adolescentes.

Contudo, devemos pensar em quais são os motivos que sustentam essa estratégia para a difusão desse discurso. Sabe-se que o principal objetivo de uma campanha eleitoral é alcançar o poder de governo e que o Estado não governa diretamente o território, mas sim “governam-se coisas” (FOUCAULT, 2012 p.166). Dessa forma, ao pensarmos, por exemplo, que ao ocupar o cargo de presidente do Brasil, uma das ocupações seria “os

¹⁶ Salienta-se aqui que, no decorrer da campanha, boa parte dessas informações se tratavam de *fake news*. Em seção posterior deste trabalho, essa terminologia será desenvolvida de uma melhor forma e um panorama de como ocorreu e as consequências dessa divulgação exarcebada.

¹⁷ ‘Kit gay’: A verdade sobre o programa alvo de críticas e fake news de Bolsonaro. **Huffpost**, 24 de outubro de 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2Gsge0y>. Acesso em: 15 de janeiro de 2020.

homens em suas relações com outras coisas que são os costumes, os hábitos, as formas de agir ou de pensar” (FOUCAULT, 2012 p.166), podemos perceber que, a partir de um dado regime de verdade, outros sujeitos são alcançados com esse discurso, especialmente uma gama de eleitores; afinal, as formações discursivas as quais eles se filiam apresentam regularidades em relação as bases discursivas que dão sustentáculo ao regime de verdade.

Segundo Katz (2017), o Escola Sem Partido tem sua disseminação embasada em três momentos distintos. No primeiro, ele simplesmente reproduz dizeres de outros locais para uma tentativa de consolidação do projeto, isto é, é um “período reprodutivista, no qual os textos são copiados de outras fontes e de identidade ainda em construção” (KATZ, 2017, p.186). No segundo, começa a se tornar notícia graças a processos e declarações polêmicas, especificamente “o projeto ‘Escola Sem Partido’ começa a torna-se notícia e passa a repercutir em alguns *blogs* ou *sites* sindicais, especialmente pelos imbróglis judiciais nos quais Nagib acaba envolvido devido sua atuação por meio do *escolasempartido.org*” (KATZ, 2017, p.186). Já no terceiro e último momento, torna-se efetivamente conhecido graças a sua disseminação por veículos midiáticos, assim, “a terceira fase inicia-se em 2014 quando, a partir da primeira tentativa da proposta de uma lei, o ESP fica bem mais conhecido e atuante, e o próprio Nagib passa a conceder diversas entrevistas em emissoras de televisão e rádio, além das falas destinadas à divulgação pela web” (KATZ, 2017 p.186).

Buscaremos, no próximo capítulo, uma análise a respeito dos regimes de verdade e os saberes que são postos em circulação por intermédio do *twitter* a respeito do projeto Escola Sem Partido.

3. TWITTER: VEICULAÇÃO DE VERDADES E SABERES

Nesse momento, a partir das discussões arquitetadas anteriormente, estabelecemos um gesto de análise de alguns *tweets*. Assim, buscamos, responder a nossa pergunta de pesquisa: “Quais os regimes de verdade interpelam o ambiente escolar, de modo específico, aqueles que fundamentam o projeto Escola Sem Partido, em enunciados colocados em circulação no Twitter em 2018?” De forma mais precisa, analisamos 21 *tweets* veiculados ao longo da campanha presidencial em 2018; descrevemos mais detalhadamente o corpus na seção “3.3 Regularidades discursivas” deste capítulo. Começaremos a análise pensando no funcionamento da rede social digital Twitter para, em seguida, refletirmos na movimentação de regimes de verdade a respeito da instituição escolar em enunciados de apoiadores do projeto Escola Sem Partido. Buscaremos pensar também a respeito do *status* do professor para que, desse modo, consigamos perceber quem está habilitado a “dizer” sobre questões pedagógicas.

3.1 TWITTER: SUAS ORIGENS E CARACTERÍSTICAS

O Twitter é uma ferramenta digital concebida com o propósito de ser utilizado como um diário pessoal. Seus criadores em 2006 buscavam uma rede social em que poderiam expor sentimentos, vontades e aspectos rotineiros da sua vida (BORAU et al., 2009). Em 140 caracteres e com a possibilidade de usar fotos, gifs e vídeos, o *Twitter* surge como uma possibilidade de *microblogging*:

O Twitter é uma rede social em que os membros de uma comunidade compartilham suas atividades atuais, respondendo à pergunta "O que você está fazendo?" Essa forma de interação social é chamada de *microblogging*. As ferramentas de microblog permitem que os usuários publiquem mensagens curtas distribuídas em sua comunidade. Os usuários podem postar mensagens de seus dispositivos móveis, uma página da Web, de Instant Messengers e clientes de desktop. Os mesmos canais são usados para receber mensagens. (Borau, Ullrich, Feng & Shen, 2009, p.79, tradução nossa)¹⁸

Próprio de uma rede social digital, o *Twitter* permite contato maior com os “seguidores”, principalmente a partir de duas ferramentas essenciais que facilitam essa

¹⁸ Twitter is a social network in which the members of a community share their current activity by answering the question “What are you doing?” This form of social interaction is called microblogging. Microblogging tools enable users to post short messages that are distributed within their community. Users can post messages from their mobile devices, a Web page, from Instant Messengers and desktop clients. The same channels are used for receiving messages (BORAU, ULLRICH, FENG & SHEN, 2009, p.79)

comunicação que são o “*retweet*” e o “comentário”. Essas duas ferramentas são utilizadas com o objetivo de interação. Assim, ao se deparar com uma postagem que é relevante em algum perfil do Twitter, o usuário tem a possibilidade de replicar a mensagem em seu próprio perfil evidenciando quem a criou e tendo a possibilidade de anexar um comentário a ela ou comentar a postagem no próprio perfil de quem a “*tweetou*”.

É relevante agora voltarmos nosso olhar a respeito da *timeline*. A *timeline* nada mais é do que a página inicial do usuário, é por meio dela que ele terá acesso as postagens e atualizações de seus “*followings*”, ou seja, de quem ele segue. O *Twitter* se descreve como o “lugar certo para saber mais sobre o que está acontecendo no mundo e sobre o que as pessoas estão falando agora”¹⁹. E isso acontece por meio dos “*Trending topics*”.

O *trending topics* ou TT – como é chamado pelos usuários do *twitter* – reúne as temáticas que mais estão sendo comentadas no momento pelos usuários naquele momento. Isto é, ela é utilizada como uma forma de organizar os assuntos que se colocam como mais recorrentes em um período de tempo, servindo, desse modo, como uma forma de expor o que se é mais popular naquele momento. Antes de pontuarmos de que forma é medido essa popularidade, cabe ressaltar aqui que os TT se dividem em dois grupos: os *trending topics* mundiais e os *trending topics* de um país.

O *Twitter* “seleciona” os dez assuntos que estão sendo mais debatidos naquele momento e assim organiza os *trending topics*. Todavia, essa seleção muitas vezes advém de uma seleção das *hashtags* que estão sendo mais utilizadas pelos usuários naquele momento. Uma *hashtag* nada mais é do que uma palavra ou uma estrutura frasal em conjunto com “#”, ao se publicar esse conjunto de símbolo e frase se torna um *hiperlink* que permite que os usuários encontrem publicações com aquela mesma temática de uma forma mais clara.²⁰

Por muito tempo, o *Twitter* permaneceu estático em relação às ferramentas e as políticas de privacidade que o cerceavam. Todavia, nos anos de 2017 e 2018, algumas mudanças referentes ao uso dos caracteres e da política de privacidade, respectivamente, reformulam a forma pela qual os usuários participavam da rede social. Inicialmente, nos atentaremos as mudanças na quantidade de caracteres de 140 para 280, ou seja, o dobro. O fato de o *Twitter* contar apenas com 140 caracteres para a concepção de um enunciado, fez com que diversas gírias e siglas aumentassem a sua recorrência de uso para conseguir transpor aos leitores uma informação completa. Além disso, eclode nesse momento a

¹⁹ Disponível em: < <https://about.twitter.com/pt.html>>. Acesso em: 17 de junho de 2020.

²⁰ Todas essas informações acerca da funcionalidade do *trending topics* são repassadas pela própria rede social.

ideia de “*thread*”, que pode ser entendida como uma sequência de *posts* do mesmo usuário acerca de um mesmo assunto, numa espécie de um fio narrativo: tweets que se respondem, de modo a complementar uma informação ou completar uma narração.

Com a popularização do *Twitter*, novos nichos sociais foram atendidos e de um mero espaço para relato o cotidiano ele passa a ser uma plataforma que comporta desde pessoas comuns até empresas que buscam a divulgação de sua empresa ou similar. Dessa forma, em 2017, por meio de um *tweet* da conta oficial do *Twitter*, os usuários são comunicados sobre a expansão nos caracteres que poderiam ser utilizados para compor uma publicação

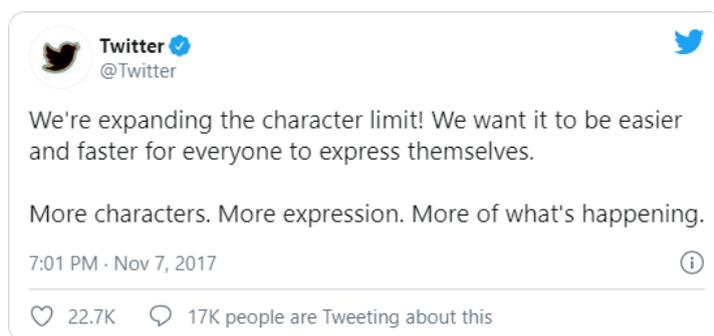
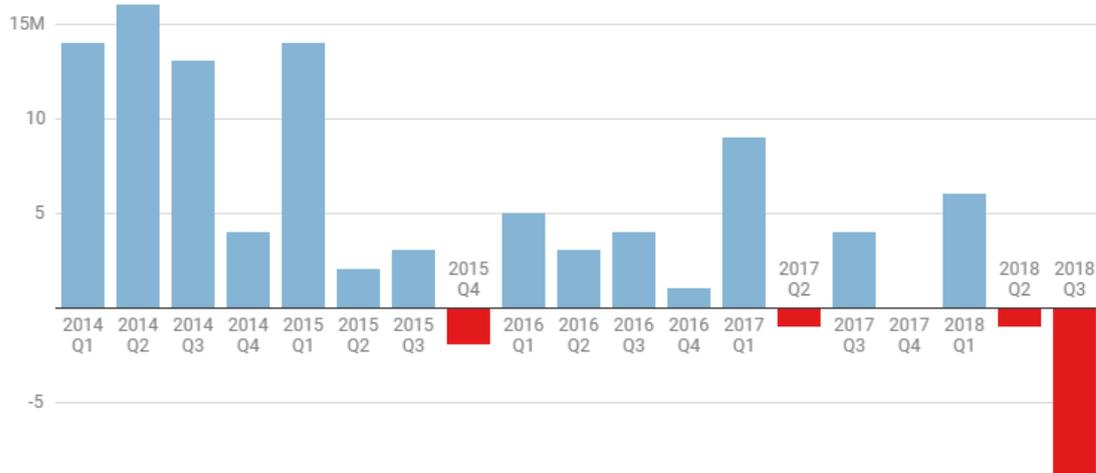


Figura 1 – Pronunciamento do Twitter – Extraída da conta @Twitter

Partindo agora para a segunda mudança significativa da rede social observaremos os motivos que fizeram com que a política de privacidade da rede social fosse alterada. Devemos, desse modo, considerar a expansão que a rede social *Twitter* teve ao longo dos anos e, para tanto, tomaremos um estudo direcionado pela revista Recode²¹ em 2018. Evidencia-se aqui que a revista Recode tem como temática principal assuntos voltados para a tecnologia, o seu funcionamento e os avanços tecnológicos em geral. Assim, essa pesquisa observa de que forma a preocupação do *Twitter* com a “saúde” da sua rede social ao invés da implementação de ferramentas que impulsionassem a rede estava afetando o crescimento da mesma. O termo saúde é utilizado para indicar a retirada de circulação perfis e *posts* que pudessem contaminar a credibilidade da empresa por serem falsos ou serem geridos por robôs. Assim, o seguinte gráfico é construído para ilustrar o crescimento da empresa do primeiro bimestre (Q1) de 2014 até o terceiro bimestre (Q3) de 2018 quando a política da empresa de limpeza é colocada em circulação.

²¹ Disponível em: <<https://www.vox.com/2018/7/27/17621090/twitter-health-user-growth-q2-earnings-2018-jack-dorsey>>. Acesso em: 17 de junho de 2020.

Twitter's net quarterly change to monthly active users



Net change from previous quarter

Source: Recode analysis of Twitter data

recode

Figura 2 – Gráfico de usuários do Twitter

Por meio desse gráfico, podemos observar que após essa campanha em prol da “saúde” da rede mais de cinco milhões de contas foram desativas. Para compreendermos melhor como essa campanha funciona, devemos nos ater ao comunicado sobre as contas suspensas²² promulgada pela rede social a partir do terceiro bimestre de 2018. Basicamente o que leva o *Twitter* a suspender uma conta é o fato dela ferir as regras da rede social²³. A regra que é mais relevante ao nosso trabalho é a de “Mídias sintéticas e manipuladas” - sendo que esta surge graças ao aumento de compartilhamento de notícias e de contas com caráter jornalístico -, uma vez que diversos *tweets* e *retweets* que perpetuavam noções a respeito do projeto Escola Sem Partido terem sido apagados por apresentarem *notícias falsas*.

Em síntese, no *Twitter* os usuários se conectam ao servidor e podem, em 280 caracteres, desenvolver *posts* pautados em qualquer assunto e não há a necessidade de comprovarem veracidade ou as fontes de tais informações. Todavia, com o aumento de inscritos a essa rede social, tornou-se perceptível uma mudança no que se refere a sua finalidade, uma vez que muitos perfis acabaram se filiando a uma perspectiva científica, jornalística, profissional etc. Assim, pode-se observar uma crescente no surgimento de

²² Disponível em < <https://help.twitter.com/pt/managing-your-account/suspended-twitter-accounts>>. Acesso em: 20 de junho de 2020.

²³ Disponível em < <https://help.twitter.com/pt/rules-and-policies/twitter-rules>>. Acesso em: 20 de junho de 2020.

perfis que têm como intento a divulgação de dados delimitados por um saber²⁴. É preciso, portanto, compreender quais fatores serviram de base para a virada de finalidade ocorrida com o Twitter.

A Globalização se localiza no fio descontínuo da história como um processo que imbricou a economia, a cultura, a questão social e a questão política. Afinal, a partir da sua germinação, ela consegue suprimir algumas barreiras que existiam entre os países, principalmente aquelas criadas pela longitude existente entre os territórios. Segundo Tandoc (2018), a partir desse fenômeno social, os moldes que balizavam a divulgação de fatos e notícias são completamente modificados, afinal, o fluxo de dados aumenta paulatinamente com o uso de *sites* e outros meios de comunicação, o que facilita que qualquer sujeito inserido em uma esfera social consiga ter acesso a informações de qualquer parte do mundo.

Tal cenário permitiu o surgimento de novos *blogs*, *microbloggings* ou perfis vinculados a uma rede social que têm como objetivo principal o compartilhamento de informações acerca de assuntos pertinentes tanto a esfera política quanto econômica e social, tanto por perfis objetivamente caracterizados como jornalísticos quanto por perfis não-jornalísticos. Cabe então analisar os motivos que fazem do Twitter uma das redes sociais em que há um grande índice de criações de perfis voltados para a divulgação de fatos.

O *Twitter* tem como principal característica a instantaneidade. Assim, não se faz necessário, por exemplo, a checagem de veracidade da informação para que ela seja colocada em circulação como acontece em revistas ou jornais ou aguardar o encaminhamento dos dados para os interlocutores como em um jornal impresso, pois isso estará acontecendo instantaneamente. São os leitores, dessa forma, que necessitam observar a veracidade dos fatos e, a partir do momento em que eles seguem uma determinada página, são eles que se deslocam até o conteúdo da postagem. Isso acaba por gerar, de certo modo, uma “bolha”, pois, por muitas vezes, o sujeito só irá seguir e ter contato com perfis que compartilhem de seus mesmos interesses. Esse é um dos fatores que o torna um instrumento de repasse de notícias extremamente eficiente, visto que

(...) o Twitter tem uma função no plantão noticioso, no fato ‘aqui e agora’ por ampliar o alcance de nossas percepções. O que vemos, ouvimos e pensamos pode ser dito (twitado) com instantaneidade a milhões de pessoas conectadas no mundo (CASELLI; PIMENTA, 2011, p. 5).

²⁴ Essa noção será desenvolvida no decorrer do capítulo.

Um outro fator que o favorece sobremaneira em ser escolhido como “hospedeiro” de uma conta voltada para a divulgação de informação é a possibilidade de diálogo, uma vez que a partir do momento em que um determinado texto é postado na rede social, ele pode ser compartilhado, comentado ou curtido em instantes. Isso faz com que o que é dito tenha um alcance maior e atinja um maior contingente de pessoas. Assim, deve-se pensar quais são as consequências de qualquer usuário ter a oportunidade de criar e compartilhar dados com a conjuntura de um saber.

Dessa forma, devemos pensar a respeito das discursividades presentes no *Twitter*, que são diversas e quase sempre estão em confronto, e os efeitos de sentido que elas produzem. Afinal, ao tomarmos o *twitter* enquanto um suporte para materialidades enunciativas, ele permite a emergência de enunciados e, nesse interim, a circulação de discursos, de regimes de verdades.

3.2 STATUS: QUEM ESTÁ HABILITADO PARA DIZER?

Como já mencionado, nossa análise partirá de três perfis sociais: i) da sociedade civil (@EscolaSemPartido); ii) dos representantes políticos que apoiam o movimento Escola Sem Partido na figura de Fernando Holiday (@FernandoHoliday), uma vez que esse vereador faz parte do Movimento Brasil Livre que ajudou a ampliar o projeto supracitado por todo o Brasil; e, por fim, iii) do então candidato à presidência (@JairBolsonaro). Doravante, eles serão intitulados de perfil i, perfil ii e perfil iii, respectivamente. É importante destacar que nenhum desses perfis têm como representante um sujeito ligado à área da educação até a presente data; desse modo, faz-se pensar quais estratégias²⁵ são utilizadas para que as ideias a respeito de questões escolares fossem promulgadas por eles e ganhassem a posição de verdades educacionais.

Em primazia, cada um dos perfis será analisado para tornar-se mais palpável o entendimento da formação das modalidades enunciativas. Partindo da primeira questão “Quem fala?” (FOUCAULT, 2008 p.61), alcançamos o seguinte panorama ao analisarmos os perfis supracitados: perfil i “é uma iniciativa conjunta de estudantes e pais

²⁵ Entende-se aqui as estratégias como “maneiras sistematicamente diferentes de tratar objetos de discurso (de delimitá-los, reagrupá-los ou separá-los, encadeá-los e fazê-los derivar uns dos outros), de dispor formas de enunciações (de escolhê-las, organizá-las, constituir séries, compô-las em grandes unidades retóricas), de manipular conceitos (de lhes dar regras de utilização, fazê-los entrar em coerências regionais e constituir, assim, arquiteturas conceituais). Essas opções não são germes de discursos (onde estes seriam determinados com antecedência e prefigurados sob uma forma quase microscópica); são maneiras reguladas (e descritíveis como tais) de utilizar possibilidades de discursos.” (FOUCAULT, 2008 p.82).

preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior.”²⁶; por sua vez, o perfil ii é composto por um vereador de São Paulo e coordenador do Movimento Brasil Livre que volta suas pautas para a defesa do liberalismo econômico e, ao mesmo tempo, busca a retomada de conservadorismo no que se refere aos costumes; já o perfil iii é composto por, à época, um candidato à presidência que se desvinculou dos modelos tradicionais de se fazer campanha política por acreditar em manipulações midiáticas e, assim, optou por apresentar todo seu portfólio de projetos e visão política pelas redes sociais digitais, sobretudo o *Twitter* e, para além disso, construiu sua campanha política em cima da ideia de defesa da família tida enquanto tradicional e de “bons costumes”.

Assim, deve ser observado de que forma há uma movimentação de saberes e, conseqüentemente, verdades que angariam a esses sujeitos a possibilidade de compartilharem discursos sobre os moldes que devem ser seguidos por profissionais da educação. Isto é, devemos traçar o *status do professor* para compreendermos suas nuances discursivas. Desse modo, começaremos com um questionamento:

Qual é o status dos indivíduos que têm - e apenas eles - o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso? (FOUCAULT, 2008 p.61)

Estabeleceremos nesse momento alguns fundamentos que, de certa maneira, regem o *status do professor*²⁷. Inicialmente, devemos entender que para o exercício da docência, é necessário, assim como na medicina, de “condições legais que dão direito à prática e à experimentação do saber” (FOUCAULT, 2008 p.61). Afinal, precisa-se passar por uma instituição de nível superior e adquirir domínio sobre métodos de ensino que são amparados por um dado saber, ou seja, carece de ser parte de um sistema que dissemina normas pedagógicas, por assim dizer.

Ademais, irá compreender também um “sistema de diferenciação e de relações com outros indivíduos ou outros grupos que têm eles próprios seus *status*” (FOUCAULT, 2008 p.61-62). O sistema de diferenciação pode ser observado, por exemplo, nos vínculos existentes dentro da própria escola. Em virtude do modelo educacional vigente nas escolas brasileiras, é notória a presença de uma hierarquia que rege o ambiente escolar. O professor, partindo da premissa do ensino tradicional, tem com o aluno um

²⁶ Essa informação é disposta na aba do próprio *blog* de divulgação do perfil.

²⁷ Observa-se que esse *status* não é imutável e será definido pela sociedade e pelo tempo no qual ele é concebido. No presente trabalho, constrói-se o *status do professor* da sociedade brasileira da presente década.

relacionamento fundamentado em certa dominância, pois é ele quem detém o conhecimento e quem domina a sala de aula; todavia, com outro professor, ele terá um relacionamento de certa equivalência, haja vista que os dois desempenham função semelhante no ambiente escolar; já com a gestão, o relacionamento será pautado em certa submissão, uma vez que ele terá que desempenhar a função com base nas regras definidas por ela. E é necessário compreender que a gestão e o aluno terão próprio *status* definido. Como um dado exercício do poder, importa compreender que esse jogo de poder é relacional, portanto, dinâmico, multável, de tal modo que a todo poder em vigência, a resistência sempre se fará possível.

Finalmente, o *status do professor* será definido também por “um certo número de traços que definem seu funcionamento em relação ao conjunto da sociedade” (FOUCAULT, 2008 p.62). Desse modo, ao pensarmos em quais são as funções de um professor, entre elas está o de ser o profissional capaz de mediar o processo de ensino aprendizagem em uma determinada área e que tem como principal função desenvolver a capacidade do discente dentro da sua área de atuação. Contudo, nota-se uma mudança no que se espera das atitudes de um professor. Podemos perceber em Schafranski (2005) que, com a inserção da mulher no mercado de trabalho e com uma expansão do Capitalismo, os pais cada vez mais têm menos tempo com seus filhos. Tal alternância da estrutura familiar acabou reformulando a função exercida pelos professores em sala de aula. Tomemos como exemplo o Programa Novo Futuro, formulado pela Secretaria de Estado de Educação - SEDUC de Goiás, que tem entre seus objetivos o de promover disciplinas como Protagonismo Juvenil e Projeto de Vida²⁸. Podemos observar, assim, que a função do professor se estendeu para ajudar no autoconhecimento do discente e não só em repassar um conteúdo de sua área.

Além disso, outro ponto que parte da formação das modalidades enunciativas advém dos *lugares discursivos*. Dessa forma, é necessário observar os lugares de onde o professor “obtem seu discurso e onde este encontra sua origem legítima e seu ponto de aplicação”. (FOUCAULT, 2008 p.62). Os lugares discursivos da prática docente podem ser entendidos como a escola e a sala de aula, por exemplo. Na escola, cabe ao professor seguir o regimento institucional que o incumbe de fiscalizar questões voltadas a disciplina, participar do planejamento escolar, como o uso do uniforme e a obediência em relação aos horários. Já em sala de aula, dentro da concepção de ensino tradicional, cabe

²⁸ Escola de Tempo Integral. SEDUC, Goiás, 20 de dezembro de 2017. Disponível em <https://bit.ly/36y4HHu>. Acesso em: 15 de mai. 2020.

a ele exercer o papel de detentor de um determinado conhecimento, aferição do conteúdo programático, e de manter a ordem e a disciplina. Assim, em ambos os *lugares discursivos*, seu exercício de poder se volta para a detenção de um saber e para a promulgação de discursos que mantêm a condição de verdade.

Por fim, devemos entender que a posição do sujeito irá se definir “pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos” (FOUCAULT, 2008 p.62). Dessa forma, o professor é o sujeito que diagnostica o nível de conhecimento que o discente tem sobre um determinado assunto; é sujeito que elucida dúvidas; é sujeito que analisa comportamentos que apresentam certa anormalidade; é sujeito que nivela e estabelece quem está apto ou não para prosseguir.

Todavia, podemos observar que os perfis em análise apresentam outra concepção do que concebem como o *status do professor*. Começaremos a análise com um *tweet* do perfil ii



Figura 3 – FH – Extraída da conta @FernandoHoliday

Ao buscar comentar uma notícia veiculada por um jornal digital a respeito da atitude de uma professora que, segundo a descrição apresentada, filia-se a uma formação discursiva de cunho “esquerdita”, é estabelecida a seguinte frase “uma professora não tem o direito [...]”; dessa forma, devemos observar quais as atribuições do seu próprio *status* para inferir quais são os direitos que um professor tem ou não para desenvolver sua posição em sala de aula. Levando em consideração que o compartilhamento desses dizeres parte de um vereador que até a presente data não tinha nenhuma vinculação com a docência, devemos analisar quais aspectos linguísticos e discursivos ele movimenta para corroborar com sua ideia.

Inicialmente, devemos pensar no uso do verbo “precisamos”. Ao utilizar essa palavra em detrimento de outra, ele movimentou determinados sentidos sobre a formação da concepção do projeto Escola Sem Partido para o sujeito-leitor. Quando enuncia “[...] dessa gentinha nojenta da esquerda progressista”, ao usar previamente o verbo “precisar” conjugado na primeira pessoa do plural, ele se coloca inserido no grupo de pessoas que diz querer um ensino mais respeitoso e firmado em preceitos de boa conduta que fuja da imagem instaurada por ele como pertencente a “genticinha da esquerda”. Com isso, ele constrói a ideia de que os apoiadores do Escola Sem Partido são pessoas boas que querem um bom ensino, assim, ele não abre margem para uma oposição e deixa subentendido que quem é contrário a essa ideia não quer a disseminação de um bom ensino.

Além disso, existe também a construção da imagem de que professores que têm como viés a esquerda são despreparados para atuar com alunos. Uma vez que, ao nomear como “típico” a suposta atitude apresentada pela professora na notícia, ele estabelece um regime de verdade acerca do comportamento de professores da “esquerda”. É necessário também pensar a respeito da escolha da notícia que é compartilhada junto ao seu dizer, pois ela também corrobora para a construção desse regime de verdade a respeito do comportamento de professores “esquerdistas”. Analisando a manchete, observa-se que seu enfoque principal situa-se na frase: “Professora feminista ameaça alunos ‘escrotos’: ‘quero arrebentar a pau’”; assim, ao ler o comentário do perfil ii juntamente com o texto em destaque, é delineada a ideia de o fato ter ocorrido em uma instituição escolar envolvendo uma adulta e crianças, o que reforça o imaginário de que professores filiados a um discurso feminista, por exemplo, tenham uma conduta errônea e imoral.

Um ponto interessante de observação é a construção da fala do perfil ii ter sido elaborada a partir de uma chamada de notícia de um jornal. Assim, observa-se a tentativa de conferir ao seu comentário um enlace com uma instituição jornalística para, desse modo, implementar uma veracidade a respeito da sua opinião. Afinal, ele busca mostrar que sua fala é comprovada com fatos que são transmitidos por meio de um jornal e, dessa forma, ultrapassa a barreira de um achismo ou opinião pessoal para ser entendido como uma “verdade”. Haja vista que, na manchete, há um destaque para o adjetivo “feminista”, o que concebe a ideia de sua atitude ter sido motivada justamente por isso. É importante salientar que nesse tweet há uma padronização do professor entendido enquanto esquerdista.

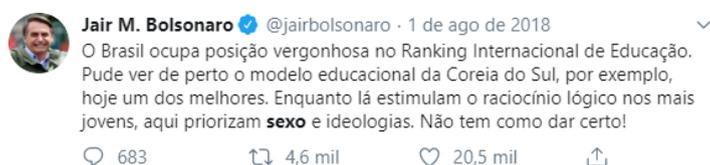


Figura 4 – JB7 – Extraída da conta @jairbolsonaro

Diferentemente da particularização estabelecida pelo perfil ii, em que é mostrado que somente os professores “esquerdistas” não cumprem com a função docente, no tweet do perfil iii, nota-se outra concepção sobre o *status do professor*. No enunciado, há uma dada universalização da docência, pois seu dizer parte do pressuposto de que o real problema é o “modelo educacional”. Dessa forma, antes de pensarmos na imagem do que se toma enquanto professor formada por ele, devemos observar as “vontades de verdade” que sustentam os enunciados. Afinal, nenhum dizer é neutro e livre.

Ao pensarmos nos perfis ii e iii, algumas considerações podem ser delimitadas. Observando a trajetória para demonstrar de que forma sustenta-se o *status do professor*, podemos moldar também uma perspectiva a respeito da objetivação dos perfis ao conceberem dado status ao docente. Afinal, apesar da regularidade discursiva que eles apresentam ao defender o Escola Sem Partido, cada um promulga uma visão a respeito da atuação docente. Nota-se que, por exemplo, o perfil ii demarca que a problemática em relação ao professor não está em toda classe, mas reside naqueles que ocupam como lugar discursivo uma vertente “esquerdista”. Já o perfil iii aponta como problema o modelo educacional, ou seja, para ele a conduta de todos os profissionais da educação se fundamenta em ideologias e sexualidade. Isso deriva do objetivo que o perfil ii tem em atacar um viés político e no do perfil iii de se colocar como solução dos problemas ao fazer uma política diferente.

No *tweet* elaborado pelo perfil iii, observa-se a disseminação do conceito de precarização da educação brasileira. Assim, a elaboração da sua visão a respeito do *status do professor* demonstra que, para ele, o lugar institucional de onde se obtém o discurso docente está corrompido. Ao falar em “modelo educacional”, ele movimenta sentidos em relação ao professor, aos gestores, as instituições governamentais que regem o fazer docente. Torna-se importante observar o uso do adjetivo “vergonhoso” para referir-se ao Brasil, pois seu emprego corrobora com a ideia de que os estudantes brasileiros estão em uma situação humilhante. Contudo, ao mesmo tempo em que descreve esse quadro preocupante, ele apresenta a solução ao falar de um modelo educacional que deu certo e, para além disso, que ele “pode ver de perto” e, desse modo, poderá replicar aqui.

Mais uma vez, podemos notar a necessidade de se ancorar em uma instituição discursiva. Seu discurso parte de um saber que fornece as bases para a existência do seu enunciado interpelado a um regime de verdade. Em sua fala, primeiramente, ele aponta “fatos” e busca demonstrar que não partem dele, mas de uma instituição educacional que tem autoridade para construir esses apontamentos. Ou seja, a demarcação de que seu dizer

efetivamente pertence a uma pesquisa feita por um órgão internacional que tem propriedade no quesito educação angaria a esse enunciado a possibilidade de ser enxergado por sujeitos enquanto uma verdade a respeito do cenário escolar brasileiro.

É relevante também observar o final do post “Não tem como dar certo!”. Com esse dizer, busca-se traçar uma imposição demarcando que o trabalho com outras perspectivas, como ideologias e sexo que não sejam inerentes a ideias conteudistas, corrobora para a falha no sistema educacional. A solução encontrada por ele é utilizar o modelo de ensino da Coreia do Sul. Dois fatos interessantes emergem da escolha desse país. O primeiro reside no fato do perfil iii ter como bandeira política o nacionalismo e a exaltação à pátria, porém, em diversos momentos de sua campanha, ele recorre a importação de noções estrangeiras para se aplicar aqui, como nesse caso em que a única forma de resolver o problema do ensino é seguindo os preceitos de uma país estrangeiro. O segundo está vinculado à ideia de que o ensino pautado no raciocínio lógico é o que promove o sucesso da instituição escolar na Coreia do Sul, assim, antes de prosseguirmos nessa análise devemos lançar um breve olhar a respeito do ensino no país supracitado, sobretudo no ensino básico.

Segundo o Center for Global Education at Asia Society²⁹, a educação na Coreia do Sul constrói a matriz curricular da educação básica com os seguintes componentes curriculares: educação moral, idioma coreano, estudos sociais, matemática, ciências, educação física, música, artes plásticas e artes práticas. Para que, desse modo, os alunos pudessem

melhorar habilidades, habilidades e atitudes básicas; desenvolver a capacidade linguística e a moralidade cívica necessárias para viver na sociedade; aumentar o espírito de cooperação; promover habilidades aritméticas básicas e habilidades de observação científica; e promover a compreensão da vida saudável e o desenvolvimento harmonioso do corpo e da mente.” (DIEM; LEVY; VANSICKLE, 2003, p.1, tradução nossa)³⁰

Por sua vez, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais (MEC, 2016, p 22), o ensino básico no Brasil tem como componentes curriculares obrigatórios: língua portuguesa, língua estrangeira moderna, arte, educação física, matemática, ciências da

²⁹ Disponível em: < <https://asiasociety.org/education/south-korean-education>>. Acesso em: 20 de junho de 2020.

³⁰ to improve basic abilities, skills and attitudes; to develop language ability and civic morality needed to live in society; to increase the spirit of cooperation; to foster basic arithmetic skills and scientific observation skills; and to promote the understanding of healthy life and the harmonious development of body and mind (DIEM; LEVY; VANSICKLE, 2003, p.1).

natureza, história, geografia e ensino religioso. Dessa forma, observando as duas matrizes, pode-se perceber que na brasileira há uma maior recorrência de componentes curriculares pautados no raciocínio lógico do que a da Coreia do Sul. Mais uma vez, dissemina-se uma dada verdade que não se concretiza com os fatos da realidade.

Contudo, partindo do pressuposto que é colocado no enunciado, o que é dar certo na educação? Entende-se que para as diretrizes básicas que cerceiam as normativas a respeito do processo educacional, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (MEC, 2016, p.33-34). Isto é, o processo de ensino-aprendizagem “daria certo” se os discentes além de se colocarem enquanto cidadãos ativos do mundo o fizessem de maneira crítica. Para tanto, aspectos de sexualidade devem ser trabalhados buscando esse desenvolvimento pleno do sujeito. Ou seja, a objetivação do docente, neste caso, não se pauta nos saberes sedimentados pelos próprios instrumentos e instituições que normatizam a atuação do professor.

Desta maneira, após observamos como os perfis constroem discursivamente o papel que os professores desenvolvem na instituição escolar atualmente, é necessário observar certas regularidades discursivas que embasam a defesa da necessidade da implementação do Escola Sem Partido.

3.3 REGULARIDADES DISCURSIVAS: GESTO DE ANÁLISE

Iniciamos essa discussão ponderando acerca das regularidades discursivas. Entende-se que um enunciado não deve ser tomado como original ou único, uma vez que ele sempre estará correlacionado com outra série de enunciados para que, desse modo, surjam práticas discursivas fundamentadas em um discurso (FOUCAULT, 1996). Assim,

[o] novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta. O autor, não é entendido, é claro, como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações como foco de sua coerência. (FOUCAULT, 1996, p. 26).

À vista disso, é pertinente que se perceba que na base dos processos discursivos, existe a materialidade histórica, que permite que os sujeitos produzam “seus” dizeres. Torna-se pertinente nesse momento compreender que os dizeres enunciados pelo sujeito

não são produtos imanentes e originados da experiência individual e psicológica dele, uma vez que os discursos concretos não se constituem como “novos”, afinal, neles há a presença de outros discursos, dado que os sujeitos se situam historicamente e socialmente em situações de enunciabilidade que permitem a existência de dados enunciados (e não outro em seu lugar). Sendo assim, nesse trabalho, o discurso é encarado como uma prática histórica e que o enunciado é o funcionamento do discurso na materialidade. Sendo assim,

(...) descrever um enunciado não significa isolar e caracterizar um segmento horizontal, mas definir as condições nas quais se realizou a função que deu a uma série de signos (não sendo esta forçosamente gramatical nem logicamente estruturada) uma existência, e uma existência específica (FOUCAULT, 2008, p.123).

Dessa forma, iremos estruturar nossa análise segmentando as condições que estruturam nosso *corpus*, uma vez que, apesar dos *tweets* selecionados terem como embasamento o projeto Escola Sem Partido, pode observar que eles movimentam outros discursos para fundamentar seu enunciado. De forma geral, ao montarmos o banco de dados que constitui nosso *corpus* chegamos a três regularidades discursivas: doutrinação, sexualidade e docência:

Tabela 1 – Regularidades discursivas

Título da Imagem	Doutrinação	Docência	Sexualidade
ESP	X	X	
ESP1	X	X	
ESP2	X	X	
ESP3	X	X	
ESP4	X	X	
ESP5	X	X	
ESP6	X	X	
ESP7	X	X	
ESP8	X	X	
ESP9	X		X
FH1	X	X	
FH2	X	X	
JB			X
JB1		X	X
JB2			X
JB3			X
JB4	X	X	
JB5		X	
JB6	X		X
JB7		X	X

3.3.1 Doutrinação

Para compreendermos como a noção de doutrinação coloca-se enquanto uma regularidade discursiva é relevante, em um primeiro momento, lançarmos um olhar discursivo para o projeto que constitui a temática fundamental do nosso *corpus*. Dessa forma, iniciamos postulando que o projeto Escola Sem Partido eclode no universo político e é amparado por uma rede discursiva. Desse modo, pensando nas unidades discursivas

É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros (FOUCAULT, 2008, p.28).

Assim, buscaremos estabelecer nesse momento uma apreciação acerca de dois acontecimentos históricos de aparecimento do projeto que são mais caros para a presente pesquisa. O primeiro deles tem seu marcador temporal em 2003, visto que apesar do Escola Sem Partido iniciar em 2004 ele tem sua eclosão vinculada a uma carta aberta, como já discutido, que foi entregue aos pais e alunos da escola onde a filha de Nagib estudava em 19 de setembro de 2003. Já o segundo momento tem seu marcador temporal em 2015, época em o projeto assume uma esfera nacional ao ser apresentado a Câmara dos Deputados para votação.

Miguel Nagib escreve uma carta aberta intitulada “Carta ao Professor Iomar” (NAGIB, 2003) e faz sua distribuição em frente à escola onde sua filha estudava. Contudo, essa carta também é publicada em um *blog*³¹ junto com um texto que ocupa a função de epígrafe intitulado “O estupro intelectual da infância”. A carta é iniciada com uma oração escrita por São Francisco de Assis e, em seguida, é comparada com um dizer de Che Guevara. Essa comparação serve de sustentação de todo o texto, em que ele procura demonstrar que o professor Iomar em sala de aula tem um “[...] incansável esforço para doutrinar ideologicamente as crianças do Sigma, impingindo às suas frágeis consciências a visão que o senhor tem do mundo.”. É por meio dessa carta que a ideia de doutrinação ideológica em sala de aula vinculada ao projeto surge.

É por meio dessa carta que eclode o regime de verdade que sustentará o projeto Escola Sem Partido. As reverberações que partem dessa carta fazem com que em 2004

³¹ Inclusive ao entrar em um dos artigos de Miguel Nagib publicado no <https://escolasempartido.org/> ele mesmo redireciona através de um *link* o leitor ao *blog* onde seu texto foi postado.

comecem a ser apresentados em Câmaras de vereadores diversos projetos de lei que tinham essa vontade de uma Escola Sem Partido, no entanto, o que se apresenta como mais relevante a nossa pesquisa é o de 2015.

De modo específico, iremos tratar do projeto de lei nº 867/2015 que foi apresentado a Câmara dos deputados pelo deputado federal Izalci Lucas. Ele é o primeiro projeto que tem como objetivação ser inserido nas Leis de Diretrizes Básicas e por isso se destaca dos demais. Para além da ideia de doutrinação buscaremos pensar também nos “Deveres do Professor” presente no anexo do projeto (BRASÍLIA, 2015) para compreendermos quais práticas discursivas e regimes de verdade emergem no referido documento.

Antes de qualquer coisa, é relevante observar que o vocábulo professor será escrito nesse anexo com letra maiúscula. Ao alterar esse substantivo comum para uma ordem de substantivo próprio se busca, em primazia, um apagamento em relação a individualidade do sujeito docente. Visto que essa escolha em particularizar o sujeito tendo como base sua profissão confere em uma tentativa de anulação daquilo que o constitui enquanto sujeito –, evidenciamos aqui que se trata de uma tentativa, pois pensando nos preceitos foucaultianos sabemos que essa invalidação não ocorre. Dessa forma, observando que um dever é uma obrigação moral ou ética dentro de uma esfera social pontuar deveres que um Professor deve ter circunscrevem também os direitos que os alunos terão.

Atentarmo-nos ao primeiro dever que se encontra presente no projeto de lei que é “I - O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente política, ideológica ou partidária.” (BRASÍLIA, 2015). Inicialmente, o que chama a atenção nesse enunciado é o termo “cooptá-los”, já que por esse verbo deslizam os sentidos de associação bem como o de aliciação. A escolha dessa palavra em detrimento de outra auxilia a pensar o professor enquanto aquele que exercerá a docência com o objetivo de se aproveitar da “audiência cativa” dos sujeitos-alunos para seduzi-los tencionado com isso a atração dos mesmos para certo propósito. No entanto, o ponto alto do enunciado é a visão acerca da sala de aula que parte do enunciado.

Há nesse trecho a presença de um regime de verdade a respeito do comportamento dos alunos. Afinal, é posto que os discentes se comportam como uma audiência cativa. Mas o que seria de fato uma audiência cativa? Sabemos que o termo audiência está fortemente ligado a ação de um dado sujeito em ouvir atentamente aquele que fala. Há

aqui a concepção de que em sala de aula os alunos permanecem em silêncio e atuam somente como ouvintes. Todavia, ao lançarmos um olhar a perspectiva de educação progressista (FREIRE, 2007) já mencionada, é perceptível que essa concepção não faz parte da realidade da instituição escolar, pois no modelo de educação em vigor é incentivado que o aluno se torne protagonista do processo ensino-aprendizagem.

Para além disso, a ideia de que o aluno é um mero ouvinte cativo, isto é, sem liberdade, esbarra na perspectiva de que o sujeito-aluno se encontra estático nas relações de poder sem a possibilidade de uma resistência. No entanto, pensando na prática de si colocada por Foucault (1984), percebe-se que existe uma “moral” no entremeio das práticas discursivas e essa é tomada enquanto

um conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as igrejas, etc. Acontece dessas regras e valores serem bem explicitamente formulados numa doutrina coerente e num ensinamento explícito. Mas acontece também delas serem transmitidas de maneira difusa e, longe de formarem um conjunto sistemático, constituírem um jogo complexo de elementos que se compensam, se corrigem, se anulam em certos pontos, permitindo, assim, compromissos ou escapatórias. Com essas reservas podemos chamar código moral esse conjunto prescritivo (FOUCAULT, 1984, p. 26).

Ao tomarmos o sujeito-aluno enquanto inserido em uma rede de poder-saber, entendemos que, apesar de haver regras de condutas, essas são difusas. E, justamente por isso, há a possibilidade de “escape” de uma rede de poder para outra. Ademais, entendemos que as mudanças nas metodologias escolares também estimulam que os alunos não sejam vistos como simples “fantoques” que se submetem a vontades e, em alguns casos, há inclusive a eventualidade dos sujeitos-alunos perpetuarem dadas práticas discursivas que irão conduzir a forma como uma aula deve ou não deve ser estruturada.

Contemplando o *tweet* a seguir, percebemos a irregularidade que existe no regime de verdade perpetuado a respeito da postura de “audiência cativa” dos alunos.

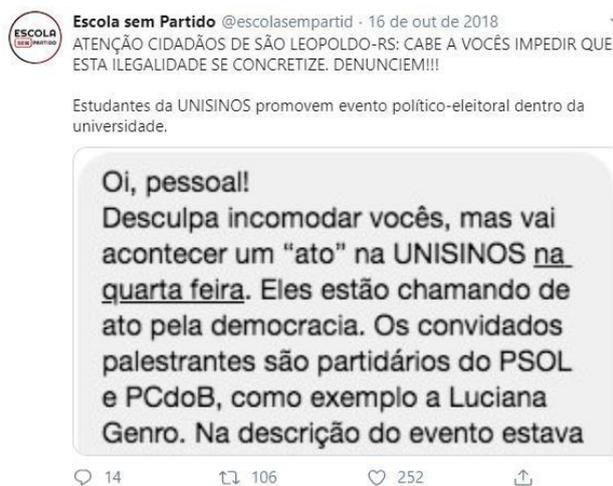


Figura 5 – ESP2 – Extraído da conta @escolasempartido

O *tweet* acima busca denunciar um evento político-eleitoral com um viés “doutrinador” por pertencer a uma política de esquerda. Todavia, o que é evidenciado é o fato de o mesmo ter sido organizado por “estudantes”. O que nos chama a atenção é que em todo o banco de dados que compõe o *corpus*, apenas dois *tweets*³² apresentam o vocábulo estudante em vez de aluno. Segundo o Dicionário Aurélio (2010), há uma diferença entre a palavra estudante e a palavra aluno, uma vez que como se sabe não existe sinônimos perfeitos. Aluno seria o sujeito que recebe instrução de um professor em uma determinada instituição de ensino ou estabelecimento que ocupe a mesma função, como exemplo aulas particulares em casa. Já o estudante é aquele que estuda.

Pensando que o uso de um em detrimento do outro não se ocasiona de maneira aleatória, devemos nos atentar aos sentidos que deslizam nessa “predileção”. O uso do termo aluno remete a uma ideia de maior domínio, afinal o sujeito irá receber alguma coisa. Por sua vez, pensando que ao estudante está vinculada uma ideia de independência, há aqui substancialmente um regime de verdade que delimita que caso o sujeito apresente práticas que se filiem ao discurso conservador, por exemplo, ele será visto como um aluno que dentro da instituição escolar ocupa o espaço daquele que receberá uma instrução e que se posiciona como “audiência cativa”. No entanto, se o sujeito possuir práticas que fujam da defendida por eles, ele será entendido como aquele autônomo que não possui necessidade da escola para angariar conhecimento.

Prosseguindo na construção do projeto de lei, também se estabelece após o anexo uma justificativa. A “justificação” é, em verdade, uma cópia presente no *blog* *escolasempartido.org*, como o próprio Izalci evidencia. Desse modo, buscaremos aqui analisar um trecho da “robusta justificativa” para mais uma vez lançarmos um olhar a noção de doutrinação que emerge por intermédio do projeto Escola Sem Partido.

É fato notório que professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas; e para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis (ANEXO 1).

Aqui é o primeiro momento em que aparece a concepção de que “autores de livros didáticos” também pertencem a rede de sujeitos que buscam uma doutrinação ideológica em sala de aula. Contudo, esse aparecimento não acontece de forma casual, mas é

³² O outro *tweet* se trata do ESP7 e será analisado no próximo capítulo.

motivado por aspectos iminentes ao *kit gay*³³. É preciso, antes de qualquer coisa, pontuarmos nesse momento o que é “ideologia de gênero” para prosseguirmos na análise.

A noção de ideologia de gênero que será tratada aqui é a que surge a partir da ideia de uma implementação de um *kit gay* nas escolas de educação básica, especificamente as de ensino fundamental. Cria-se, por intercessão do discurso conservador, a concepção que as questões de gênero que o material supracitado buscava trabalhar em sala de aula tinham por objetivação doutrinar os alunos a serem homossexuais ou transexuais³⁴. Assim, compartilha-se a noção de que tanto os professores quanto as editoras de livro teriam sido corrompidas por uma necessidade de “transformar” a orientação sexual dos alunos e, por vezes, sua identidade de gênero.

Mais à frente, nesse mesmo trecho, observamos o aparecimento de outra perspectiva a respeito de doutrinação. Nesse ponto, doutrinação será entendido como a adoção de “padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis.” (ANEXO 1). Dessa forma, faz-se relevante alguns apontamentos a partir dessa noção. Se tomarmos como base o que foi exposto em relação a ideologia de gênero e a colocação de uma “conduta moral sexual incompatível com os que lhes são ensinados” (ANEXO 1), podemos observar que o regime de verdade que sustenta esse enunciado aponta para o aluno enquanto assujeitado, isto é dentro da relação de poder, por meio de uma coerção ou dominação, moldou-se o sujeito aluno. Ou seja, mais uma vez, se concebe o aluno enquanto um sujeito sem a possibilidade de resistência.

Torna-se claro com tudo isso que a questão sedimentar do Projeto Escola Sem Partido é, sem dúvidas, a doutrinação. Logo, ao lançarmos um olhar ao projeto de lei 867/2015 para verificamos de que maneira é trabalhada a noção de doutrinação, destacamos aqui algumas questões primordiais. Cabe ressaltar que esse projeto de lei não foi o primeiro a ser apresentado a Câmara dos deputados, contudo, é o último a tratar especificamente do Escola Sem Partido levado a votação até o presente momento, e se faz necessário também pontuar que ele não foi construído por um professor. De forma geral, o projeto ocupa-se em modificar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para que seja inserido “neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado” (BRASÍLIA, 2015 p.1).

³³Esse termo e tudo que o concerne será amplamente discutido mais a frente.

³⁴ O que é ideologia gênero (e por que falamos tanto dela)?. **Politize!**. 23 de novembro de 2018. Disponível em: < <https://bitly.com/xmtvs>>. Acesso em: 18 de junho de 2020.

Ademais, ao discutir a respeito das atribuições que o projeto prevê aos professores, nos é apresentada a noção de doutrinação que rege todo o projeto: “direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções” (BRASÍLIA, 2015 p.1). Ou seja, o que se concebe como doutrina é o contato dos discentes com dados regimes de verdade e outros mirantes discursivos que sejam díspares aos dos seus responsáveis.



Figura 6 – FH1 – Extraída da conta @FernandoHoliday

Como pode se observar no enunciado acima, o emprego do projeto nas escolas visa desmascarar e aniquilar a suposta doutrinação que perpassam o ambiente escolar. Para tanto, o projeto tem a preocupação de restringir a circulação de certos discursos no ambiente acadêmico. Contudo, essa restrição que esbarra em uma possível vontade de neutralização levanta algumas problemáticas, afinal, como se sabe, o espaço escolar é entendido enquanto uma instituição discursiva que é sustentada e sustenta regimes de verdade. Logo, faz-se necessário um questionamento a respeito das vontades que balizam os apoiadores do projeto e quais são os sentidos que eles colocam em movimento a respeito da educação, do professor, do aluno, da escola.

Dessa forma, começaremos a análise partindo de um *tweet* pertencente ao perfil i para observarmos quais são as discursividades que perpassam sua enunciação a respeito da doutrinação nas escolas.

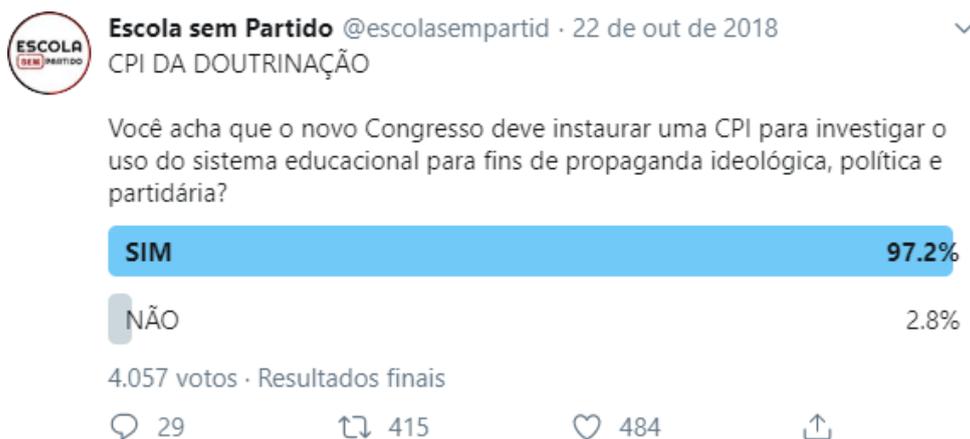


Figura 7 – ESP - Extraída da conta @escolasempartid

Primeiramente, é interessante demarcar que uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) é uma investigação a respeito de denúncias de irregularidades presentes em alguma esfera estatal. Assim, ao apontar que o motivo da apuração deriva do “uso do sistema educacional para fins de propaganda ideológica, política e partidária”, podemos perceber certas formações discursivas que postulam esse regime de verdade como sendo inerente a todo ambiente acadêmico. A partir disso, entendemos que por se tratar de um perfil filiado a um discurso conservador, os regimes de verdade que são validados por essa perspectiva discursiva ocasionam a existência de condições de possibilidade para a emergência desse enunciado.

Outro exemplo de como os regimes de verdade legitimados por esse discurso criam possibilidades de eclosão de enunciados que buscam apontar a doutrinação escolar se encontra presente no seguinte *tweet*

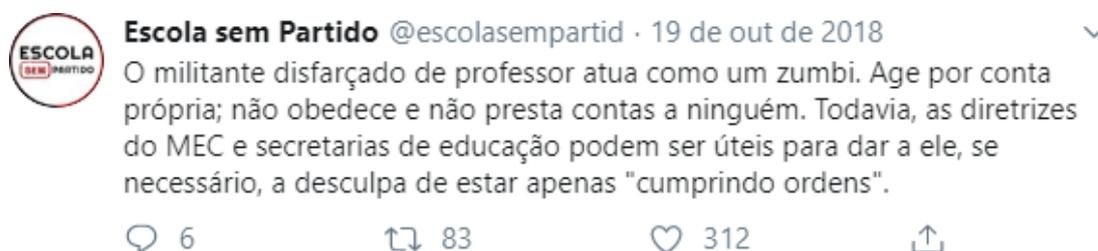


Figura 8 – ESP6 - Extraída da conta @escolasempartid

Reiteramos novamente que o mesmo tem como marcador temporal o segundo turno da campanha presidencial. Começaremos pensando os motivos que levaram a escolha dessa materialidade para a disseminação do enunciado e não um jornal impresso,

por exemplo.

Em um primeiro momento, devemos considerar quais fatos possibilitaram o surgimento desse enunciado e não outro em seu lugar. Desse modo, ao levarmos em conta “[...] as diretrizes do MEC e secretarias de educação podem ser úteis para dar a ele, se necessário, a desculpa de estar apenas ‘cumprindo ordens’”, temos o apontamento de um regime de verdade. Sendo que, esse regime busca denotar a interferência do partido que estava no poder no ano anterior nas instituições educacionais fazendo com que essas fossem corrompidas com uma determinada ideologia que o ajudaria a manter seu poder. Por isso, o indicativo de que MEC e as secretarias de educação respaldam o professor doutrinador.

Outro ponto marcante desse enunciado é o uso do termo “zumbi” para se referir aos professores. Ao utilizar essa terminologia, o perfil movimenta sentidos a respeito do fazer docente e, principalmente, a respeito da constituição do professor. Afinal, ao pensarmos nos significados que partem do termo “zumbi”, teremos sempre concepções que derivam da privação de personalidade própria ou de personalidade; levando isso para a materialidade enunciativa na qual ele aparece, podemos perceber um apontamento de que o professor, por ser apenas um instrumento de doutrinação em sala de aula, tem como principal objetivo corromper o discente e postular uma disciplinarização para angariar um corpo dócil que irá repercutir na manutenção do poder investido ao partido que implementava normativas ao MEC.

Além disso, o aparecimento de zumbis nas histórias sempre eclode pelo contato com outro zumbi. Isto é, para ser “contaminado”, ele necessita ser “infectado” por alguém que tenha o vírus. A partir desse ponto, no enunciado em análise, os professores foram todos contaminados por ideias que partem do MEC e que reestruturam o fazer docente em uma perspectiva de doutrinação. Ademais, ao associar o professor ao zumbi, o perfil também traz à tona a ideia de contaminação e infecção, assim, observa-se novamente a construção da noção de que os professores “militantes” tiveram contato com algo que os transmitiu uma doença ou um mal. Pensando também o professor enquanto “zumbi”, há uma emergência de um regime de verdade a respeito do sujeito-aluno. Afinal, com a ideia de “contaminação”, coloca-se em xeque a posição do aluno frente ao processo de ensino-aprendizagem, uma vez que se emprega a ideia de que o aluno não tem criticidade e absorverá a tudo que lhe for colocado sem questionamento, como uma pessoa que ao ser contaminada por um zumbi se torna zumbi também sem a possibilidade de uma resistência.

Levando em consideração a noção de zumbi supracitada, pode-se perceber uma contradição em relação ao enunciado. Afinal, inicialmente, ele apresenta a ideia do professor enquanto zumbi, isto é, contaminado por exterioridades; como exemplo, o MEC, a ideologia de esquerda, as secretarias de educação. Contudo, ele pontua no mesmo fragmento que os professores “agem por conta própria”. Ou seja, ao mesmo tempo em que a doutrinação é vista como sendo um problema em relação às instituições que normatizam o fazer docente, é também visto como algo inerente ao professor.

Devemos observar também o seguinte trecho do enunciado: “[...] o militante disfarçado de professor”; assim, quem age enquanto militante não pode ocupar a posição de professor. Para o sujeito enunciado, entende-se que um professor não pode militar a respeito de nenhum assunto. É preciso questionar o que significa militar. Militar³⁵, no sentido empregado no enunciado, é entendido como uma gíria que tem como conceito a ideia de um sujeito que defende ativamente uma causa, sobretudo política. Ou seja, essa concepção evidencia novamente que em sala de aula o professor deve atuar com neutralidade e não aguçar nos alunos uma criticidade.

Se pensarmos em outros enunciados que compartilham dessa mesma formação discursiva, chegaremos ao do então candidato à presidência, que, por mais de uma vez, apontou que o ensino de qualidade que havia sido esquecido no último governo seria a base do seu projeto político. Além disso, ressalta-se como esses enunciados apontam para a questão de doutrinação ideológica ou marxista que tomou conta das mídias sociais. As acusações de que as ocupações escolares que aconteceram em 2015 tinham como base uma “lavagem cerebral” realizada por professores.

Todavia, apesar de sempre apresentar enunciados que se contrapõem a ideia de uma escola que ensine algo além de conteúdo, ele estabelece uma relação de incentivo a escola de cunho militar que, como se sabe, tem dadas práticas voltadas às questões militares, como exemplo: o uniforme, a marcha para ingressa em sala de aula e outras. Dessa forma, conseguimos perceber que apesar de apresentar uma aversão em relação a escola que foge da mera transmissão de conteúdo, em seu enunciado torna-se claro um incentivo e defesa ao modelo de escola militar. Podemos perceber essa noção de forma exemplificada no enunciado a seguir.

³⁵ Na próxima seção, essa terminologia será discutida de maneira pormenorizada.



Jair M. Bolsonaro  @jairbolsonaro · 10 de out de 2018

Há preconceito quando fala-se em escolas coordenadas por militares, mas já foi mais que provado o sucesso deste modelo. No Amazonas, por exemplo, uma **escola** localizada em área pobre, dominada pela criminalidade e de baixíssimo desempenho se tornou referência nacional em educação.

 800

 6,8 mil

 33,6 mil



Figura 9 – JB5 – Extraída da conta @jairbolsonaro

Observa-se que o enunciado, na sua superfície, defende o ensino isento, mas, no seu funcionamento discursivo, busca reafirmar o ensino que seja embasado nas prerrogativas e nos saberes que deem fortalecimento às suas relações de poder. Afinal, sabe-se que no modelo de ensino militar, há a transposição e a valorização de normas voltadas a uma moral conservadora (FUSINATO, 2013). Antes de prosseguirmos é relevante colocarmos aqui que, ao observamos o que foi analisado até o presente momento juntamente com esse enunciado, entendemos que para os perfis a ideia de militar está centrada a esquerda, contudo, o ensino de moral conservadora não seria militar em defesa de algo. Esse fato remarca a possibilidade de que a adoção do protótipo educacional supracitado facilitasse o regimento de verdades que sustentassem os saberes que norteiam os jogos de poder existentes no viés socioeconômico da direita. Viés este que era a base do então candidato à presidência.

Além disso, ele emprega o termo “sucesso” para se referir a esse modelo educacional. Geralmente, sucesso é usado para evidenciar o êxito em alguma atividade ou área. Todavia, ao pensarmos no “sucesso” que os colégios militares alcançam, algumas considerações devem ser esboçadas. Em 29 de junho de 2018, o jornal Folha³⁶ liberou um ranking nacional das escolas brasileiras referente ao ano de 2017, sendo que, a construção do mesmo se deu a partir do resultado do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM aplicado no ano de 2017. Ao observamos as dez primeiras colocações, existe somente a presença de escolas privadas, o que coloca em suspenso às verdades construídas pelo perfil iii. Ademais, a primeira escola com modelo militar só irá aparecer na centésima vigésima terceira posição e o primeiro colégio público a aparecer está na décima nona posição.

No outro enunciado que compõe a *thread* a respeito da defesa da escola militar, são elencadas outras concepções que buscam estabelecer uma comprovação científica para a fundamentação de um regime de verdade a respeito do desempenho da escola

³⁶ Disponível em < <https://bityli.com/YlJmF>>. Acesso em: 17 de junho de 2020.

militar ser melhor que o desempenho da escola básica.

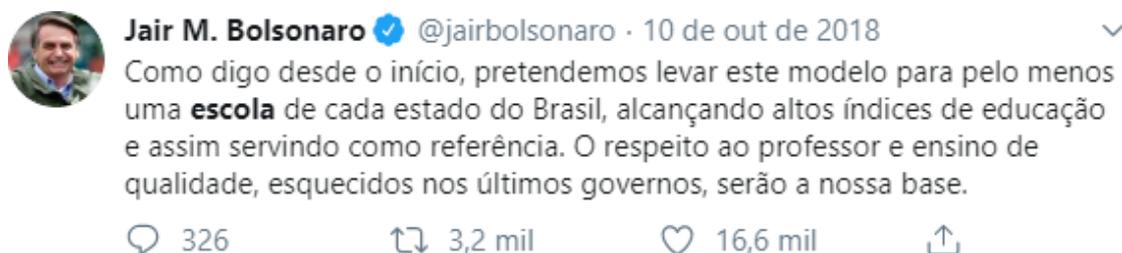


Figura 10 – JB4 – Extraída da conta @jairbolsonaro

Tomaremos como recorte de análise nesse enunciado o trecho “O respeito ao professor e ensino de qualidade, esquecidos nos últimos governos, serão a nossa base”. Esse dizer está presente logo após uma defesa de inserção de, minimamente, uma escola militar em cada estado; assim, cabe questionarmos se, de fato, qualidade e respeito foram esquecidos nos governos anteriores e se a implantação de escolas militares solucionaria esse problema.

Como já colocado acima, o desempenho obtido pelas escolas militares no ENEM de 2017 está abaixo de escolas públicas básicas. Assim, entende-se que a concepção de que a retomada de qualidade do ensino brasileiro só seria possível pela escola militar já é revogada. Ademais, se pensarmos no que se toma enquanto respeito ao professor, podemos observar que “nos últimos governos”, conforme o enunciado, houve a promulgação do piso salarial³⁷ que, de certa forma, beneficia aos professores e, além disso, um maior investimento em programas de formação continuada³⁸ aos professores que garante um melhor desempenho e um melhor apoio ao docente.

Apesar de, como mostrado, em diversos momentos esses enunciados tecerem afirmações que não se sustentam com elementos concretos da realidade e os colocar como verdadeiros, os perfis i e iii sempre fomentam uma descredibilização de mídias jornalísticas.



Figura 11 – ESP9 – Extraída da conta @escolasempartid

³⁷ Disponível em: <<https://cutt.ly/Po0eu2q>>. Acesso em: 5 de julho de 2020.

³⁸ Disponível em: <<https://cutt.ly/Io0rijH>>. Acesso em: 5 de julho de 2020.

No exemplo acima, coloca-se que há uma disseminação de notícias falsas – “MENTE DESCARADAMENTE” – com o objetivo de ajudar na campanha de um dos candidatos a presidência – “para não prejudicar Haddad”. Dessa forma, coloca-se que a Folha mentiu sobre o conteúdo de uma decisão judicial. Todavia, ao realizarmos a leitura da notícia publicada no dia 16 de outubro de 2018 e que tinha como título “Ministro do TSE determina exclusão de publicações com expressão 'kit gay' usadas por Bolsonaro”³⁹ e procurarmos fontes perceberemos que ela não apresenta em seu conteúdo nenhuma falácia ou informação incompatível com a realidade. Isto é, mais uma vez há a presença de uma *fake news*⁴⁰ que objetiva convencer que, de fato, as mídias estavam sendo manipuladas para beneficiar o Haddad visando um benefício próprio.

Outro ponto a ser observado e discutido se refere às formações discursivas em que se inscrevem os enunciados divulgados pelos perfis em análise. Durante o período eleitoral, houve, por parte do perfil iii e de seus apoiadores, a divulgação de uma série de notícias – que em grande maioria eram compartilhadas no *Twitter* – a respeito da implantação de um *kit gay* nas escolas pelo partido de seu oponente⁴¹. Assim, ao longo da campanha, diversas *fake news* foram divulgadas fomentando e validando esses enunciados. Antes de prosseguirmos na análise, é pertinente pensarmos na questão da *internet* e nas notícias vinculadas por ela.

Dessa forma, percebe-se que a *internet* baliza e, por vezes, gera condições para o surgimento de enunciados que desacoplam os fatos de ações/acontecimentos efetivos no mundo. Devemos ter em mente que essa possibilidade aparece a partir do momento que a ferramenta já mencionada concede a oportunidade de que qualquer pessoa transmita instantaneamente conteúdos que, por vezes, são impactantes sem nenhuma fiscalização ou procedimento que separem os fatos que fogem dos regimes de verdade estabelecidos. É preciso, em primeira instância, considerar que essa transposição de fatos incoerentes com a realidade provoca uma desordem que ocasiona sérias consequências sociais.

Ao estabelecermos as consequências da promulgação de *fake News*, é notável a recorrência de um ponto que pode ser encarado como norteador. Ao permitir o envio de qualquer dado, a *internet* confere ao mundo virtual embasamentos para que se crie um espaço em que seja propício o exercício de controle. Assim, a veiculação de discursos sem correspondências com os acontecimentos do mundo se torna mais fácil e mais eficaz.

³⁹Ministro do TSE determina exclusão de publicações com expressão 'kit gay' usadas por Bolsonaro. **Folha**, 16 de outubro de 2020. Disponível em <<https://cutt.ly/Io0o4eZ>>. Acesso em: 3 de julho de 2020.

⁴⁰ O termo será amplamente discutido mais à frente.

⁴¹ ‘Kit gay’: A verdade sobre o programa alvo de críticas e fake news de Bolsonaro. **Huffpost**, 24 de outubro de 2018. Disponível em <<https://bitly.com/fKKNr>>. Acesso em: 16 de junho de 2020.

Conforme Tandoc (2018), as *fake news* devem ser concebidas como a incorporação de elementos falsos no conteúdo de forma deliberada. Ou seja, a materialidade coerente com a realidade sofre modificações, mas não é completamente alterada, pois, desse modo, o convencimento do sujeito leitor é simples e espontâneo.

Ademais, Tandoc (2018) propõe duas motivações centrais para a criação e compartilhamento de notícias falsas: questões financeiras e questões ideológicas. É preciso frisar que, para o presente trabalho, a noção que será articulada será em relação às questões que se voltam para certas vontades de verdade, uma vez que, por muitas vezes, elas balizam a promoção de ideias particulares ou pessoas que são alvo de um favorecimento colocando, dessa forma, outras pessoas em um processo em que se busca os desacreditar. É dentro dessa perspectiva que a análise de notícias se torna relevante para compreender na prática a forma como benefício a certos grupos sociais, políticos etc.

Ao observamos as *fake news* divulgadas durante o segundo turno, podemos notar uma regularidade que perpassa a cadeia discursiva a qual elas pertencem. De modo geral, todas as notícias se atrelavam a discursos pautados no tradicionalismo, no conservadorismo e no machismo. Assim, buscava-se trabalhar com a idealização de um cenário em que o candidato vinculado ao Partido Social Liberal - PSL era entendido como aquele que tinha um maior respaldo moral, enquanto o candidato vinculado ao Partido dos Trabalhadores - PT era aquele que rompia com os bons costumes defendidos por boa parte dos jogos de poderes existentes.

É preciso frisar que, ao se utilizar de uma rede social com tanto alcance quanto o *Twitter*, tornava-se mais e mais rápido a disseminação de verdades que não tem referência concreta com a realidade estabelecida socialmente. Afinal, os sujeitos não têm o costume de verificar as informações que eles compartilham por essa rede social⁴². Ademais, as *fake news* procuravam apoiar a um dos partidos, mesmo que elas não fossem divulgadas de modo explícito pelo mesmo.

Assim, com toda a discussão supracitada, podemos perceber que as *fake news* utilizadas durante a campanha presidencial do segundo turno tinham como objetivo principal o controle dos corpos. Sendo que, de certa maneira, esse controle dos corpos visava uma doutrinação dos sujeitos o que acaba por demonstrar uma contradição em relação ao que o perfil iii diz defender. Tais discursos respondiam a jogos de poderes discursivos em perspectivas voltadas a discursos patriarcais e machistas que deram margem para a construção de um regime de verdade. Dessa forma, ao observarmos o

⁴² 'Fake news': se você compartilha é cúmplice. **O GLOBO**, 15 de março de 2019. Disponível em <<https://glo.bo/2RvI7Lz>>. Acesso em 15 de julho de 2019.

seguinte *tweet* podemos fazer algumas considerações

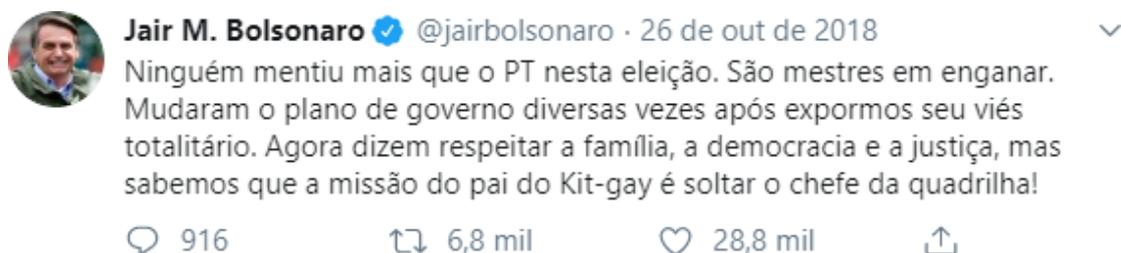


Figura 12 – JB – Extraída da conta @jairbolsonaro

O perfil iii constrói seu enunciado em uma prerrogativa de que seu partido oponente mente. Inicialmente, ele constrói o seu enunciado com “Ninguém mentiu mais [...]”; dessa forma, na própria contradição da linguagem, a enunciação assinala que todos mentem, inclusive o próprio enunciador. Por conseguinte, ele também inicia seu enunciado construindo a ideia de que o partido político PT e as pessoas vinculadas a ele balizaram sua campanha em mentiras e em enganações. Contudo, ele promulga uma *fake news* ao se referir a Fernando Haddad como o pai do *kit gay*; em 13 de outubro de 2018, treze dias antes do compartilhamento do seu *tweet*, o jornal *El país*⁴³ já havia publicado um artigo elucidando a questão do vínculo de Haddad com o material conhecido como *kit gay*.

Dessa forma, podemos observar também a movimentação discursiva para a formulação de determinado regime de verdade acerca do seu oponente. Ao falar, por exemplo, da exposição do “viés totalitário”, ele desloca certos sentidos, pois o totalitarismo tem ligação com um regime político em que existe repressão e ausência de democracia. Isto é, movimentam-se sentidos no enunciado para que se conceba a ideia de que o outro candidato que concorre com ele busca a vitória nas eleições para, em seguida, instituir um governo que seja antidemocrático, ou seja, podemos perceber notadamente a noção de doutrinação. Além disso, no trecho “[...] Agora dizem respeitar a família, a democracia e a justiça [...]”, enuncia-se que seu opositor factualmente não nutre respeito pela instituição familiar, pela democracia ou pela justiça, e, para exemplificar isso, ele aponta a vontade do “pai do *kit gay*” em liberar o “chefe da quadrilha” da prisão. Afinal, ao atrelar essa locução adjetiva a um sujeito se deslocam sentidos sobre ele que são construídos por uma ideia de maldade ou de fuga das leis; assim, pensando que cabe a um

⁴³ Bolsonaro mente ao dizer que Haddad criou ‘kit gay’. *El país*. 13 de outubro de 2018. Disponível em <<https://bityli.com/ypsc>>. Acesso em: 15 de junho de 2020.

governante manter a ordem no país e o respeito a legislação é posto que Haddad não será um bom presidente por ter como principal intento de sua campanha liberar o “chefe da quadrilha”.

Cabe ressaltar aqui que ao falar em “chefe da quadrilha”, faz-se uma referência ao ex-presidente Lula. É preciso pontuar que Lula foi o responsável por consolidar o PT no Brasil e, além disso, também serviu de suporte para a elaboração do portfólio político do Haddad ao comparecer, por meio de vídeos, em diversos comícios e apoiar publicamente a sua candidatura. Isto é, ao mesmo tempo o perfil iii busca descredibilizar o PT e Lula. Além, é claro, de deixar explícito que seu opositor não defende a família, assim, podemos notar resquícios de governamentalidade, pois, como já discutido, a família é um instrumento de controle da população.

Tais enunciados, dessa forma, colocam em circulação uma dada verdade: que a doutrinação realizada na escola é perpassada por questões de cunho político. Ou seja, segundo os regimes de verdade que aparecem nos enunciados em análise até agora, a doutrinação advém de uma tentativa de alienar os sujeitos-alunos a se vincularem a um determinado viés político para que, desse modo, se consiga corpos docéis. É o que podemos observar, por exemplo, na seguinte materialidade enunciativa:

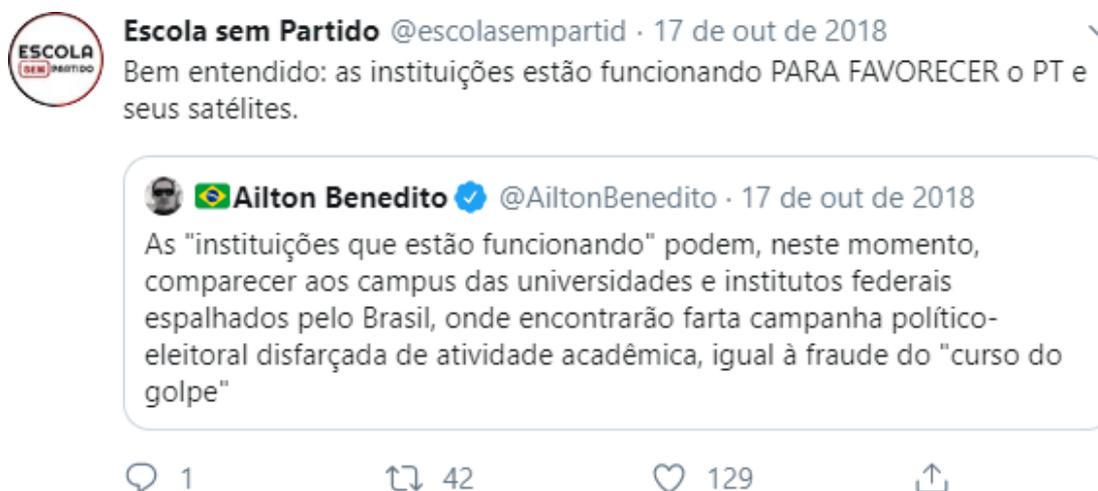


Figura 13 - ESP8 – Extraída da conta @escolasempartid

Antes de lançarmos um olhar ao enunciado do perfil i, devemos observar o enunciado ao qual ele busca fazer um comentário para, assim, entendermos quais sentidos se movimentam. Inicialmente, é colocado um pedido para que “as instituições que estão funcionando” visitem aos estabelecimentos de ensino superior para verificarem qual o tipo de trabalho está sendo realizado na formação acadêmica dos discentes; contudo, há aqui a perpetuação de ironia ao se referir as “instituições”. Dessa forma, é necessário que

se coloquem quais são as condições de possibilidade que permitiram o aparecimento dessa ironia.

Em primazia, devemos nos atentar a qual instituição o enunciado está se referindo com esse peso irônico. No dia 16 de outubro de 2018, o Tribunal Superior Eleitoral – TSE convocou uma reunião de caráter emergencial com representantes do aplicativo *whatsapp* por entenderem que a plataforma social teve forte impacto no primeiro turno da eleição presidencial⁴⁴. A principal ocorrência que motivou essa postura do TSE foram as *fake news* compartilhadas em grupos de *whatsapp* que tinham como objetivo apontar as falhas existentes nas urnas eletrônicas e conceber uma ideia de descrédito a essa instituição com a intenção de favorecer o candidato pertencente ao PSL. Dessa forma, ao se colocar essa ordem de que as “instituições que estão funcionando’ podem, neste momento, comparecer aos campus das universidades e institutos federais espalhados pelo Brasil, onde encontrarão [...]”, há a provocação de que as instituições que são responsáveis por darem um bom andamento a eleição garantindo que haja seriedade e imparcialidade no resultado final estariam funcionando para favorecer o candidato filiado ao PT. Em prosseguimento, o enunciado assevera que as instituições vão encontrar “farta campanha político-eleitoral disfarçada de atividade acadêmica, igual à fraude do ‘curso do golpe’”. Antes de qualquer coisa, é relevante um adendo para se compreender o que seria o curso do golpe. Em 1 de novembro de 2018, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul lança em sua plataforma *on-line* um curso de curta duração, especificamente 22 horas, intitulado “O Golpe de 2016 e a nova onda conservadora no Brasil”⁴⁵ que tinha como finalidade discutir os eventos políticos que estavam ocorrendo no Brasil⁴⁶. O curso foi amplamente criticado e colocado como um instrumento de doutrinação e, para além disso, como uma forma de manipular os alunos para angariar votos ao PT.

Desse modo, funciona a institucionalização de um dado regime de verdade a respeito do que ocorre na instituição escolar. Pensar o processo de ensino-aprendizagem como uma “farta campanha político-eleitoral disfarçada de atividade acadêmica” escancara a possibilidade de um regime de verdade que consolida a escola como um ambiente em que os alunos são vistos somente como receptáculos de proposições fundamentadas em uma vontade de manutenção do poder de uma dada linha política, e

⁴⁴ Disponível em: <<https://bityli.com/tQN4J>>. Acesso em: 02 de julho de 2020.

⁴⁵ O curso está disponível em <<https://lumina.ufrgs.br/course/view.php?id=63>> e, é importante ressaltar que em janeiro de 2019 a instituição ganhou na justiça o direito de continuar ofertando o curso a comunidade acadêmica e a comunidade em geral.

⁴⁶ Pontuamos que outras universidades em todo o país também propuseram cursos com a mesma temática, contudo trataremos somente deste pois, é a partir dele, que eclodem condições de possibilidade para o aparecimento do enunciado em análise.

que, não obstante, são incapazes de resistir a esse discurso, assimilando-o acriticamente.

Assim, ao pensarmos no enunciado do perfil i, “Bem entendido: as instituições estão funcionando PARA FAVORECER o PT e seus satélites”, algumas considerações podem ser elencadas. Primeiramente, colocamos em suspenso o “para favorecer”. Pensando no termo “favorecer”, teremos como principal referência o sentido de proteger ou auxiliar, assim, os sentidos que se movimentam e que sustentam o regime de verdade que se coloca é o de que as instituições governamentais e as instituições escolares, inclusive as de ensino superior, têm como principal função privilegiar e facilitar que as ideias promulgadas pelo PT e por aqueles que se vinculam a ele, ou seja, os satélites sejam disseminadas e transpostas aos sujeitos-alunos.

Essa ideia de instituições governamentais, incluindo a instituição escolar pública, como um aparelho de doutrinação do PT é colocada com recorrência nos enunciados do perfil i.

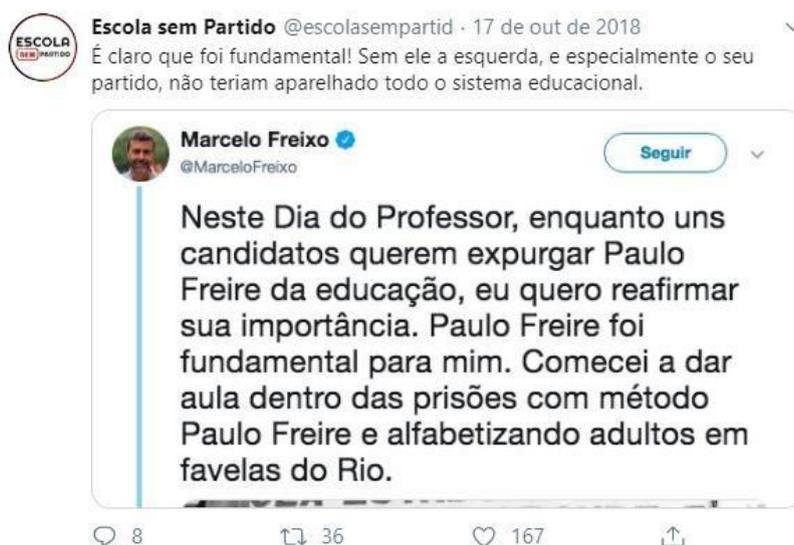


Figura 14 ESP5 – Extraída da conta @escolasempartid

Aqui temos a presença de outro exemplo que expõe o regime de verdade que coloca a instituição escolar como um instrumento de doutrinação. Novamente, o perfil i constrói um comentário a respeito de um enunciado feito por um sujeito que participa ativamente do cenário político. Começaremos então a pensar a respeito do que é colocado no enunciado que serve de fundamentação para o seu comentário. Em um primeiro lugar, é preciso considerar que Marcelo Freixo é um político filiado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e em 2018 foi eleito como Deputado Federal. No *tweet* em específico, ele busca fazer uma homenagem ao Paulo Freire no dia dos professores.

No capítulo introdutório desta pesquisa, já expusemos a relevância de Paulo Freire

para a formação da educação brasileira atual. O interesse, desse modo, é pensar o uso do termo “expurgar” para se referir à relação estabelecida entre os candidatos e a pedagogia do Paulo Freire. Expurgar geralmente está atrelado ao sentido de tornar limpo ou retirar uma sujeira, assim, concebe-se que para alguns candidatos Paulo Freire degrada a educação brasileira com sua forma de pensar questões como alfabetização e a emancipação e autonomia do discente em sala de aula.

Para além disso, é posto em ambos enunciados que Paulo Freire foi fundamental para Marcelo Freixo. Quando pensamos no uso desse termo “fundamental”, temos a concepção de algo que foi determinante e que possui um caráter essencial para a formação de algo. Se lançarmos um olhar para o enunciado que serve de base para o *tweet* do perfil i, perceberemos que o fundamental foi a concepção de educação enquanto prática de liberdade e o ensino crítico para que ele, enquanto docente, conseguisse alfabetizar idosos e também para se pensar em um ensino na rede carcerária que é cercado de estigmas sociais. Todavia, segundo o enunciado estabelecido pelo perfil i, o fundamental seria a possibilidade de, por meio do ensino crítico e democrático que Freire defendia, o surgimento do ambiente escolar como um aparelho estatal que buscava doutrinar os alunos. Ou seja, a prática discursiva que é entendida como doutrinação é somente aquela que se aproxima do discurso liberal ou da esquerda.

Assim, traçando essa análise, conseguimos perceber que a ideia de doutrinação disposta pelos perfis analisados se fundamenta em uma perspectiva da educação enquanto um portfólio político-partidário. Isto é, que a maior problemática em relação ao processo de ensino-aprendizagem resvala na concepção dele ter sido pensando dentro de um governo com um viés de esquerda e, desse modo, por pertencer a um discurso que se contrapõe ao discurso conservador e cristão ao qual os perfis que defendem o projeto Escola Sem Partido fundamentam as formações discursivas.

3.3.2 Sexualidade

Não há por que colocar a questão: porque o sexo é assim tão secreto? Que força é essa que, durante tanto tempo, o reduziu a silêncio e mal acaba de ceder, permitindo-nos talvez questioná-lo, mas sempre a partir e através de sua repressão? (FOUCAULT, 1998, p.76)

O sexo sempre foi considerado um tabu. Foucault (1998) reflete que em nossa sociedade, os sujeitos enunciam “verdades” sobre sua sexualidade para sustentarem a “verdade” sobre eles mesmos, isto é, “os prazeres mais singulares eram solicitados a

sustentar um discurso de verdade sobre si mesmos” (FOUCAULT, 1998, p.62). Além da presença da regularidade discursiva de doutrinação, uma outra regularidade presente no corpus analisado se refere à questão de sexualidade.

É preciso, desse modo, voltarmos a pensar a noção de dispositivo de sexualidade. Um dispositivo, de forma geral, é pensando enquanto

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (Foucault, 2012, p. 138).

Isto é, o dispositivo no encadeamento de uma relação entre os elementos heterogêneos pode ser tomado, segundo Foucault (2012), de duas formas. No primeiro modo, ele poderá ser encontrado como instrumento que pondere e disfarce uma prática discursiva que não necessite ser justificada para que os sujeitos se sujeitem a ela, ou seja, ele servirá como prospecto de uma dada instituição discursiva. No segundo modo, ele poderá ser usado para uma resignificação da prática já institucionalizada propondo dessa forma um novo “campo de racionalidade” (FOUCAULT, 2012, p.138).

Assim, se pensarmos em um dispositivo de sexualidade, estaremos pensando em um dispositivo que visa controlar corpos, modo de existência e também de população. Tomando como exemplo o *tweet* a seguir, podemos projetar algumas considerações a respeito da sexualidade.



Figura 15 - JB3 – Extraída da conta @jairbolsonaro

O enunciado começa com os seguintes dizeres “ATENÇÃO: CENAS FORTES!”. Aqui, se vislumbra novamente a crítica em relação a mídia televisiva – em especial aquela que apoiou seu oponente –, uma vez que geralmente o enunciado “Cenas fortes” é veiculado em materialidades discursivas de cunho midiático, em especial, aquela que irá transmitir algo que corrompa a moral de seu interlocutor ou apresentar alguma cena que cause constrangimento ou sequelas. Cabe observarmos quais cenas são consideradas como “fortes”.

O vídeo⁴⁷ inicialmente apresenta quatro crianças simulando que um pedaço de madeira é uma arma e marchando como se fossem soldados; em seguida, é mostrado as crianças em um forte e é possível subentender que uma delas finge atirar. Em todo o vídeo, a trilha sonora é o instrumental da cantiga infantil “Marcha soldado” e as imagens encenam a gravação de um vídeo caseiro. Dessa forma, o termo “forte” é usado em uma conotação irônica. Cabe refletir como funciona esse processo de ironia.

Para o perfil iii, as pessoas que se colocam contra os regimes de verdade que ele propaga encaram crianças brincando com armas como sendo algo errado ou imoral. Todavia, a escolha desse vídeo não se dá de forma aleatória; no fio descontínuo da história, ela é demarcada por um acontecimento discursivo. Desde 2001, existe uma campanha de desarmamento infantil⁴⁸ de cunho pacifista; essa campanha tem sido disseminada pelo Ministério Público Federal (MPF), que tem, entre suas diretrizes, o objetivo de defender os direitos das pessoas. Assim, pensando que o MPF é uma instituição tal qual o MEC, – que como discutido anteriormente, é entendido como estando contaminado por preceitos ideológicos –, podemos aludir o uso desse vídeo como uma forma de criticar os sujeitos filiados a essa ideia de combate ao armamento que faziam parte do governo anterior e, de certa forma, disseminaram essa noção de que armas são ruins. Pontua-se também que outro pilar da campanha política do perfil iii foi a questão do armamento.

Ademais, no enunciado, há o resgate da cantiga “Marcha soldado”. A música atrelada com a encenação de soldados marchando abre a possibilidade para se pensar a criança enquanto um soldado. Assim, existe a emergência do seguinte questionamento: soldado do que? Dentro da hierarquia das forças armadas, soldado é aquele que ocupa o mais baixo escalão, dessa forma é visto como aquele que vai cumprir ordens e obedecer

⁴⁷ O vídeo pode ser acessado através do seguinte link: <<https://bityli.com/e4df5>>. Acesso em: 13 de dezembro de 2018.

⁴⁸ Rafinha fez campanha pelo desarmamento infantil. **Turminha do MPF**. Disponível em: <<https://bityli.com/QNR56>>. Acesso em: 15 de junho de 2020.

a instruções. Pensando nisso, é importante evidenciar que o perfil iii é um capitão reformado do exército⁴⁹ e, seguindo a ordem hierárquica das forças armadas, o soldado deve obedecer aos comandos emitidos por um capitão. Ou seja, as crianças enquanto soldados devem obedecer às vontades impostas por ele.

Por conseguinte, ao colocar valores e disciplinas associado ao vídeo certos sentidos se constituem. O marchar, dentro de uma perspectiva militar, é visto como uma forma de disciplina. Essa noção eclode por meio de um empréstimo da concepção de Frederico II que “dava grande importância à Ordem Unida, e determinava que diariamente seus súditos executassem movimentos a pé firme e em marcha com a finalidade de desenvolver, principalmente, a disciplina e o espírito de corpo.” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2003, p.7). O marchar deve seguir uma padronização, ele não pode ser feito de qualquer forma e se constitui de forma coletiva e rítmica: todos fazem o mesmo movimento ao mesmo tempo. Assim, o marchar se liga a ideia de valor e disciplina no enunciado por se remeter a uma ordem padrão ou a um regulamento imposto. Ao ligar valor e disciplina a uma ordem militar se coloca em jogo as noções do discurso conservador.

Após essa advertência, ele continua seu dizer com “Não há nada de errado em ensinar valores e disciplina aos nossos filhos, pelo contrário, é fundamental e edificante.”. Para se efetivar tal afirmação, há uma outra: existem pessoas que possam condenar essa atitude, haja vista que erro é um termo usado para apontar algo que não segue uma direção apropriada. É preciso identificar, desse modo, a quem é feito essa alusão de criticar o ensino de valores e disciplina. Contudo, é preciso pontuar que ao dizer que ele ensinou valor e disciplina aos seus filhos é demonstrado que sua preocupação com a metodologia empregada na escola advinha do cuidado que ele tinha com a instituição familiar.

No enunciado, coloca-se que o ensino de valor e disciplina é visto como errado pelas pessoas que defendem, por exemplo, o sexo para criança na escola. A partir disso, é preciso colocar em suspenso o uso do verbo “incentivo” em detrimento de outro. Incentivar é o mesmo que despertar o interesse ou empenhar-se na realização de algo, assim, quem, em sua visão, estaria promovendo a vontade das crianças por sexo? É perceptível que o *kit gay* apresenta grande recorrência nos *tweets* dos apoiadores do Escola Sem Partido.

O *kit gay* se refere ao projeto “Escola Sem Homofobia”, que buscava, como o próprio nome já diz, combater a homofobia no ambiente escolar. Assim, o MEC

⁴⁹ De capitão a presidente: conheça a trajetória de Jair Bolsonaro. **G1**. 28 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://bitly.com/cflis>>. Acesso em: 19 de junho de 2020

juntamente com uma banca de professores e pedagogos produziu um material que tinha como principal objetivo “alterar concepções didáticas, pedagógicas e curriculares, rotinas escolares e formas de convívio social que funcionam para manter dispositivos pedagógicos de gênero e sexualidade que alimentam a homofobia”⁵⁰ (MEC, 2009, p.10). Contudo, em 2011, após uma onda de críticas advindas das bancas conservadoras do senado, os exemplares não foram distribuídos na escola.

Desse modo, enuncia-se que a distribuição do kit é um estímulo a prática sexual. Levando em consideração o fato do perfil iii estar filiado a uma formação discursiva de cunho conservador e patriarcal, é preciso observar como é percebido por ele a noção de educação sexual. Como se sabe, o discurso conservador e machista restringe certas práticas, principalmente aquelas voltadas ao corpo, aos homens. À vista disso, a discussão a respeito da sexualidade se torna um ato imoral às mulheres e as crianças, por apresentarem uma “fragilidade” e serem entendidas como seres “angelicais” – aqui, também, há resquícios de um discurso religioso.

Entende-se que a educação sexual nada mais do que

“Educação sexual é um programa de ensino sobre os aspectos cognitivos, emocionais, físicos e sociais da sexualidade. Seu objetivo é equipar crianças e jovens com o conhecimento, habilidades, atitudes e valores que os capacitem para: vivenciar sua saúde, bem estar e dignidade; desenvolver relacionamentos sociais e sexuais respeitosos; considerar como suas escolhas afetam o bem estar próprio e dos outros; entender e garantir a proteção de seus direitos ao longo da vida.” (UNFPA, 2018, p.16. Tradução nossa)⁵¹.

Isto é, a educação sexual tem como principal objetivo elucidar questões a respeito dos comportamentos relacionados a uma sexualidade. Sendo que, ao proporcionar um determinado conhecimento, busca-se evitar a propagação de Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST, gravidez precoce, experiências sexuais traumáticas e abusos sexuais. Neste esteio, para cada faixa etária, existe metodologias pedagógicas para se tratar do assunto, que leva em consideração a capacidade cognitiva dos sujeitos que estarão inseridos dentro daquele ensino.

Logo, a educação sexual não tem nenhuma relação com o incentivo a prática

⁵⁰ Atualmente, o material pode ser acessado por esse link < <https://bitly.com/8Yc1F>>. Acesso em: 16 de junho de 2020.

⁵¹ “Comprehensive sexuality education (CSE) is a curriculum-based process of teaching and learning about the cognitive, emotional, physical and social aspects of sexuality. It aims to equip children and young people with knowledge, skills, attitudes and values that will empower them to: realize their health, well-being and dignity; develop respectful social and sexual relationships; consider how their choices affect their own well-being and that of others; and, understand and ensure the protection of their rights throughout their lives” (UNFPA, 2018, p.16).

sexual; não obstante, ela pode ser entendida como um instrumento do biopoder que trabalha com questões de controle da vida, como já discutido. Discursivamente, o enunciado do perfil iii substitui a noção de educação sexual por ensino de sexo, da discussão e reflexão crítica da sexualidade – inerente a todo sujeito – para uma sexualização dos corpos, compreensão de que o sexo é algo errado, impuro.

Ao continuar o enunciado com “A bronca de parte da imprensa é que não vesti meus filhos de menina, nem incentivei o ensino de sexo para crianças na escola”, referindo-se ao vídeo vinculado ao *tweet* em que mostram crianças marchando como militares, observa-se a construção da noção de que por ter uma conduta mais conservadora e que busca defender a inocência da criança, ele não teria o apoio das mídias. Assim, ao analisarmos o não-dito, operacionaliza a imagem de que seu opositor que tinha o apoio da mídia buscava corromper os jovens com doutrinas e com alienação.

Ao lançarmos nosso olhar especificamente ao fragmento “não vesti meus filhos de meninas”, percebe-se a demarcação da necessidade de se separar os gêneros sexuais em todos os sentidos. É relevante, dessa maneira, pensarmos em quais sentidos são colocados em movimento. Entende-se que “foi no interior do dispositivo da sexualidade que passou a operar o sistema sexo-corpo-gênero, conferindo um destino biológico específico para dois corpos distintos: homem e mulher, dois gêneros e o desejo a eles correspondentes” (CÉSAR, 2011, p.162), isto é, no empreendimento de se controlar os corpos, houve uma designação do que é ou não é permitido a eles. Dessa forma, até a vestimenta, deve ser vista enquanto uma tática de se gerir as práticas discursivas as quais os sujeitos podem se submeter. Há também nesse fragmento um regime de verdade que se consolida a partir da ideia de que a discussão a respeito do “gênero” em sala de aula serviria como um ordenamento para que os meninos se vestissem de meninas e vice-versa.

Adicional a isso, em seus *tweets* que tratam da questão de sexualidade, há, como já mencionamos anteriormente, por parte do perfil iii uma tentativa de apontar que nas escolas há o ensino de sexo e não educação sexual



Figura 16 – JB6 – Extraída da conta @jairbolsonaro

É importante, inicialmente, observarmos as condições de possibilidade que balizam o enunciado. Sabe-se que existe uma busca do convencimento de que as escolas realizam uma doutrinação ideológica que é fomentada pelo partido que o oponente do perfil iii faz parte. Assim, o tempo todo, em seus enunciados, nota-se a presença de discursos voltados para a família e a tradição.

O *tweet* em análise foi postado após um debate divulgado por uma emissora de televisão em que ele apresenta um livro que, segundo ele, é distribuído nas escolas públicas e que tem como finalidade ensinar práticas sexuais às crianças. Novamente, há a promulgação da ideia de que educação sexual e incentivo a prática sexual são a mesma coisa. A partir disso, busca-se descredibilizar as mídias sociais, inferindo que só por meio do seu perfil, os sujeitos teriam acesso a informação verídica. E, para, além disso, ele busca mostrar que o que vem sendo ensinado nas escolas corrompe os princípios de moralidade que circulam socialmente.

Outro exemplo de como são construídas essas prerrogativas a respeito da sexualidade também pode ser observada no *tweet* a seguir. No entanto, antes de qualquer coisa, é preciso que se coloque aqui a questão do discurso conservador. O tempo todo são movimentadas formações discursivas que possibilitam e sustentam práticas discursivas patriarcais e que têm suas origens a uma concepção machista e que tem uma validação biopolítica ao se resvalar no que pode ou não pode ser feito ao corpo.

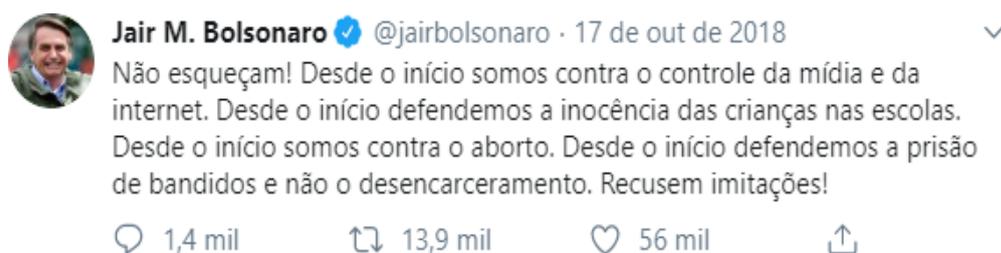


Figura 17 – JB1 – Extraída da conta @jairbolsonaro

Dessa maneira, mais uma vez, o enunciado exalta a defesa da inocência das crianças nas escolas, utilizando-se de verbos na primeira pessoa do plural, como uma forma de asseverar que há um coletivo que pensa assim, que não é um pensamento isolado e de uma única pessoa. Ademais, ele faz dois apelos em seu enunciado: o primeiro é “Não se esqueçam!” e o segundo “Recusem imitações!”. Em “Recusem Imitações!”, há a prerrogativa que quem iniciou a construção de uma proposta política que visa o “bem”

dos sujeitos e da sociedade em geral foi o perfil iii e, dessa forma, houve por parte dos outros partidos uma cópia. Essas duas construções linguísticas ao serem analisadas pelo viés gramatical são entendidas enquanto pertencentes a Função Conativa da língua portuguesa. Compreender essa função nos ajudará a perceber os sentidos que ele põe em funcionamento ao traçar sua linha enunciativa por ela.

A função conativa pertence a prerrogativa de Jakobson (1987) de que existem seis funções da linguagem que são determinadas de acordo com o elemento que mensagem busca enfatizar. A função conativa perpassa todo o universo midiático, principalmente nas publicidades e propagandas de consumo. Seu principal objetivo, por assim dizer, é influenciar um dado comportamento do destinatário; desse modo, é necessário o uso de imperativos. Ao usar esses termos no imperativo, há a emissão de uma ordem por parte do perfil iii que, de um modo ou de outro, apresenta a ideia de que ele detém um dado saber que permite que ele se coloque nessa rede de poder.

Além disso, cabe aqui também uma análise a respeito da anáfora estruturada com o uso do “Desde o início”. Por intermédio da repetição dessa estrutura, é movimentado o sentido de que desde os primeiros momentos de campanha, ele se pautou em perspectivas morais e conservadoras ao contrário do seu oponente que só tece essa preocupação no segundo turno quando é construída uma nova manobra política para se eleger.

Retomamos nesse momento o fragmento “defendemos a inocência das crianças nas escolas”, uma vez que cabe compreender as estratégias discursivas que levam as crianças a serem inscritas nesse discurso de inocência. Afinal, com base no *tweet* abaixo, sustenta-se um regime de verdade que concebe a criança enquanto um ser inocente, puro e, por vezes, angelical.



Figura 18 – JB2 – Extraída da conta @jairbolsonaro

A infância, assim como a velhice, é uma prática discursiva que se insere no fio descontínuo da história. Dessa forma, ela será estabelecida historicamente e não é imutável; isto é, o sujeito “criança” convencionado na idade média não é a mesma da idade moderna. Assim, no que concerne a sexualidade, como já vimos, é a partir da instauração do dispositivo de sexualidade que a ideia de inocência começa a se perpetuar no sujeito-criança, haja vista que

as crianças, por exemplo, sabe-se muito bem que não têm sexo: boa razão para interdita-lo, razão para proibi-las de falarem dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado (FOUCAULT, 1988, p.6-7).

Dessa maneira, o sexo é interditado ao sujeito-criança. Foucault (1988) promulga a ideia de interdição vinculada a duas modalidades de produção de verdade: os procedimentos de confissão e também a discursividade científica. Ou seja, só seria possível a “confissão” da sexualidade por intermédio das instituições discursivas/científicas como exemplo o hospital, a escola e a igreja. Cabe se pensar, desse modo, na implementação de um dispositivo de saber e poder a respeito da sexualidade que será tratado como “Pedagogização do sexo da criança” (FOUCAULT, 1988, p.100). Aqui, se coloca que a implementação desse dispositivo remete a “guerra” contra a automasturbação ou onamismo, isto é, a tentativa de se inibir aos corpos o condicionamento do prazer aos órgãos sexuais, haja vista que o sexo até então era visto somente como meio de reprodução. Todavia, o que significa pedagogização? E, para além disso, qual a interferência que esse termo teria no sexo da criança?

Foucault (1988) aponta que desse vocábulo deriva uma dupla afirmação. A primeira residia no fato de que as crianças se dedicam ou se dedicarão a uma atividade sexual e a segunda é a de que essa atividade sexual alavancaria perigos físicos e também morais tanto coletivamente quanto individualmente. Porém, para contrapormos a ideia de inocência e de pureza que é vinculada como inerente à criança, precisamos aprofundar na noção de atividade sexual.

A atividade sexual é ao “mesmo tempo "natural" e "contra a natureza"” (FOUCAULT, 1988, p.100). Ela é entendida como natural, pois tem um vínculo biológico, ou seja, existem hormônios envolvidos nesse empreendimento que estão além das discursividades que se estabelecem ao corpo infantil. E será entendida contra a natureza por existirem discursos que a interditam, tal qual o discurso conservador. Podemos perceber que essa postulação do sexo da criança enquanto sendo “contra a natureza” é fundamentada em uma relação de saber e poder e que, para a

compreendermos, devemos

Não procurar quem tem o poder na ordem da sexualidade (os homens, os adultos, os pais, os médicos) e quem é privado de poder (as mulheres, os adolescentes, as crianças, os doentes...); nem quem tem o direito de saber, ou é mantido à força na ignorância. Mas, ao contrário, buscar o esquema das modificações que as correlações de força implicam através de seu próprio jogo. (FOUCAULT, 1988, p.94).

Por fim, entende-se que por pertencer a uma rede de poder-saber, é requerido da sexualidade infantil um espaço próprio para ser discutido. Como exposto nas considerações iniciais desta dissertação, a escola segue na sua concepção arquitetônica o panoptismo, assim, é perceptível que os espaços se estruturam também na busca de uma solidificação das práticas discursivas. Dessa forma, nota-se que a escola, por ser um espaço validado para a discussão a respeito da sexualidade infantil, tem em sua infraestrutura resquícios desse controle que será buscado em relação a sexualidade da criança. Isto é

O espaço da sala, a forma das mesas, o arranjo dos pátios de recreio, a distribuição dos dormitórios (com ou sem separações, com ou sem cortina), os regulamentos elaborados para a vigilância do recolhimento e do sono, tudo fala da maneira mais prolixa da sexualidade das crianças. O que se poderia chamar de discurso interno da instituição — o que ela profere para si mesma e circula entre os que a fazem funcionar — articula-se, em grande parte, sobre a constatação de que essa sexualidade existe: precoce, ativa, permanente. (FOUCAULT, 1988, p.28)

O ponto central, desse modo, é observar que de todos os três perfis analisados, o único que traz em seus enunciados questões de sexualidade é o perfil iii. Devemos pensar, assim, o que motiva essa regularidade discursiva justamente no candidato a um cargo governamental. Antes de qualquer coisa, devemos nos ater na questão de governamentalidade colocada por Foucault (2012), em que a família passa a ser um instrumento de governo da população e, além disso, ao buscar um determinado conhecimento sobre a demografia, o consumo e o comportamento sexual é por intermédio da família que se chegará a um dado conhecimento. Ou seja, são movimentadas noções apelativas que choquem a instituição familiar que é consolidada socialmente como a “família tradicional brasileira” para que exista uma aprovação do portfólio político do candidato e, assim, ele consiga se eleger.

3.3.3. Docência

“Não se pode tampouco considerar que pedagogia, governo de si e salvação constituíam três domínios perfeitamente distintos e que operavam com noções e métodos diferentes; de fato, entre um e outro havia muitas trocas e uma continuidade certa.” (FOUCAULT, 1997, p. 112 apud GALLO, 2011, p. 230)

Como última regularidade discursiva a ser analisada no trabalho, busca-se pensar agora a noção de docência. Sabe-se que para além de se referir somente ao docente, a docência enquanto prática social e discursiva coloca em jogo outros elementos que a consolidam. Assim, lançaremos um olhar a enunciados que esboçam regimes de verdade a respeito da constituição da docência.

Inicialmente, começaremos nossa análise com um *tweet* do perfil i para compreendermos quais regimes de verdade circulam na prática enunciativa que é estabelecida.

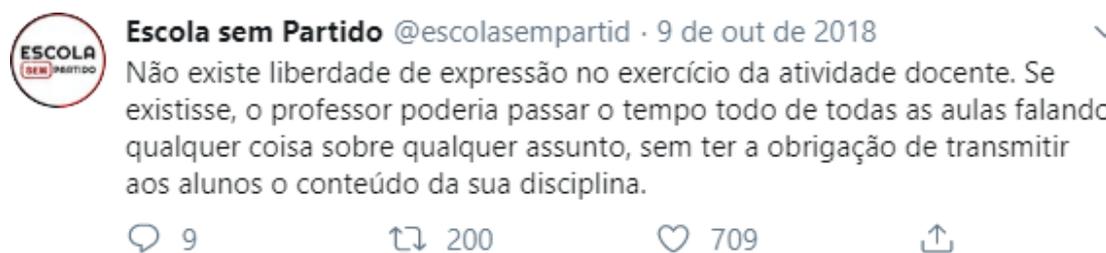


Figura 19 – ESP3 – Extraída da conta @escolasempartid

Postularemos, em primeiro lugar, o que é a liberdade de expressão. Entende-se que a liberdade de expressão seria um direito defendido inclusive pela constituição que permite que os sujeitos manifestem suas opiniões a respeito de qualquer assunto sem receio de serem julgados ou de sofrerem alguma sanção por sua tomada de decisão. Todavia, como próprio da ordem do discurso (Foucault, 1996), nem tudo pode ser dito por qualquer um, é preciso uma validação nas relações de poder-saber para que um sujeito tenha a legitimação de sua enunciação na prática discursiva. Assim, no fragmento “Não existe liberdade de expressão no exercício da atividade docente”, opera um procedimento de exclusão das práticas enunciativas de um sujeito que esboçam seu ponto de vista em relação a uma determinada temática.

Dessa forma, observa-se a circulação nesse enunciado de um regime de verdade a respeito do que é de fato a docência. Uma vez que, segundo o que se coloca no enunciado, na docência só será permitido a replicação de conteúdos, pois do contrário “o professor poderia passar o tempo todo de todas as aulas falando qualquer coisa sobre qualquer assunto”. Contudo, o *tweet* acima é a publicação inicial de uma *thread* e, assim, em sua

segunda postagem de complementação o perfil i irá postular a conceituação de liberdade de expressão.



Figura 20 – ESP4 – Extraída da conta @escolasempartid

Coloca-se aqui que a liberdade de expressão é um direito, mas que esse deve ser exercido no *Twitter* e não em sala de aula. Se pensarmos na colocação do espaço, observaremos que ao adentrar no ambiente da sala de aula, o professor deveria repassar somente aquilo que é institucionalizado pelas entidades que promulgam leis e diretrizes para a educação. Desse modo, nessa enunciação, há a postulação da perspectiva que a docência deve ser uma prática que anule o sujeito em sua individualidade e que ao assumir o papel de professor, ele deve se desprender de suas crenças e das formações discursivas que o constituem para assumir um papel pré-colocado por regras de uma instituição.

Ademais, coloca-se que “se os professores tivessem esse direito [liberdade de expressão] em sala de aula, eles simplesmente não seriam obrigados a dar... aula”. Ao utilizar o vocábulo “obrigados”, deslocam-se sentidos em relação a prática docente. “Obrigado” geralmente está vinculado a ideia de sujeição a uma dada obrigação, sendo que obrigação é um encargo, algo que deve ser realizado. Assim, concebe-se que a prática docente resume-se ao preceito de dar uma aula. Olhando sistematicamente para o verbo “dar”, temos a concepção de entregar algo a alguém; dessa forma, ao se colocar que o professor tem como obrigação entregar uma aula ao aluno, devemos questionar o que se considera uma aula.

Aula está comumente associada a uma exposição sobre uma determinada temática. Sendo que essa exposição é direcionada a alunos em uma instituição escolar. Quando se expõe algo, busca-se colocar em evidência um dado objeto com o intento de tornar aquilo mais compreensível; a exposição também abre a possibilidade de um debate e de uma discussão acerca do assunto. Por sua vez, se pensarmos a aula enquanto algo que deve ser “dado”, trataremos da entrega de algo fechado, consolidado e sem abertura para uma contraposição.

Não obstante, em outro momento, o perfil i busca mais uma vez conceber o que é válido e o que não é válido a prática docente.

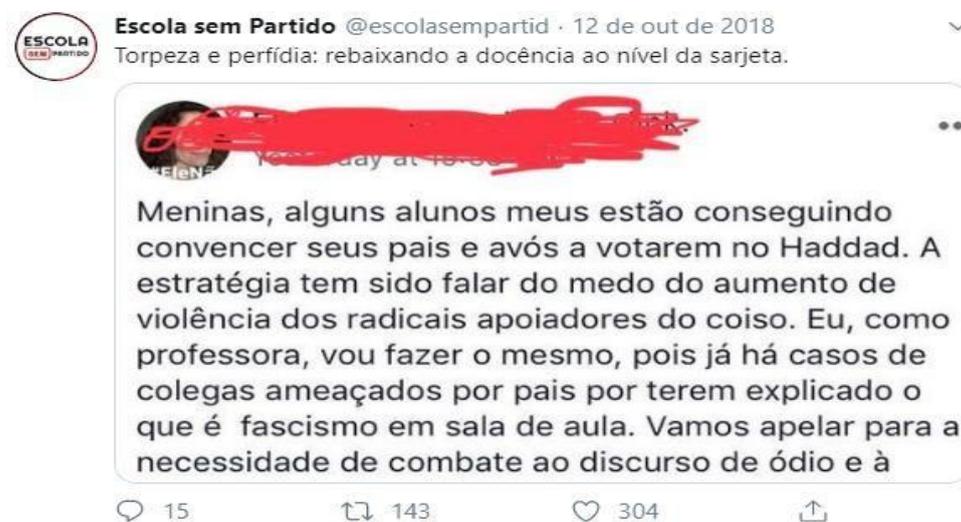


Figura 21 – ESP1 – Extraída da conta @escolasempartid

De antemão, analisaremos o enunciado que ele retuita, pois entendemos que sua presença não se dá de forma aleatória, mas é motivada para convencer o interlocutor de que o seu enunciado é verdadeiro e se baseia em um fato da realidade. Podemos perceber que se trata de uma professora e que seu enunciado não pertence ao *twitter* dado ao *layout* da postagem. Inicialmente, se coloca que seus alunos estão “conseguindo convencer” os responsáveis a “votarem no Haddad”; assim, se pensarmos no que é convencimento, veremos que essa noção se embasa na apresentação de argumentos para alcançar um fim e, como se sabe, a argumentação reside na apresentação de fatos que comprovem minimamente uma tese. Isto é, o convencimento reside na ideia de que, após expor uma asserção e fatos que a comprovem ou que deem uma consolidação a ela, o interlocutor a aceitará.

Logo após falar dessa atitude de convencimento, ela apresenta a estratégia que fundamenta a argumentação. A estratégia seria “falar do aumento de violência dos radicais apoiadores do coiso”; assim, para se convencer os pais e os responsáveis, é suposto que os alunos apresentaram argumentos que demonstrassem que de fato a violência poderia ter uma crescente graças aos “apoiadores radicais do coiso”. É preciso evidenciar aqui que a principal problemática, segundo o que se enuncia, não seria o “coiso”, mas sim seus apoiadores que apresentam uma vertente radical. Por radicalismo, entendemos aquilo que é extremista e que não concebe outras formas de pensar, somente a dele. Assim, fica claro que o “medo” advém da força que esses apoiadores radicais

ganhariam caso o Bolsonaro (coiso) fosse eleito.

Um adendo deve ser feito aqui para se perceber a importância dos termos postos em funcionamento dentro de um enunciado e sendo fundamentado por uma formação discursiva. Observando esse enunciado que parte de um discurso liberal, percebe-se a presença do vocábulo “radical” para se referir as pessoas que apoiam fortemente a eleição; o uso dessa palavra não é usado buscando uma descredibilização moral do seu referente. Por sua vez, em um enunciado que se baliza em um discurso conservador há sempre a presença do termo “militante” com uma conotação insultuosa.

Pensando no que foi discutido acima a respeito de aula enquanto uma exposição de fatos e na noção de convencimento, seguimos para o próximo fragmento. “Eu, como professora, vou fazer o mesmo”, o mesmo aqui está sendo usado para se referir a essa estratégia de demonstrar para os alunos os malefícios que despontarão caso o “coiso” seja eleito graças ao radicalismo dos seus apoiadores e da violência que eles usam em relação as coisas que eles desaprovam, ou seja, ela não vai impor algo dado e concebido, mas vai mostrar fatos que solidifiquem sua tese. Contudo, é destacado que sua atitude não parte da vontade de se doutrinar ou de apoiar o outro candidato, mas reside em uma tentativa de defesa a atitudes tomadas por pais. Essas atitudes se colocam enquanto ameaças de pais a professores “por terem explicado o que é fascismo em sala de aula”. Dessa forma, ela aponta que caso o “coiso” seja eleito, situações como essa se tornarão constantes e os professores sofrerão sanções pelo simples fato de ensinarem um conteúdo, que nesse caso é um fato histórico.

Apesar de o último fragmento ter sido suprimido, se coloca novamente uma estratégia de argumentação. “Vamos apelar para a necessidade de combate ao discurso de ódio [...]”. Uma apelação parte do pedido de ajuda ou de proteção a alguém para a busca de solução para um problema. O problema que se é colocado é a necessidade de combate ao discurso de ódio, é preciso apontar que esse discurso especificamente está vinculando, sobretudo, as minorias: mulheres, LGBT⁺ e negros. Em nenhum momento, é colocado o combate a alguém, mas sim ao discurso que solidifica práticas embasadas na aversão e na ira contida em relação a sujeitos pertencentes a uma minoria.

Assim, retomando o enunciado do perfil i que busca traçar um comentário a respeito do que a professora enuncia, algumas considerações necessitam ser apontadas. Entende-se que o vocábulo “torpeza” refere-se a uma atitude que demonstra uma indecência e, por conseguinte, “perfídia” vincula-se a ideia daquele que é enganador e desleal. Ao adjetivar o enunciado da professora como sendo enganoso e, ao mesmo

indecente, ele pontua que ela “rebaixa a docência ao nível da sarjeta”, assinalando assim que o ato dela expor fatos que sustentem sua tese seria rebaixar a docência. Todavia, ao observarmos os sentidos que partem do enunciado da professora, percebemos que a estratégia colocada por ela faz parte da conceituação de aula. Mais uma vez, há a presença de uma afirmação que não se sustenta com dados de uma materialidade concreta, referente, presente na realidade.

Reiteramos aqui que a noção de docência e de doutrinação estarão intimamente ligadas nos enunciados dos apoiadores do projeto Escola Sem Partido, uma vez que se coloca que a instituição escolar está contaminada pela vontade de se doutrinar os alunos em benefício político. Dessa forma, observa-se no *tweet* abaixo que o perfil ii também perpetua regimes de verdade a respeito da prática docente.

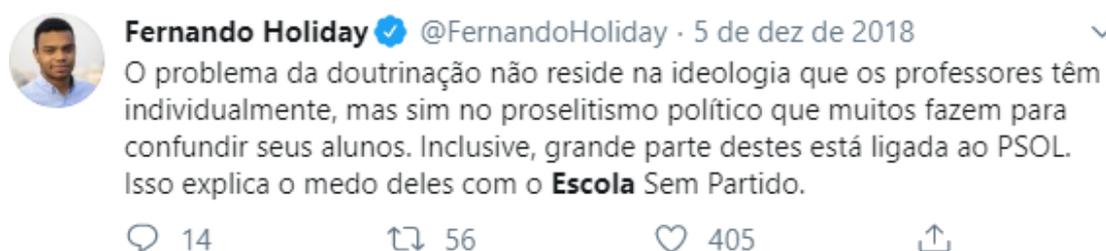


Figura 22 – FH2 – Extraída da conta @FernandoHoliday

Em primazia, o perfil ii evidencia que “o problema da doutrinação não reside na ideologia que os professores têm individualmente”. Essa enunciação não ocorre de forma acidental. Como presente em diversos momentos em seu perfil no *Twitter*, Fernando Holiday inicia a licenciatura em história no segundo semestre de 2017⁵², daí advém à necessidade de deixar claro que nem todos os professores teriam essa conduta doutrinadora e que o problema não reside nas formações discursivas que o professor se filia. Por conseguinte, ele aponta que o problema está no “proselitismo político” que muitos fazem para “confundir” os alunos. Proselitismo é o intento de converter alguém a algo; assim, quando se coloca que os professores em sua atuação buscam a conversão dos alunos a se filiarem em um partido, ele ressalva que isso os confunde. Pensando que a confusão se origina da perturbação de uma ordem, o uso desse termo movimentava o sentido de que os alunos já se encontram filiados a um dado partido político ou a uma noção política que é a ordem, ou seja, a certa, sendo que essa noção vinculada ao discurso conservador.

⁵² Todavia, ele não conclui o curso graças a sua agenda política

É relevante também que lancemos um olhar ao fragmento “Isso explica o medo deles com o Escola Sem Partido”. Há aqui o uso do pronome possessivo contraído em 3º pessoa “dele” e, a partir dessa utilização, surgem alguns questionamentos: por que não nominar explicitamente as pessoas que tem medo do projeto? E, para além disso, como o uso desse pronome corrobora para uma estratégia discursiva? O ato de não nomear as pessoas fortalece a noção de que ao se colocar contra o projeto supracitado ou encontrar alguma problemática no mesmo automaticamente, o sujeito irá se situar em uma posição de doutrinador ou de apoiador da doutrinação. Isso gera no interlocutor uma necessidade de defender o projeto para ser entendido enquanto um sujeito preocupado com a educação livre de amarras ideológicas.

Ademais, elencaremos aqui a percepção de um regime de verdade que condiciona a determinadas práticas docentes uma perspectiva criminosa.

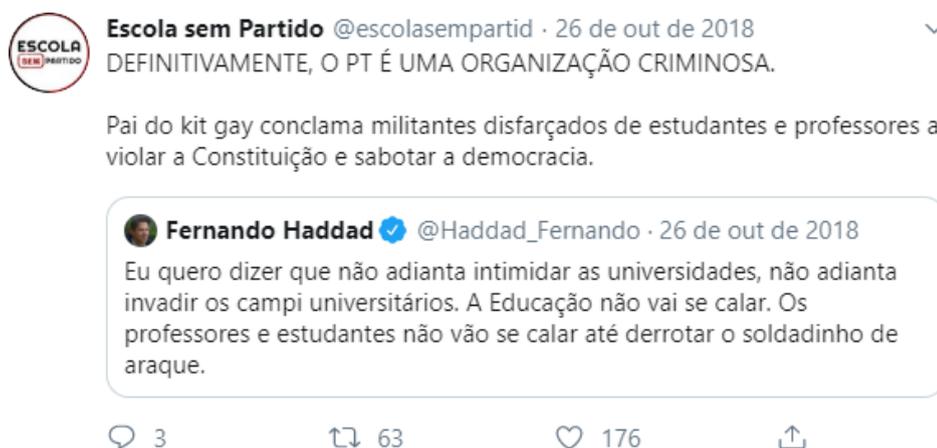


Figura 23 – ESP7 – Extraída da conta @escolasempartid

Mostrou-se recorrente, por parte do perfil i, o uso de *tweets* que tinham como intento comentar *tweets* de políticos e docentes. Afinal, dessa forma, torna-se mais fácil estabelecer em seu enunciado um regime de verdade que se estabelece a partir da crítica concebida ao que o outro sujeito enunciou. Nesse exemplo, especificamente, seu enunciado gira em torno de um *tweet* de Fernando Haddad, candidato, naquele momento, à presidência do Brasil. Preliminarmente, analisaremos o enunciado que o perfil i comenta.

A princípio, o enunciado é iniciado por “Eu quero dizer que não adianta intimidar as universidades, não adianta invadir os campi universitários”. Para compreender a historicidade deste enunciado, rememoramos os eventos que ocorreram no dia 25 de outubro de 2018, ou seja, um dia antes do enunciado em análise ser posto em circulação.

Por meio de denúncias advindas de estudantes e de membros da sociedade civil, uma operação que reuniu fiscais eleitorais, policiais militares e policiais federais foi executada buscando encerrar uma suposta campanha eleitoral em benefício de Haddad em instituições públicas⁵³. Dessa forma, diversos panfletos e cartazes foram retirados das instituições e, além disso, professores foram interrogados para se investigar a pressuposta “compra” de votos dos estudantes.

O uso dos termos “invadir” e “intimidar” produzem sentidos de que os atos se valeram de força e de coação para obter dado comportamento ou postura por parte dos docentes que são vistos como aliciadores pelos denunciantes; afinal, segundo as queixas, o problema em relação a divulgação inapropriada do candidato Haddad tinha como responsável somente o quadro de professores. Todavia, o prosseguimento do enunciado é construído por uma estrutura totalizante “A Educação não vai se calar.” e, em seguida, por uma particularizante “Os professores e os alunos não vão se calar até derrotar o soldadinho de araque.”, assim, faz-se necessário o destaque de dois pontos que derivam desse trecho do enunciado.

O primeiro ponto é o de que foi demarcado que a responsabilidade da circulação de materiais de apoio a campanha de Haddad não era somente de professores. Afinal, após o ato de silenciamento que ocorre com a operação, pontua-se que a Educação, constituída de professores e estudantes, não vai se calar. O que demarca que manifestações de apoio continuarão a acontecer. Por conseguinte, o outro ponto reside na conjugação do verbo derrotar. Por estar se referindo a um sujeito composto “professores e alunos”, o verbo deveria ser conjugado no plural, isto é, “derrotarem”, contudo, o uso desse verbo conjugado na primeira pessoa do futuro subjuntivo estabelece uma demarcação que “professores e alunos” são entendidos como um só – Educação – no que se refere a vontade de vencer o “soldadinho de araque”, Jair Bolsonaro.

Retomando o enunciado do perfil i, percebe-se que inicialmente ele pontua que “DEFINITIVAMENTE, O PT É UMA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA”. Cotidianamente, na internet, o uso de uma frase escrita somente em letras maiúsculas busca uma assimilação com gritos. Assim, ele destaca que “definitivamente”, isto é, sem nenhuma dúvida, o PT seria uma organização criminosa. Logo abaixo, em uma estrutura normal, coloca-se que “O pai do kit gay conclama militares disfarçados de estudantes e professores a violar a Constituição e sabotar a democracia”. Cabe, desse modo, compreender por que, discursivamente, uma manifestação organizada por estudantes e

⁵³ Agentes do Estado invadem universidades em todo o país às vésperas do 2º turno. **Brasil de fato**. São Paulo: 25 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://cutt.ly/1o1PAAC>>. Acesso em: 02 de julho de 2020.

professores deve ser vista como uma sabotagem a democracia e uma violação da Constituição Brasileira. Baseando-se na Constituição Brasileira (BRASIL, 2016), em diversos momentos, existe a defesa da liberdade de expressão política e o veto a censura. Um exemplo disso é o Art. 220 em que se coloca que “A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.” (BRASIL, 2016, p.130), dessa forma, partindo dos pressupostos da própria Constituição, não existe nenhuma violação em uma manifestação realizada dentro de uma instituição escolar.

Em síntese, percebe-se que os regimes de verdade vinculados nos enunciados dos apoiadores do projeto Escola Sem Partido demarcam certas práticas discursivas a respeito da prática docente. O que se perpetua é que, ao não se vincular a um discurso conservador, necessita-se do sujeito docente uma neutralidade na sua prática e esta deve ser completamente pautada em um conteúdo e idealizada de modo fechado sem a possibilidade de discussão acerca da temática que embasa o processo ensino-aprendizagem. Ademais, após a mobilização dos enunciados acima, conseguimos perceber a relação singular entre docência e uma dada proposta de governamentalidade promovida pelos perfis em análise. Afinal, entende-se aqui que a instituição escolar, em certa maneira, é um espaço de produção de subjetividades, isto é, no entremeio dos seus jogos de poder há uma busca na subjetivação dos sujeitos. Assim, a partir dessa premissa, devemos observar de que modo a escola se torna uma instituição elementar para a potencialização da governamentalidade, uma vez que ela está

(...) inteiramente afinada com a racionalidade política moderna, ela totaliza, ao mesmo tempo que individualiza; isso é, se por um lado a escola constitui individualidades singulares, criando subjetividades que se pensam únicas e indivisíveis, ela também cria posições de sujeito subordinadas a um todo social, fora das quais cada sujeito nem mesmo faz sentido. Sem esse tipo de posicionamento, cada indivíduo nem mesmo poderia ser pensado ou pensar em si mesmo como um sujeito (sujeito de e assujeitado a) (VEIGA-NETO e SARAIVA, 2011, p.5).

Ou seja, observa-se que os enunciados dos perfis em análise se assentam sobre regimes de verdade que, ao mesmo tempo em que criticam a forma como a escola está supostamente sendo gerida, apontam formas de se pensar a educação nos moldes do discurso conservador, religioso, patriarcal. Assim, observa-se novamente essa busca em convencer a “família” de que o melhor suporte educacional é o que advém das noções do “Escola Sem Partido”, pois, desse modo, angaria-se suporte para a tentativa de controle da população em busca da implementação de uma escola conservadora e, por conseguinte, de

um governo conservador.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Na trajetória do presente trabalho, houve uma perquirição em se compreender os regimes de verdade construídos e colocados em funcionamento sobre e para a instituição escolar, em enunciados políticos sobre o projeto Escola sem Partido veiculados no Twitter. Assim, tendo como mirante teórico a Análise do discurso foucaultiana, acionamos as concepções de “regime de verdade”, “governamentalidade”, “relação de poder-saber”, “instituições discursivas” e “enunciado” para respondermos a pergunta que norteou todo o percurso de teoria e análise: “Quais os regimes de verdade interpelam o ambiente escolar, de modo específico, aqueles que fundamentam o projeto Escola Sem Partido, em enunciados colocados em circulação no Twitter em 2018?”.

A partir da noção de governamentalidade, observamos que, enquanto uma forma de controle da população, a governamentalidade utiliza a família como um instrumento dessa moderação. Assim, a partir do estabelecimento dessa noção, trilhamos um caminho em busca de observar quais as regularidades discursivas presentes nos enunciados que compõem nosso corpus de análise. Nosso gesto analítico chegou a três regularidades: doutrinação; sexualidade; e, docência. Buscamos compreender como essas três regularidades sustenta o discurso (im)possível sobre uma Escola sem Partido.

A priori, devemos demarcar que a ideia de família se constitui historicamente. Dessa forma, as relações de poder estabelecidas socialmente sustentam as prerrogativas que a delimitam e, ao mesmo tempo, as relações de poder que partem dela sustentam e resignificam o meio a sua volta. Ademais, entendemos que a família pode ser encarada enquanto uma instituição discursiva, afinal, enquanto uma instituição social ela estabelece ingerências sobre as práticas discursivas. Definem desse modo quais ações terão condições de possibilidade de emergência.

Em primazia, reitera-se que o *corpus* foi montado por enunciados que tinham como materialidade posts na rede social digital *Twitter* e que expunham concepções atreladas a ideia de Escola Sem Partido. Nesse ínterim, condicionamos nosso olhar somente aqueles que pertenciam a 2018, auge do acontecimento da campanha presidencial que ocorreu em outubro do ano supracitado. O que nos chama atenção nessa eleição em específico é a (res)significação do “fazer” uma campanha política, haja visto que é a primeira vez que um candidato abdica da mídia televisiva e dos debates

televisados para promover seu portfólio eleitoral somente pelas redes sociais digitais, principalmente, no *Twitter*.

Dessa forma, pensando nos saberes e nas relações de poder que circundam e estabelecem regimes de verdade em relação à instituição escolar, podemos chegar a alguns pontos de reflexão.

Inicialmente, as regularidades enunciativas dos três perfis transitam por questões sensíveis a família. Para exemplificarmos, a doutrinação na escola é uma problemática familiar, pois pensar na criança sendo coagida e corrompida por preceitos que fogem da realidade da família causa aversão e preocupação. Por conseguinte, a ideia de sexualidade é interdita às crianças e restrita – quando e se possível - ao quarto dos pais; assim, ao promover a concepção de que os professores estavam ensinando sexo às crianças durante as aulas e propondo uma ideologia de gênero para que eles se tornassem homossexuais, há o estímulo de exasperação dos pais em relação à escola. Por fim, a docência é vista como uma extensão do ambiente familiar, contudo, deve permanecer dentro de certas fronteiras para não ser encarado como incorreto.

Por meio da análise do *corpus*, assim, observamos que são produzidas verdades a respeito da noção de doutrinação que postula o parecer de que tal subversão só parte de professores que se inserem em uma rede discursiva de esquerda. Assim, a doutrinação só ocorre a partir de uma combinação política-partidária de esquerda com a educação. Ou seja, coloca-se que o maior problema relacionado ao processo de ensino advém de professores e, por vezes, estudantes que se posicionam dentro de um discurso liberal e apresentam um pensamento com viés de esquerda. Dessa forma, se estabelece que a doutrinação incidiu de forma mais afluída na educação pública por instituições como MEC e como as secretarias de educação obedeceram a uma legislação arquitetada pelo PT que contrapõe ao discurso conservador defendido e promulgado pelos perfis em análise que defendem o Escola Sem Partido.

Não obstante, colocam-se também regimes de verdade acerca da sexualidade. É notório que não há possibilidade de a escola permanecer alheia à questões que florescem socialmente, como exemplo, o bullying e o racismo. Assim, em 1997, é publicada uma edição dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN que tinha como foco os temas transversais, sob a justificativa de que “a educação para a cidadania requer, portanto, que questões sociais sejam apresentadas para a aprendizagem e a reflexão dos alunos.” (BRASIL, 1997, p.25). Dessa forma, foi requerida a partir dessa data, a inserção de educação sexual no currículo escolar por meio de temas transversais. Todavia, a partir

dos enunciados analisados, é produzida uma verdade em que a escola estaria promovendo o afloramento da sexualidade do aluno ensinando sexo. Além disso, postula-se que a escola corrompe a inocência das crianças para obter corpos dóceis que tenham dadas práticas que sejam benéficas para a manutenção de poder do discurso da esquerda.

Finalmente, a respeito da docência também se colocam “verdades” que especificam a maneira “correta” pela qual o processo de ensino-aprendizagem deve ser direcionado. O principal ponto é o de que para o docente não é permitido uma expressão política se ela não partir do discurso conservador. Isto é, a partir do momento em que ele apresenta resquícios de um discurso liberal a ele, será colocado a alcunha de “militante”. Há um regime de verdade instaurado nos enunciados analisados que incide sobre esse termo e postula a noção de um sujeito que, ao mesmo tempo, é “zumbi” por não pensar de forma própria e corromper os alunos e também como aquele que age por conta própria e não obedece a ordens nem leis que regem a educação.

Frente a isso, foi-se delineando como, nesses discursos, os regimes de verdade buscam compenetrar a família de que a instituição escolar foi deturpada por preceitos que ferem a moral e os costumes que cotidianamente vincula-se a ideia de “família”. Assim, frisamos que a concepção de família brasileira ainda é pautada por uma série de questões vinculadas ao discurso conservador, religioso, patriarcal e machista e, dessa forma, certas práticas são imputadas como corretas; como exemplo, a perspectiva de que o homem é o detentor de toda “sabedoria” familiar e mulheres e crianças são seres inocentes e frágeis que dependem de um homem para as proteger; e outras são imputadas como erradas, como exemplo, a noção da criança quanto um sujeito autônomo e crítico que não se constitui enquanto um mero recipiente que não pensa.

A incidência e recorrência de regimes de verdade que postulam concepções a respeito dos temas sexualidade, docência e doutrinação decorrem, sobremaneira, do exercício da governamentalidade, que, por meio de uma sensibilização da família que é um de seus principais instrumentos, busca controlar a população.

Por se tratar de uma pesquisa inserida na área de Análise do Discurso foucaultiana, esse trabalho não tem um encerramento, nem busca/buscou construir verdades sobre e para a instituição escolar. A proposta é refletir sobre como os discursos colocados em circulação constroem verdades para os espaços e sujeitos da/de educação, impondo-lhe regras, delimitando seu funcionamento e exercício, interditando ações. Trata-se de um olhar, que procura irradiar um feixe de possibilidades (outras) de análise.

REFERÊNCIAS

BORAU, Kerstin; ULLRICH, Carsten; FENG, Jinjin & SHEN, Ruimin. **Microblogging for Language Learning: Using Twitter to Train Communicative and Cultural Competence**. M. Spaniol et al. (Eds.): ICWL 2009, p. 78–87. Disponível em: <<https://bityli.com/D6nX6>> Acesso em: 20 jun. 2020. https://doi.org/10.1007/978-3-642-03426-8_10

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASÍLIA. Câmara dos Deputados. **Projeto de lei 867/2015**. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". Disponível em <<https://bityli.com/rh455>>. Acesso: 18 set. 2019.

CASELLI, Thais; PIMENTA, Francisco. Twitter: A Nova Ferramenta Do Jornalismo. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, 16º, 2015. Joinville: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. p. 1 - 11. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/> > Acesso em: 12 dez. 2019.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. As novas de governo na escola: o corpo e a sexualidade entre o centro e as margens. In: BRANCO, Guilherme Castelo; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). **Foucault: Filosofia e Política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p.162-170.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.

DIEM, Richard; LEVY, Tedd; VANSICKLE, Ronald. **South Korean Education**. 16 de agosto de 2003. Disponível em: <<https://asiasociety.org/education/south-korean-education>>. Acesso em 20 de jun. de 2020.

EL PAÍS. **O professor da minha filha comparou Che Guevara a São Francisco de Assis**. 25 de junho de 2016. Disponível em <<https://bityli.com/AOzax>> Acesso em 13 de dezembro de 2019.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Editora Positivo, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 35 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II: O Uso dos Prazeres**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1988.

_____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Estratégia, poder-saber**. Manoel B. da Motta (org.) e Tradução Vera L. A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2008a.

_____. **Segurança, território e população**. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. A casa dos loucos. In: MACHADO, R. (org). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2012, p. 65-73.

_____. A governamentalidade. In: MACHADO, R. (org). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2012, p. 163-172.

_____. Soberania e disciplina. In: MACHADO, R. (org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2012, p. 100-107.

_____. Sobre a história da sexualidade. In: MACHADO, MACHADO, R. (org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2012, p. 138-163.

_____. Verdade e Poder. In: MACHADO, R. (org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2012, p. 4-12.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2012.

FUSINATO, Claudia Vanielle. **A invenção histórica da escola e escolarização no Brasil**. EDUCERE: 2013.

GALLO, Sílvio. Do cuidado de si como resistência à biopolítica. In: BRANCO, Guilherme Castelo; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). **Foucault: Filosofia e Política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p.224-236.

GREGOLIN, Maria do Rosario Valencise. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas. In: SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. M. **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004, p.23-44.

JAKOBSON, Roman. Linguística e Poética. In:_. **Linguística e comunicação**. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1987.

KATZ, Elvis Patrik. **Escola Sem Partido – Produção de sentidos e disputas em torno do papel da escola pública no Brasil**. Educação Temática Digital. São Paulo: Campinas. 2017. <https://doi.org/10.20396/etd.v19i0.8647835>

MEC. **Caderno Escola Sem Homofobia**. Brasília: 2009. Disponível em: <<https://bitly.com/8Yc1F>>. Acesso em: 16 de junho de 2020.

_____. **Síntese das diretrizes curriculares nacionais para a educação básica**. Brasília: 2016. Disponível em: <<https://bitly.com/7VqEU>>. Acesso em 17 de junho de 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Manual de campanha: Ordem Unida**. Brasília. 2003.

NAGIB, Miguel. Carta ao professor Iomar. In: CARVALHO, Olavo. **O estupro intelectual da criança**. 19 de setembro de 2003. Disponível em: <<https://bitly.com/k8GsK>>. Acesso em: 17 de junho de 2020.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

SCHAFRANSKI, Márcia Derbli. **A educação e as transformações da sociedade**. Publicatio UEPG: Ponta Grossa. 2005.

TANDOC Jr. Edson C.; LIM, Zheng Wei.; LING, Richard. **Defining “fake news”**. Digital Journalism, v. 6, n. 2, 2018, p. 137-153. <https://doi.org/10.1080/21670811.2017.1360143>

UNFPA. **International technical guidance on sexuality education**. UNESCO: France. 2018.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. Crise da modernidade e inovações curriculares: da disciplina para o controle. IN: **Revista de Ciências da Educação**, Lisboa: Sísifo, n.7, p.133-142, 2008.

VEIGA-NETO, Alfredo; SARAIVA, Carla. Educar como arte de governar. In: **Currículo Sem Fronteiras**, v. 11, n. 1, p. 5-13, jan./jun. 2011.

ANEXOS

ANEXO 1 – PROJETO DE LEI “ESCOLA SEM PARTIDO”

PROJETO DE LEI Nº 867 , DE 2015

(Do Sr. Izalci)

Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido".

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º. Esta lei dispõe sobre a inclusão entre as diretrizes e bases da educação nacional do "Programa Escola sem Partido”.

Art. 2º. A educação nacional atenderá aos seguintes princípios:

I - neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado;

II - pluralismo de ideias no ambiente acadêmico;

III - liberdade de aprender, como projeção específica, no campo da educação, da liberdade de consciência;

IV - liberdade de crença;

V - reconhecimento da vulnerabilidade do educando como parte mais fraca na relação de aprendizado;

VI - educação e informação do estudante quanto aos direitos compreendidos em sua liberdade de consciência e de crença;

VII - direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

Art. 3º. São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam

estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes.

§ 1º. As escolas confessionais e as particulares cujas práticas educativas sejam orientadas por concepções, princípios e valores morais, religiosos ou ideológicos, deverão obter dos pais ou responsáveis pelos estudantes, no ato da matrícula, autorização expressa para a veiculação de conteúdos identificados com os referidos princípios, valores e concepções.

§ 2º. Para os fins do disposto no § 1º deste artigo, as escolas deverão apresentar e entregar aos pais ou responsáveis pelos estudantes material informativo que possibilite o conhecimento dos temas ministrados e dos enfoques adotados.

Art. 4º. No exercício de suas funções, o professor:

I - não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente política, ideológica ou partidária;

II - não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas;

III - não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas;

IV - ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito;

V - respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções;

VI - não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula.

Art. 5º. Os alunos matriculados no ensino fundamental e no ensino médio serão informados e educados sobre os direitos que decorrem da liberdade de consciência e de crença assegurada pela Constituição Federal, especialmente sobre o disposto no art. 4º desta Lei.

§ 1º. Para o fim do disposto no caput deste artigo, as escolas afixarão nas salas de aula, nas salas dos professores e em locais onde possam ser lidos por estudantes e professores, cartazes com o conteúdo previsto no Anexo desta Lei, com, no mínimo, 70

centímetros de altura por 50 centímetros de largura, e fonte com tamanho compatível com as dimensões adotadas.

§ 2º. Nas instituições de educação infantil, os cartazes referidos no § 1º deste artigo serão afixados somente nas salas dos professores.

Art. 6º. Professores, estudantes e pais ou responsáveis serão informados e educados sobre os limites éticos e jurídicos da atividade docente, especialmente no que tange aos princípios referidos no art. 1º desta Lei.

Art. 7º. As secretarias de educação contarão com um canal de comunicação destinado ao recebimento de reclamações relacionadas ao descumprimento desta Lei, assegurado o anonimato.

Parágrafo único. As reclamações referidas no caput deste artigo deverão ser encaminhadas ao órgão do Ministério Público incumbido da defesa dos interesses da criança e do adolescente, sob pena de responsabilidade.

Art. 8º. O disposto nesta Lei aplica-se, no que couber:

I - aos livros didáticos e paradidáticos;

II - às avaliações para o ingresso no ensino superior;

III - às provas de concurso para o ingresso na carreira docente;

IV - às instituições de ensino superior, respeitado o disposto no art. 207 da Constituição Federal.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

DEVERES DO PROFESSOR

I - O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente política, ideológica ou partidária.

II - O Professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.

III - O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.

IV - Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.

V - O Professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

VI - O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula.

JUSTIFICAÇÃO

Esta proposição se espelha em anteprojeto de lei elaborado pelo movimento **Escola sem Partido** (www.escolasempartido.org) – “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior” –, cuja robusta justificativa subscrevemos:⁵⁵

“É fato notório que professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas; e para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis.

Diante dessa realidade – conhecida por experiência direta de todos os que passaram pelo sistema de ensino nos últimos 20 ou 30 anos –, entendemos que é necessário e urgente adotar medidas eficazes para prevenir a prática da doutrinação política e ideológica nas escolas, e a usurpação do direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

Trata-se, afinal, de práticas ilícitas, violadoras de direitos e liberdades fundamentais dos estudantes e de seus pais ou responsáveis, como se passa a demonstrar:

⁵⁵ <http://escolasempartido.org/component/content/article/2-uncategorised/484-anteprojeto-de-lei-estadual-e-minuta-de-justificativa>

1 - *A liberdade de aprender – assegurada pelo art. 206 da Constituição Federal – compreende o direito do estudante a que o seu conhecimento da realidade não seja manipulado, para fins políticos e ideológicos, pela ação dos seus professores;*

2 - *Da mesma forma, a liberdade de consciência, garantida pelo art. 5º, VI, da Constituição Federal, confere ao estudante o direito de não ser doutrinado por seus professores;*

3 - *O caráter obrigatório do ensino não anula e não restringe a liberdade de consciência do indivíduo. Por isso, o fato de o estudante ser obrigado a assistir às aulas de um professor implica para esse professor o dever de não utilizar sua disciplina como instrumento de cooptação político-partidária ou ideológica;*

4 - *Ora, é evidente que a liberdade de aprender e a liberdade de consciência dos estudantes restarão violadas se o professor puder se aproveitar de sua audiência cativa para promover em sala de aula suas próprias concepções políticas, ideológicas e morais;*

5 - *Liberdade de ensinar – assegurada pelo art. 206, II, da Constituição Federal – não se confunde com liberdade de expressão; não existe liberdade de expressão no exercício estrito da atividade docente, sob pena de ser anulada a liberdade de consciência e de crença dos estudantes, que formam, em sala de aula, uma audiência cativa;*

6 - *De forma análoga, não desfrutam os estudantes de liberdade de escolha em relação às obras didáticas e paradidáticas cuja leitura lhes é imposta por seus professores, o que justifica o disposto no art. 8º, I, do projeto de lei;*

7 - *Além disso, a doutrinação política e ideológica em sala de aula compromete gravemente a liberdade política do estudante, na medida em que visa a induzi-lo a fazer determinadas escolhas políticas e ideológicas, que beneficiam, direta ou indiretamente as políticas, os movimentos, as organizações, os governos, os partidos e os candidatos que desfrutam da simpatia do professor;*

8 - *Sendo assim, não há dúvida de que os estudantes que se encontram em tal situação estão sendo manipulados e explorados politicamente, o que ofende o art. 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), segundo o qual “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de exploração”;*

9 - *Ao estigmatizar determinadas perspectivas políticas e ideológicas, a doutrinação cria as condições para o bullying político e ideológico que é praticado pelos próprios estudantes contra seus colegas. Em certos ambientes, um aluno que assuma publicamente uma militância ou postura que não seja a da corrente dominante corre sério risco de ser isolado, hostilizado e até agredido fisicamente pelos colegas. E isso se deve, principalmente, ao ambiente de sectarismo criado pela doutrinação;*

10 - *A doutrinação infringe, também, o disposto no art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que garante aos estudantes “o direito de ser respeitado por seus educadores”. Com efeito, um professor que deseja transformar seus alunos em réplicas ideológicas de si mesmo evidentemente não os está respeitando;*

11 - *A prática da doutrinação política e ideológica nas escolas configura, ademais, uma clara violação ao próprio regime democrático, na medida em que ela instrumentaliza o sistema público de ensino com o objetivo de desequilibrar o jogo político em favor de determinados competidores;*

12 - *Por outro lado, é inegável que, como entidades pertencentes à Administração Pública, as escolas públicas estão sujeitas ao princípio constitucional da impessoalidade, e isto significa, nas palavras de Celso Antonio Bandeira de Mello (Curso de Direito Administrativo, Malheiros, 15ª ed., p. 104), que “nem favoritismo nem perseguições são toleráveis. Simpatias ou animosidades pessoais, políticas ou ideológicas não podem interferir na atuação administrativa e muito menos interesses sectários, de facções ou grupos de qualquer espécie.”;*

13 - *E não é só. O uso da máquina do Estado – que compreende o sistema de ensino – para a difusão das concepções políticas ou ideológicas de seus agentes é incompatível com o princípio da neutralidade política e ideológica do Estado, com o princípio republicano, com o princípio da isonomia (igualdade de todos perante a lei) e com o princípio do pluralismo político e de ideias, todos previstos, explícita ou implicitamente, na Constituição Federal;*

14 - *No que tange à educação moral, referida no art. 2º, VII, do projeto de lei, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, vigente no Brasil, estabelece em seu art. 12 que “os pais têm direito a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”;*

15 - Ora, se cabe aos pais decidir o que seus filhos devem aprender em matéria de moral, nem o governo, nem a escola, nem os professores têm o direito de usar a sala de aula para tratar de conteúdos morais que não tenham sido previamente aprovados pelos pais dos alunos;

16 - Finalmente, um Estado que se define como laico – e que, portanto deve ser neutro em relação a todas as religiões – não pode usar o sistema de ensino para promover uma determinada moralidade, já que a moral é em regra inseparável da religião;

17. Permitir que o governo de turno ou seus agentes utilizem o sistema de ensino para promover uma determinada moralidade é dar-lhes o direito de vilipendiar e destruir, indiretamente, a crença religiosa dos estudantes, o que ofende os artigos 5º, VI, e 19, I, da Constituição Federal.

Ante o exposto, entendemos que a melhor forma de combater o abuso da liberdade de ensinar é informar os estudantes sobre o direito que eles têm de não ser doutrinados por seus professores.

Nesse sentido, o projeto que ora se apresenta está em perfeita sintonia com o art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que prescreve, entre as finalidades da educação, o preparo do educando para o exercício da cidadania. Afinal, o direito de ser informado sobre os próprios direitos é uma questão de estrita cidadania.

Urge, portanto, informar os estudantes sobre o direito que eles têm de não ser doutrinados por seus professores, a fim de que eles mesmos possam exercer a defesa desse direito, já que, dentro das salas de aula, ninguém mais poderá fazer isso por eles.

Note-se por fim, que o projeto não deixa de atender à especificidade das instituições confessionais e particulares cujas práticas educativas sejam orientadas por concepções, princípios e valores morais, às quais reconhece expressamente o direito de veicular e promover os princípios, valores e concepções que as definem, exigindo-se, apenas, a ciência e o consentimento expressos por parte dos pais ou responsáveis pelos estudantes.”

Frisamos mais uma vez que projetos de lei semelhantes ao presente – inspirados em anteprojeto de lei elaborado pelo Movimento Escola sem Partido

(www.escolasempartido.org) – já tramitam nas Assembleias Legislativas dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Espírito Santo, e na Câmara Legislativa do Distrito Federal; e em dezenas de Câmaras de Vereadores (v.g., São Paulo-SP, Rio de Janeiro-RJ, Curitiba-PR, Vitória da Conquista-BA, Toledo-PR, Chapecó-SC, Joinville-SC, Mogi Guaçu-SP, Foz do Iguaçu-PR, etc.), tendo sido já aprovado nos Municípios de Santa Cruz do Monte Carmelo-PR e Picuí-PB.

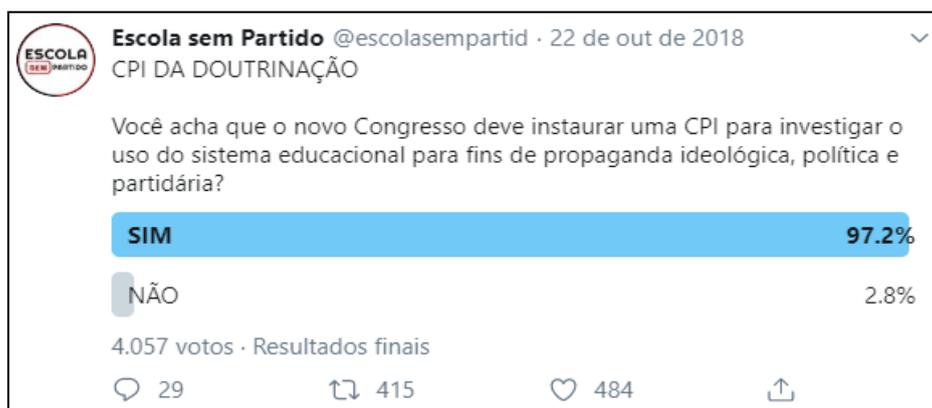
Pelas razões expostas, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 23 de março de 2015.

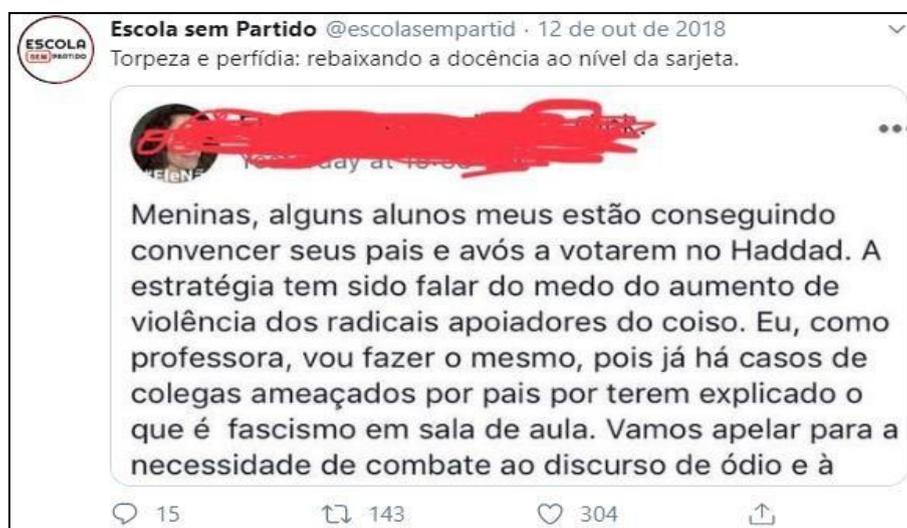
Deputado IZALCI
PSDB/DF

ESP.MFUN.NGPS.2015.03.18

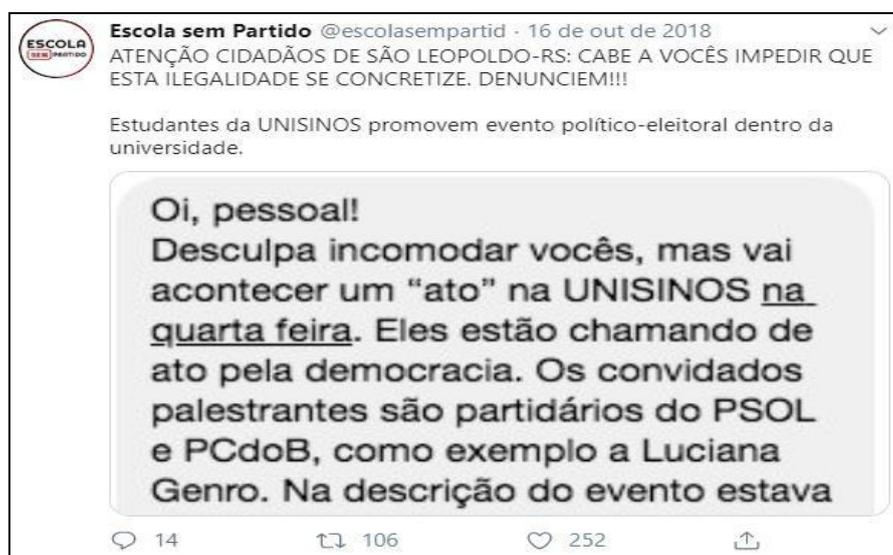
ANEXO 2 – IMAGENS QUE COMPÕEM O CORPUS



ESP – Extraída da conta @escolasempartid



ESP1 – Extraída da conta @escolasempartid



 **Escola sem Partido** @escolasempartid · 9 de out de 2018

Não existe liberdade de expressão no exercício da atividade docente. Se existisse, o professor poderia passar o tempo todo de todas as aulas falando qualquer coisa sobre qualquer assunto, sem ter a obrigação de transmitir aos alunos o conteúdo da sua disciplina.

9 200 709

ESP3 – Extraída da conta @escolasempartid

 **Escola sem Partido** @escolasempartid · 9 de out de 2018

PENSE NISSO

Liberdade de expressão é o direito de dizer qualquer coisa sobre qualquer assunto. É o direito que se exerce no Twitter. Se os professores tivessem esse direito em sala de aula, eles simplesmente não seriam obrigados a dar... aula.

4 75 248

ESP4 – Extraída da conta @escolasempartid

 **Escola sem Partido** @escolasempartid · 17 de out de 2018

É claro que foi fundamental! Sem ele a esquerda, e especialmente o seu partido, não teriam aparelhado todo o sistema educacional.

 **Marcelo Freixo**  [Seguir](#)

@MarceloFreixo

Neste Dia do Professor, enquanto uns candidatos querem expurgar Paulo Freire da educação, eu quero reafirmar sua importância. Paulo Freire foi fundamental para mim. Comecei a dar aula dentro das prisões com método Paulo Freire e alfabetizando adultos em favelas do Rio.

8 36 167

ESP5 – Extraída da conta @escolasempartid

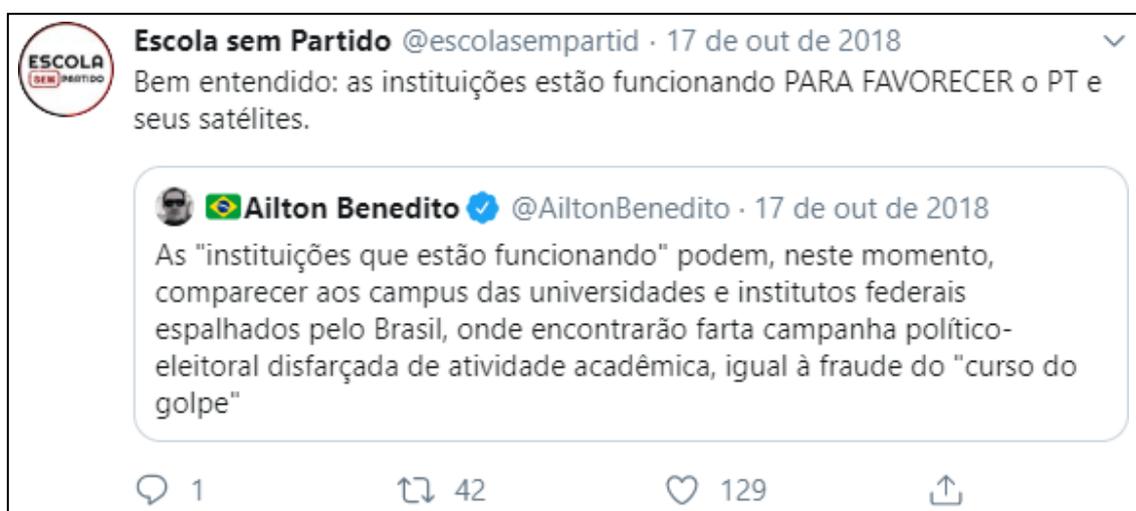
 **Escola sem Partido** @escolasempartid · 19 de out de 2018

O militante disfarçado de professor atua como um zumbi. Age por conta própria; não obedece e não presta contas a ninguém. Todavia, as diretrizes do MEC e secretarias de educação podem ser úteis para dar a ele, se necessário, a desculpa de estar apenas "cumprindo ordens".

6 83 312



ESP7 – Extraída da conta @escolasempartid



ESP8 – Extraída da conta @escolasempartid



ESP9 – Extraída da conta @escolasempartid

Fernando Holiday @FernandoHoliday · 11 de mai de 2018

É por isso que precisamos do **Escola Sem Partido**. Uma professora não tem o direito de constranger seus alunos, ainda mais dessa forma tão porca, típico dessa gatinha nojenta da esquerda progressista.

goo.gl/ZnrJgH



Professora feminista ameaça alunos “escrotos”: “quero arrebrantar a pau”

Docente é professora de História e coordenadora do Laboratório de Estudos Feministas da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

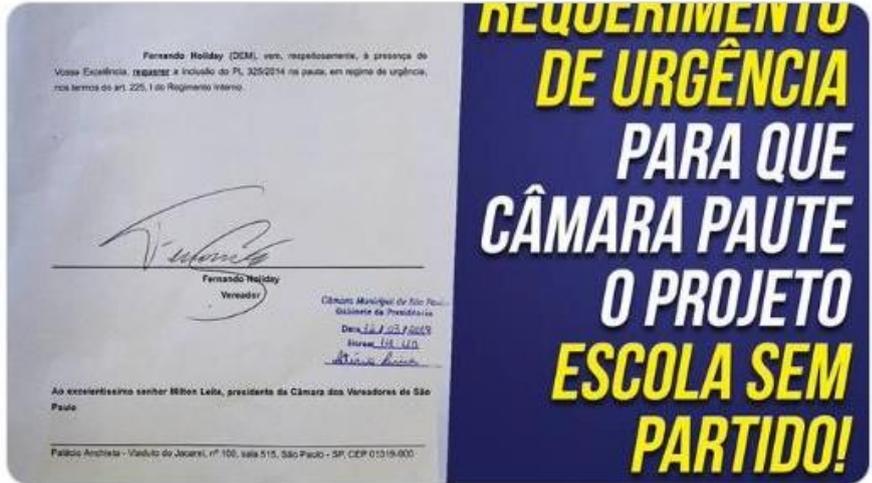
GAZETADOPOVO.COM.BR

3 21 70

FH – Extraída da conta @FernandoHoliday

Fernando Holiday @FernandoHoliday · 12 de mar de 2018

Requeri à presidência da @camarasaopaulo que o Projeto **Escola Sem Partido** fosse finalmente pautado para que possamos votar. A doutrinação nas escolas está sendo desmascarada, e com ela vem seu fim.



8 56 191

FH1 – Extraída da conta @FernandoHoliday

 **Fernando Holiday** ✓ @FernandoHoliday · 5 de dez de 2018
O problema da doutrinação não reside na ideologia que os professores têm individualmente, mas sim no proselitismo político que muitos fazem para confundir seus alunos. Inclusive, grande parte destes está ligada ao PSOL. Isso explica o medo deles com o **Escola Sem Partido**.

14 56 405

FH2 – Extraída da conta @FernandoHoliday

 **Jair M. Bolsonaro** ✓ @jairbolsonaro · 26 de out de 2018
Ninguém mentiu mais que o PT nesta eleição. São mestres em enganar. Mudaram o plano de governo diversas vezes após expormos seu viés totalitário. Agora dizem respeitar a família, a democracia e a justiça, mas sabemos que a missão do pai do Kit-gay é soltar o chefe da quadrilha!

916 6,8 mil 28,8 mil

JB – Extraída da conta @jairbolsonaro

 **Jair M. Bolsonaro** ✓ @jairbolsonaro · 17 de out de 2018
Não esqueçam! Desde o início somos contra o controle da mídia e da internet. Desde o início defendemos a inocência das crianças nas escolas. Desde o início somos contra o aborto. Desde o início defendemos a prisão de bandidos e não o desencarceramento. Recusem imitações!

1,4 mil 13,9 mil 56 mil

JB1 – Extraída da conta @jairbolsonaro

 **Jair M. Bolsonaro** ✓ @jairbolsonaro · 21 de out de 2018
Ninguém resiste ao carinho de uma criança! Faz parte de nosso dever preservar a inocência de todas elas. Visita que recebemos de um pequeno grupo de deficientes auditivos! 👍



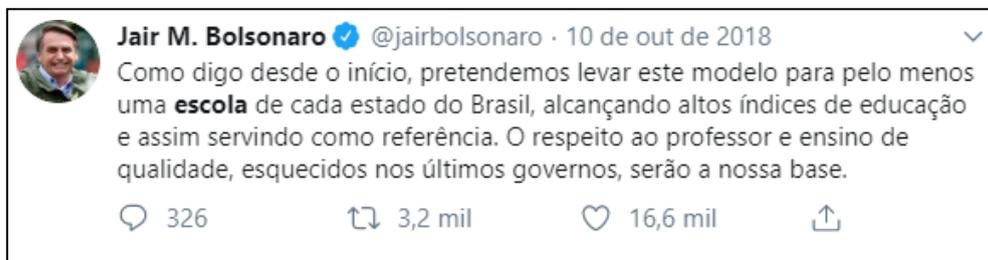
0:44 | 373 mil visualizações

847 7,8 mil 41,8 mil

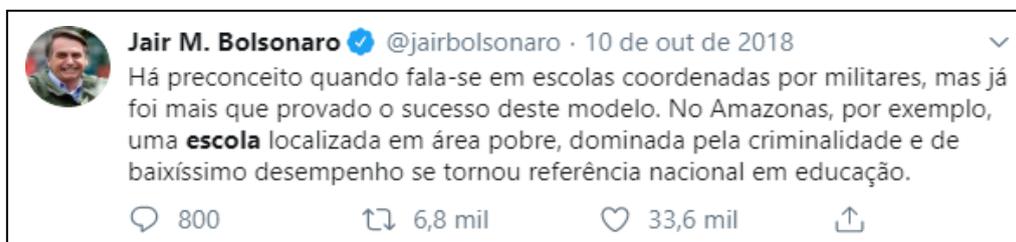
JB2 – Extraída da conta @jairbolsonaro



JB3 – Extraída da conta @jairbolsonaro



JB4 – Extraída da conta @jairbolsonaro



JB5 – Extraída da conta @jairbolsonaro



JB6 – Extraída da conta @jairbolsonaro

 **Jair M. Bolsonaro**  @jairbolsonaro · 1 de ago de 2018 

O Brasil ocupa posição vergonhosa no Ranking Internacional de Educação. Pude ver de perto o modelo educacional da Coreia do Sul, por exemplo, hoje um dos melhores. Enquanto lá estimulam o raciocínio lógico nos mais jovens, aqui priorizam **sexo** e ideologias. Não tem como dar certo!

 683  4,6 mil  20,5 mil 

JB7 – Extraída da conta @jairbolsonaro